



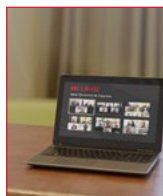
Reportagem

RBC e REPeC se unem para discutir sobre a qualidade da pesquisa em Contabilidade

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	3
-----------------------	---



Reportagem

RBC e REPeC se unem para discutir sobre a qualidade da pesquisa em Contabilidade

Maristela Giroto

5



Artigo

O eSocial para micro e pequena empresa: um estudo sobre a percepção dos contadores em Redenção (PA)

Jefferson Antônio Conceição Cavalcante, Lindomar Pereira Trajano, Marcos Felipe Venâncio Santos e William Miranda Costa

11



Artigo

Análise das principais variáveis macroeconômicas de adoção das normas IFRS para pequenas e médias empresas

Wesley Matheus de Vasconcelos

23



Artigo

Estratégias de hedge e valor de mercado em anos eleitorais

Diego Ricardo Marques, Gutemberg Leonel Pereira, Rafael David Porto

37



Artigo

A influência da educação superior nas decisões financeiras de consumo e investimento

Arlles Santos Conceição, Robson Braga

51



Artigo

Exame de Suficiência e Enade: caminhamos para o mesmo objetivo?

Juliano Augusto Orsi de Araujo, Marcus Vinicius Moreira Zittei, Leonardo Fabris Lugoboni

65



Artigo

Perícia Contábil: análise da assimetria entre os quesitos e o objeto da perícia

Willian Dutra Vieira, João Conrado de Amorim Carvalho

77

PALAVRA DO PRESIDENTE

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC

A fiscalização preventiva e a educação profissional continuada sempre foram dois eixos dos mais importantes entre os que compõem a missão institucional do Conselho Federal de Contabilidade. Muito além do que determina o Decreto-Lei n.º 9.295/1946 como atribuições dos Conselhos de Contabilidade, a nossa atuação ultrapassa o texto legal para fornecer serviços que gerem valor para os profissionais da contabilidade na execução de suas atividades.

A partir do momento que cobramos a atualização profissional, nós estamos, dessa forma, realizando uma fiscalização preventiva, uma vez que o avanço do conhecimento tende a levar os contadores a um nível maior de conscientização sobre ética profissional, entre outros aspectos.

Estou trazendo essas colocações à reflexão porque, para o CFC, a RBC – e outros periódicos técnicos e científicos da área – é importante ferramenta de divulgação de relevantes estudos e pesquisas, auxiliando na educação continuada.

O CFC assumiu a edição da RBC em 1971. Fundada em 1912, a revista havia passado por alguns períodos de interrupção nas publicações, problema que deixou de existir neste meio século em que o CFC está à frente das edições.

Além da RBC, o CFC criou, em 2007, a Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), uma revista que já nasceu eletrônica e tem perfil acadêmico. Há alguns anos, a REPeC passou a ser editada pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), entidade com a qual o CFC desenvolve projetos em parceria.

A RBC e a REPeC têm perfis editoriais diferentes, sendo a RBC técnica e a REPeC, científica. Mas ambas são periódicos on-line e de acesso gratuito, oferecendo importante contribuição para os profissionais em atividade no mercado contábil e para os pesquisadores da área, por meio da veiculação de conhecimento de alta qualidade.

Aproveito que estamos falando de re-

vistas que publicam trabalhos de pesquisadores da área contábil para manifestar a minha grande satisfação com o avanço da oferta de cursos de mestrado e de doutorado em Contabilidade, nas últimas décadas, no Brasil. Há cerca de 20 ou 30 anos, tínhamos apenas 1 curso de doutorado e 2 de mestrado, mas hoje já temos 34 cursos de mestrado e 13 de doutorado.

Na verdade, sinto também orgulho porque o CFC tem uma parcela de contribuição nesse processo de aumento da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. O Conselho Federal de Contabilidade tem mantido, há vários anos, o Programa Excelência na Contabilidade, cuja proposta é, exatamente, contribuir para a oferta de pós-graduação em localidades onde não há esses cursos.

Com ações assertivas, estamos conseguindo elevar a qualidade da formação dos profissionais da contabilidade.

E por falar em qualidade, nesta edição, a reportagem traz um conjunto de lives que foram realizadas pela RBC e REPeC com foco na melhoria da qualidade dos trabalhos submetidos às revistas.

Acesse o catálogo da Série Encontros de Pesquisa e assista às gravações das lives.

Boa leitura.

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 244, julho/agosto de 2020 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

- > **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Zulmir Ivânio Breda
Vice-presidentes
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Contador Idésio da Silva Coelho Júnior
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador João Altair Caetano dos Santos
Contadora Lucélia Lecheta
Contador Sérgio Faraco
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contadora Vitoria Maria da Silva
Técnica em Contabilidade Maria Perpétua dos Santos
- > **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Contador Antônio das Graças Alves Ferreira
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Garibaldi Dantas Filho
Contador Haroldo Santos Filho
Contador João Gregório Júnior
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contador Lourival Alves Cavalcante
Contador Manoel Carlos De Oliveira Júnior
Contador Mateus Nascimento Calegari
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Palmira Leão de Souza
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Contadora Ticiane Lima Dos Santos
- > **Conselheiros Suplentes**
Contador Aloisio Rodrigues Da Silva
Contadora Ana Luiza Pereira Lima
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Júnior
Contador Arleon Carlos Stelini
Contador Carlos Barcellos Damasceno
Contadora Clara Germana Gonçalves Rocha
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Everildo Bento da Silva
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Geraldo De Paula Batista Filho
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Heráldo de Jesus Campelo
Contador Leonardo Da Silveira Do Nascimento
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador José Domingos Filho
Contadora Maria Constança Carneiro Galvão
Contadora Marisa Luciana Schwabe De Moraes
Contadora Nilva Amália Pasetto
Contador Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contadora Vânia Labres da Silva
Contador Weberth Fernandes
Técnico em Contabilidade Farney Assis Rodrigues
Técnico em Contabilidade Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Cláudio de Araújo Wanderley
Doutora Edinete André da Rocha Garcia
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutor José Elias Feres de Almeida
Doutor Luiz Alberton
Doutora Mariomar de Sales Lima
Doutor Wenner Glaucio Lopes Lucena
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes
Mestre Marisa Luciana Schwabe de Moraes
Mestre Tânia Moura da Silva
- > **Jornalista Responsável**
Rafaela Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**
Maristela Giroto
- > **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**
Thiago Luis Gomes
- > **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Ilustrações**
Allan Patrick
- > **Colaboradoras**
Rejane Lima e Simone Kuperchmit
- > **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

RBC E REPEC

Série Encontros de Pesquisa



REPORTAGEM

RBC e REPeC se unem para discutir sobre a qualidade da pesquisa em Contabilidade

Por Maristela Giroto

Ação conjunta da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) e da Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), a Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC está sendo realizada com a finalidade de levar informações aos estudantes, profissionais e pesquisadores da área, por meio de eventos on-line, e de elevar a qualidade dos trabalhos, facilitando a publicação dos artigos submetidos aos periódicos técnicos ou científicos do País.

De junho a agosto, foram realizadas seis lives, com diferentes temas, mas dentro da mesma proposta. Para o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Breda, que participou da abertura de uma delas, foi muito oportuna a união dos dois periódicos para realizar esses eventos e discutir a qualidade da pesquisa em Contabilidade no Brasil.

A proposta de realizar a Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC partiu dos professores Jacqueline Venoso Alves da Cunha, coordenadora do Conselho Editorial da RBC; e Gerlando Lima, editor da REPeC.

A RBC é editada pelo CFC desde 1971, mas foi criada em 1912, sendo a revista técnica mais antiga da área ainda em publicação. Já a REPeC (www.repec.org.br) surgiu em 2007, por iniciativa do CFC, mas a sua edição passou, anos depois, para a responsabilidade da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), entidade parceira do CFC em vários projetos.

Qual a diferença entre periódicos e artigos técnicos e científicos? Por onde começar uma pesquisa? Quais são os fatores fundamentais para uma pesquisa? O que é quali-

dade? Tenho um tema ou um problema que é inovador? As respostas para essas questões e para muitas outras foram discutidas, com profundidade, nas seis lives que estão reunidas nesta edição.

A Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC terá novos episódios. Mas, por enquanto, um vasto material foi organizado e disponibilizado nesta reportagem. Trata-se de um catálogo de conteúdos relevantes para quem pesquisa, escreve e publica em periódicos, ou mesmo para quem gosta de ler e se interessa por aprender sempre mais.

Revistas técnicas e científicas: a qualidade em questão

“Podemos categorizar a qualidade em dois aspectos: o da ciência, que é expressado nos artigos; e o utilizado na apresentação dessa ciência”, afirmou o professor Gerlando Lima, editor da REPeC, durante a primeira live da Série.

Segundo Lima, o primeiro aspecto envolve pontos como a originalidade, a relevância, a utilidade e, entre outros, a avaliação se aquela ciência apresentada é importante para as pessoas que vão ler. “Depois que nós temos isso, para onde vamos? É preciso apresentar essa ciência”, acrescentou o editor da REPeC, chamando Fábio Frezatti, editor da Revista Contabilidade & Finanças (RC&F), para apresentar suas considerações sobre o que os periódicos esperam dos trabalhos acadêmicos.

Frezatti mostrou, durante a live, o “Pentágono da qualidade” – uma criação própria –, que traz uma lógica para a pesquisa e a publicação, com ligação ao problema, à metodologia e à comunicação.

A coordenadora do Conselho Editorial da RBC, Jacqueline Veneroso, destacou que os artigos técnicos, inclusive, precisam ser submetidos a esse Pentágono.

Os professores afirmaram, neste primeiro evento da Série, que têm presenciado, entre os estudos submetidos aos periódicos, alguns com a qualidade comprometida porque não possuem teoria ou justificativa; a introdução é vaga ou muito genérica; os autores não sabem aonde querem chegar; os objetivos são confusos e não guardam conexão com os resultados ou as conclusões apresentadas; os métodos são inadequados; os resultados não são discutidos apropriadamente; os autores não contextualizam os seus achados e escrevem como se fossem os primeiros do mundo a abordar tal temática.



Professora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, coordenadora do Conselho Editorial da RBC



Professor Gerlando Lima, editor da REPeC

“O fato de não existir um problema talvez seja a grande dificuldade dos artigos. Não há nada a ser investigado, mas o autor insiste naquilo”, completou Jacqueline.

O editor da REPeC avalia ser muito importante a análise dos resultados. “Temos visto trabalhos em que os autores apenas relatam os resultados – colocam uma tabela e a descrevem. Nesse momento, é preciso que a pessoa busque a sua experiência e a traga para ajudar na análise dos resultados”, explicou Gerlando.

Na RBC, segundo a coordenadora do Conselho Editorial, os avaliadores valorizam muito a parte descritiva. “Qualquer que seja a ferramenta que o autor for utilizar, não deve se esquecer de que nós precisamos conhecer os indivíduos e a amostra antes de serem feitas relações sobre ela. Então, a análise descritiva da amostra e das variáveis é um ponto importante”, argumentou a professora.

Na primeira live, os professores falaram muito mais sobre a qualidade das pesquisas em Contabilidade [veja na página 8 a gravação].

Periódicos técnicos X científicos: entenda as diferenças

A RBC tem como principal característica ser uma revista técnica, enquanto a REPeC é científica. Mas o que isso significa?

“A principal característica da RBC é que ela divulga, preferencialmente, estudos que transmitam experiências profissionais, sejam do mercado de trabalho, dos escritórios, das empresas ou das instituições de ensino”, afirmou a coordenadora do

Conselho Editorial da RBC.

Jacqueline chama a atenção, porém, para o fato de que um artigo ser técnico não significa que ele possa ser feito sem seguir um padrão. “Esses artigos também têm um método para ser feito, para ser submetido e avaliado”, explica a professora.

Para ela, esses padrões existem para que o conhecimento veiculado pelas publicações possa chegar

às pessoas de uma forma que elas consigam entender.

A coordenadora aproveitou para falar sobre a visibilidade que a RBC ganhou, como revista técnica, a partir da criação dos mestrados e dos doutorados profissionais. “Esses cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional precisam muito de periódicos que proporcionem a comunicação com a classe”, afirmou.

Estudo da Capes

No quinto episódio da Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC, o professor Valcemiro Nossa, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e professor da Fucape, falou sobre como desenvolver artigos técnicos – ou tecnológicos. Ele citou que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) criou, em 2009, um Grupo Técnico (GT) para discutir sobre esse tipo de produção, considerando que está havendo um aumento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional.

De acordo com o professor, esse GT de Produção Técnica da Capes chegou a uma lista de onze itens, entre os quais se encontra “Produto bibliográfico na forma de artigo técnico/tecnológico”.

As revistas técnicas são definidas, segundo Valcemiro, como periódicos voltados “para campos específicos do conhecimento, geralmente relacionados com o conhecimento tecnológico, mas que apresentam como foco o mercado, diferenciando-se assim das revistas científicas, as quais buscam divulgar o progresso científico”.

Já artigo tecnológico é definido como “o produto final de uma pesquisa aplicada ou outro produto tecnológico que relate, especialmente, de forma precisa e objetiva, o proble-




Professor Valcemiro Nossa, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e professor da Fucape

ma a ser estudado e o resultado ou a solução estabelecida para a situação-problema. Portanto, deve ter abordagem predominante na solução de problemas e em oportunidades de melhoria”.

Valcemiro explicou ainda que, nos artigos técnicos, a produção com ênfase profissional deve ter abordagem predominante na solução de problemas e, por isso, sua audiência é formada por, além de professores e pesquisadores, praticantes e gestores.

Já nos artigos acadêmicos, a produção tem abordagem predominante na compreensão (descrição, explicação e, em alguns casos, predição) de fenômenos.

Mestrado e doutorado

De acordo com a Capes, são objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais:  CLIQUE

- I. “capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;
- II. transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;
- III. contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;
- IV. atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados; e
- V. formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação.”

Segundo a Capes, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) do órgão conta, ao todo, com 852 mestrados e 37 doutorados profissionais.

Tópicos de pesquisa – capítulos da série

Os conteúdos dos seis primeiros episódios da Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC foram apresentados por experientes professores e trazem informações úteis para todos aqueles que realizam pesquisas em Contabilidade,

independentemente de ser estudo técnico ou científico. A seguir, são apresentados dados e conhecimentos de cada capítulo, com links para acesso às gravações das lives no canal do CFC no YouTube e às palestras ministradas.



LIVE 1 – QUALIDADE: O QUE AS REVISTAS ESPERAM

O primeiro evento, realizado no dia 18 de junho, às 18h, contou com a participação de Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, coordenadora do Conselho Editorial da RBC; Gerlando Lima, editor da REPeC; e Fábio Frezatti, editor da Revista Contabilidade & Finanças (RC&F) da Universidade de São Paulo (USP). Eles discutiram sobre o tema “Qualidade da Pesquisa em Contabilidade: o que as revistas esperam”.

Frezatti apresentou o Pentágono da Qualidade, um sistema que ele criou e que traz análises sobre inovação, lacuna, relevância, contribuição e impacto.

Na live, o professor da USP falou também sobre o resumo, dizendo que essa parte é uma maneira de sensibilizar as pessoas não só no momento de comunicar um artigo, mas durante toda a trajetória de uma pesquisa, desde a estruturação, a redação até a montagem do trabalho.

Para Frezatti, os pesquisadores precisam de perguntas adequadas porque, caso contrário, os autores podem virar reféns da pergunta. “Mesmo que seja legítima, às vezes, uma pergunta é tão complexa que te deixa imobilizado”, afirmou.

CLIQUE  E ASSISTA À LIVE



LIVE 2 – PASSOS PARA ESCREVER UM ARTIGO

No dia 1º de julho, o tema foi “Passos para Escrever um Artigo”. Dividida em dois momentos e conduzida pela coordenadora do Conselho Editorial da RBC, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, a primeira parte contou com a apresentação de José Elias Feres de Almeida, presidente da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (Anpcont) e editor associado da REPeC; e com comentários de Ernani Ott, professor da Unisinos e membro do Conselho Editorial da RBC.

No segundo momento, a palestra foi feita por Carlos Eduardo Facin Lavarda, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, e contou com comentários de Márcia De Luca, da Universidade Federal do Ceará e editora associada da REPeC, e de Wenner Gláucio Lopes Lucena, da Universidade Federal da Paraíba e membro do Conselho Editorial da RBC.

A palestra do professor José Elias e os *slides* da apresentação do professor Lavarda estão disponíveis abaixo.

CLIQUE  E VEJA OS SLIDES

CLIQUE  E ASSISTA À LIVE



LIVE 3 – CONTABILIDADE GERENCIAL E FINANCEIRA

Com a participação de Ilse Maria Beuren, Rosimeire Gonzaga, Andson Braga, Emanuel Lima, Vinicius Gomes, Ariovaldo dos Santos e Eliseu Martins, foi realizado, no dia 15 de julho, o debate Tópicos de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Financeira.

“Quando se fala em contabilidade gerencial, temos diferentes vertentes, com espaço para variadas visões. Podemos falar sob o ponto de vista econômico, com várias teorias de pesquisas”, citou Ilse. Juntamente com Andson e Rosimeire, ela comentou sobre a baixa diversidade das pesquisas em Contabilidade Gerencial no Brasil, entre outros pontos do tema.

Já na parte de contabilidade financeira, os palestrantes enfocaram as dificuldades de as pesquisas chegarem, de fato, aos profissionais da área. “Precisamos discutir, nos artigos, questões contábeis de forma prática”, afirmou Ariovaldo. “Assino embaixo e digo, ainda, que o profissional da contabilidade, no fundo, não tem ideia do que faz um pesquisador acadêmico”, disse Eliseu. Os professores falaram, entre outros aspectos, sobre a necessidade de os trabalhos serem úteis para a execução e a análise das informações contábeis.

CLIQUE  E ASSISTA À LIVE



LIVE 4 – POSTURA CRÍTICA E ARGUMENTAÇÃO E CONTABILIDADE PÚBLICA

No dia 22 de julho, a Série Encontros de Pesquisa RBC/REPeC realizou o seu quarto evento. A programação foi dividida em dois momentos.

Na primeira parte, com o título “Para Além da Descrição: Postura Crítica e Argumentação em Trabalhos Científicos”, o evento teve a participação dos professores Marisa Luciana Schwabe de Moraes, membro do Conselho Editorial da RBC; Iracema Neves, editora associada da REPeC e docente da UFEs; e Valdir Barzotto, da Faculdade de Educação da USP.

Já na segunda parte, intitulada “Tópicos de Pesquisa em Contabilidade Pública”, os participantes foram Robson Zucolotto, editor associado da REPeC e professor da Ufes; e Patrícia Varella, professora da USP.

Os slides da apresentação dos professores Iracema e Valdir estão disponíveis abaixo.

[CLIQUE !\[\]\(17413706fd4997a1a4bdf85c6864eee1_img.jpg\) E VEJA OS SLIDES](#)

[CLIQUE !\[\]\(faf942dc3e59ce8eb64b4ac481eca7e0_img.jpg\) E ASSISTA À LIVE](#)



LIVE 5 – CONSTRUÇÃO DE ARTIGOS TÉCNICOS E COMPORTAMENTO E TOMADA DE DECISÃO

Como elaborar artigos para publicação em periódicos técnicos e tópicos de pesquisa em comportamento e tomada de decisão em contabilidade foram os dois temas discutidos na quinta live da Série, que aconteceu no dia 5 de agosto.

Como os anteriores, o evento on-line foi dividido em dois momentos: no primeiro, o tema foi “Desvendando a construção de artigos técnicos”, abordado por Jacqueline Veneroso, coordenadora do Conselho Editorial da RBC e por Valcemiro Nossa, membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e professor da Fucape.

Já na segunda parte da live, o tema discutido foi “Tópicos de pesquisa em comportamento e tomada de decisões em contabilidade”. As palestrantes foram as professoras Ana Maria Roux, da Mackenzie; Márcia D’Souza, da UnEB/Estácio; e Bruna Avelino, da UFMG e editora associada da REPeC.

[CLIQUE !\[\]\(4f6bf54ae7e4144a72d78316053e412d_img.jpg\) E ASSISTA À LIVE](#)



LIVE 6 – CONTABILIDADE AMBIENTAL E RELATO INTEGRADO E CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

No dia 25 de agosto, os temas discutidos foram: Parte 1 – Tópicos de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Relato Integrado, com a participação das professoras Maísa de Souza Ribeiro (USP/RP) e Elise Zaro (UFGD); e Parte 2 – Tópicos de Pesquisa em Contabilidade Tributária, com o professor Sílvio Nakao (USP/RP).

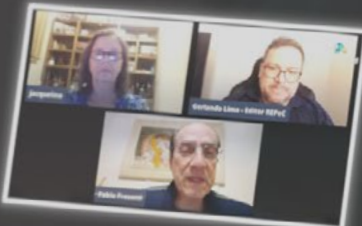
A Contabilidade Ambiental foi apresentada pela professora Maísa como um tema ainda em construção, mas muito importante, porque pode contribuir para estimular o desenvolvimento sustentável das empresas e do País. Ainda, segundo ela, é uma pesquisa capaz de unir a academia e a sociedade. Já Elise falou sobre os relatórios de sustentabilidade, a exemplo do Relato Integrado (RI).

O professor Sílvio, por sua vez, comentou sobre as oportunidades de pesquisa na área tributária. “A pesquisa tributária, no mundo, acontece, principalmente, a respeito da tributação sobre lucros”, disse ele na abertura da sua apresentação.

[CLIQUE !\[\]\(bff896c19919791b89ab521f039b410a_img.jpg\) E ASSISTA À LIVE](#)

RBC E REPEC

Série Encontros de Pesquisa





eSocial

O eSocial para micro e pequena empresa: um estudo sobre a percepção dos contadores em Redenção (PA)

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) tem como propósito a escrituração da folha de pagamento digital e de todas as obrigações legais dos empregados. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos contadores em relação ao eSocial para micro e pequena empresa. A metodologia teve uma abordagem bibliográfica, quantitativa e qualitativa para os objetos e, para os procedimentos, obteve-se pesquisa de levantamento. Para a coleta de dados, utilizou-se o questionário com dez questões fechadas, revisado por dois profissionais da área e adaptado dos trabalhos de Volpatto (2014) e Oliveira, Santana e Martins (2017). Como população desta pesquisa, foram considerados 44 escritórios de contabilidade, resultando, portanto, em uma amostra de 14 escritórios, sendo 31,82%. Como resultado, os contadores demonstraram conhecimento satisfatório em relação ao eSocial, e que esse sistema facilita a prestação das informações trabalhistas. Além disso, a rotina de trabalho dos escritórios teve mudanças significativas diante da alteração da elaboração da folha de pagamento. Logo, a percepção dos contadores em relação ao eSocial para micro e pequena empresa não é satisfatória, visto que, para empresas dessa modalidade esse sistema dificultou a elaboração da folha de pagamento.

Jefferson Antônio Conceição Cavalcante
Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar).
E-mail: jeffersonjacc@hotmail.com

Lindomar Pereira Trajano
Mestre em Ciências e Meio Ambiente – Universidade Federal do Pará (UFPA) e contador CRC-PA 020791.
E-mail: lindomar_trajano@hotmail.com

Marcos Felipe Venâncio Santos
Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar).
E-mail: fheliphe6837@gmail.com

William Miranda Costa
Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar).
E-mail: wmcwill@gmail.com

1. Introdução

A contabilidade está passando por constantes mudanças, com o objetivo de poder se adequar às necessidades dos seus usuários e de acompanhar os avanços tecnológicos, decorrentes da crescente globalização. Mediante isso, com a implantação da contabilidade digital, é possível o Fisco obter dados contábeis, de maneira ágil e centralizada, diminuindo, portanto, as ações fraudulentas e os atos de sonegação (OLIVEIRA; SANTANA; MARTINS, 2017; TESSMANN, 2011).

Nesse sentido, para Tonietti e Vila (2011), um grande avanço foi dado pela contabilidade em nosso país, quando a Receita Federal do Brasil (RFB) e o Ministério da Fazenda (MF), criou pelo Decreto n.º 6.022, de 22 janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Esse sistema, é composto por 12 subprojetos, incluindo o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), que foi determinado pelo Decreto n.º 8.373, de 11 dezembro de 2014 (VASSOLER, 2015).

Aduz Pacheco Filho e Kruger (2015) que o eSocial é um projeto idealizado pelo Governo federal, sendo capaz de unificar as informações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e tributárias, relativa a toda mão de obra. Para Bruno (2014), esse projeto foi uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Previdência Social (MPS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Fazenda (MF), Receita Federal do Brasil (RFB) e Caixa Econômica Federal (CEF). Nesse contexto, o IOB (2015) destaca os objetivos da transmissão *on-line* do eSocial, sendo eles: aumento da arrecadação dos tributos; diminuição da sonegação; eliminação de dados em duplicidade; fácil fiscalização dos

órgãos públicos; ascensão e controle da qualidade de todas as informações.

Mediante este novo cenário, faz-se necessário elaborar a seguinte pergunta da pesquisa: **Qual é a percepção dos contadores em relação ao eSocial para micro e pequena empresa?** E, para responder a esta pergunta, tem-se o seguinte objetivo geral: analisar a percepção dos contadores em relação à obrigatoriedade do eSocial para micro e pequena empresa.

E, como justificativa teórica, Vellucci, Costa e Cappelozza (2017) realizaram uma pesquisa sobre os impactos da implantação do eSocial e aconselharam estudos para verificar os impactos na competência e na carreira do profissional de administração pessoal. Ademais, Michetti e Anjos (2018) desempenharam um estudo sobre os impactos da implantação do eSocial, nos escritórios de contabilidade de Mirandópolis (SP) e sugeriram que este estudo seja explorado em outros estados, por se tratar de tema atual e que seja explorado por acadêmicos de Ciências Contábeis e Administração.

Ataides, Costa e Nagib (2019) apontaram o nível de conhecimento e preparo dos profissionais contábeis ao eSocial, em um município mineiro. Diante disso, recomendaram analisar o nível de preparo e dificuldade dos profissionais da contabilidade sobre conselhos de contabilidade diferentes e confrontar com a oferta de tais conselhos. Para Oliveira, Santana e Martins (2017) demonstraram às perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial, em Santa Catarina (SC), e sugeriram o estudo dessa pesquisa em outros estados, para comparação dos resultados.

Justifica-se o estudo desta pesquisa pela sua relevância e por ser um assunto que está em evidência nacional, pois o profissional da contabilidade está em constante adap-

tação, mediante a nova forma de transmitir as informações trabalhistas, caracterizada pela unificação de quinze obrigações. Logo, o resultado deste estudo é de interesse dos profissionais da contabilidade, empresários e áreas afins.

Assim sendo, a etapa seguinte faz uma breve conceituação sobre o Sped e o eSocial; depois é exposto sobre a metodologia, especificando quais os métodos foram utilizados; em seguida, os resultados; e, por fim, são descritas as considerações finais da presente pesquisa com o objetivo de analisar a percepção dos contadores em relação ao eSocial para micro e pequena empresa em Redenção (PA).

2. Fundamentação Teórica

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Oliveira, Santana e Martins (2017) conceitua que a contabilidade está passando por constantes mudanças, com objetivo de poder se adequar às necessidades dos seus usuários e acompanhar os avanços tecnológicos, decorrente da crescente globalização.

Nesse sentido, com a implantação da contabilidade digital, é possível ao Fisco obter dados contábeis, de maneira mais ágil e centralizada, diminuindo, portanto, as ações fraudulentas e os atos de sonegação (TESSMANN, 2011).

Para Tonietti e Vila (2011), o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) foi criado pelo Decreto n.º 6.022, de 22 janeiro de 2007, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC) 2007-2010. Diante disso, um de seus objetivos é promover a integração de todos os Fiscos existentes, em tempo real, mediante toda a sua padronização e compartilhamento das informações contábeis e

“Para o Conselho Federal de Contabilidade (2019), ele se representa como um arquivo tecnológico que tem por objetivo criar arquivos digitais da escrituração fiscal e contábil das empresas em formato que seja padronizado e específico.”

fiscais, sempre respeitando os seus limites legais (BRASIL, 2019).

De acordo com Silva Filho e Silva Filho (2016), o Sped é um sistema que é capaz de unificar todas as atividades de recepção, armazenamento, validação e autenticação de livros contábeis e fiscais. Para o Conselho Federal de Contabilidade (2019), ele se representa como um arquivo tecnológico que tem por objetivo criar arquivos digitais da escrituração fiscal e contábil das empresas em formato que seja padronizado e específico.

Para garantir a veracidade dos dados informados, através do Sped, foi criada a certificação digital, por meio da Medida Provisória (MP) n.º 2.200-2, de 24 agosto de 2001, pela qual será garantida a validade jurídica das informações prestadas (BRASIL, 2019).

Em resumo, segundo, Eckert *et al.* (2011), o objetivo do Sped é melhorar o ambiente e negócios das empresas atuantes no Brasil. Já Casarotto (2010) conceitua que as empresas poderão ter um controle mais rígido, por meio do sistema de informação e inclusive os eventos contábeis e fiscais das organizações.

O Sped é composto por 12 (doze) subprojetos, sendo eles Conhecimento de Transporte Eletrô-

co (CTe); Escrituração Contábil Digital (ECD); Escrituração Contábil Fiscal (ECF); (EFD) Contribuições; Escrituração Fiscal Digital (ICMS-IPI); Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf); eFinanceira; Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial); Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDFe); Nota Fiscal Cupom (NFCe); Nota Fiscal Eletrônica (NFe) e Nota Fiscal de Serviço (NFSe) (BRASIL, 2019).

Necessitou-se apresentar também outros estudos relacionados com esse assunto. Com a implantação e a obrigatoriedade do Sped, houve mudanças significativas da rotina das empresas contábeis. Segundo Tonietti e Vila (2011), a contabilidade cedeu espaço da fase mecânica para a fase técnica e, posteriormente para informatização, contribuindo assim para a era digital.

Para Poloni e Silva (2014), o objetivo do estudo foi descrever as principais mudanças que as empresas do setor de supermercadista tiveram com a implantação do Sped. Com os resultados dos autores, observou-se que a obrigatoriedade do Sped trouxe uma necessidade de reestruturação das empresas e conhecimento satisfatório dos gestores, a fim de atender ao Fisco.

Ruschel, Frezza e Utzig (2011) afirma que o objetivo da sua pesquisa era sobre os impactos do Sped na contabilidade, esclarecendo quais os desafios e as perspectivas dos profissionais da contabilidade teriam sobre esse novo sistema. Por fim, como resultado, o Sped estava influenciando diretamente e positivamente o trabalho de tais profissionais. Ademais, observou-se também que o maior impacto era em transmitir as informações de maneira fidedigna com qualidade dos dados e que os profissionais ainda tinham limitações de capacitação profissional.

O estudo de Padilha, Moreira e Rodrigues (2018) teve como premissa identificar a mudança que o Sped ocasionou na rotina das empresas. Diante dos resultados, percebeu-se que a implantação desse sistema possibilitou uma transformação no exercício da profissão contábil.

Em suma, observa-se que a contabilidade sofreu mudanças significativas com a implantação do Sped, no entanto, esse aspecto estendeu-se para o outro lado, o empresarial, visto que os gestores não estavam preparados para esse novo evento. Por fim, tanto a contabilidade como as empresas foram fortemente impactada por esse novo sistema.

2.2 Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSOCIAL)

Para Vassoler (2015) o Governo federal criou um subprojeto do Sped, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), por meio do Decreto n.º 8.373, de 11 dezembro de 2014.

Nesse sentido, todas as informações relativas aos trabalhadores, tais como admissão, demissão, folha de pagamento e aviso prévio, passaram a ser informadas dentro da plataforma do eSocial, que é capaz de unificar as informações, trabalhistas, fiscais e previdenciárias dos trabalhadores, com o objetivo de padronizar o seu armazenamento, transmissão e validação (ESOCIAL, 2019).

O eSocial é regido por princípios que norteiam e beneficiam todo o processo de adaptação das empresas ao novo sistema. Para o Manual de Orientação do eSocial (2019), um dos objetivos é racionalizar e simplificar o cumprimento das obrigações trabalhistas. Em resumo, segundo Pacheco Filho e Kruger (2015), é um projeto do Governo federal, que tem como objetivo a unificação das informações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e tributárias relativa a toda mão de obra. De acordo com Oliveira (2019), todas as informações serão encaminhadas através de um único banco de dados, sendo assim já cruzadas e verificadas. Com essa criação, o Governo federal poderá fiscalizar em uma plataforma digital todas as informações relacionadas aos trabalhadores do Brasil, que, de acordo com Duarte (2014), o eSocial é um dos maiores projetos vinculados ao Sped, pois abrange cerca de 12 milhões de empregados.

Conto e Rodrigues (2018) dizem que, para o Governo federal,

essa implantação foi um marco na história de como o Estado poderá exercer a fiscalização de todas as empresas, com mais abrangência, detalhamento, antecedência e fidedignidade.

Com essa unificação, haverá uma maior facilidade de fiscalização dos órgãos sociais relacionados aos trabalhadores. Para Bruno (2014) esse projeto foi uma ação conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Previdência Social (MPS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Fazenda (MF), Receita Federal do Brasil (RFB) e Caixa Econômica Federal (CEF), sendo, portanto, meros apoiadores e idealizadores desse projeto. De acordo com Oliveira (2014), através do eSocial, um único banco de dados atenderá a todas as obrigações existentes que devem ser prestadas e informadas mensalmente a esses órgãos.

O Manual de Orientação do eSocial (2019) conceitua que todo aquele empregador que contratar pessoa física e que possua alguma obrigação trabalhista, fiscal e previdenciária estará, portanto, obrigado a prestar informações através do eSocial. O início da obrigatoriedade do eSocial, segundo Resolução do Comitê Diretivo do eSocial, n.º 02, de 30 agosto de 2016, em seu Art.º 2, é em janeiro de 2018, para o 1º grupo, com faturamento no ano de

2016 acima de R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais). Logo, no Quadro 01, é demonstrado o início da obrigatoriedade do eSocial para os demais grupos.

Portanto, a obrigatoriedade da entrega das informações para cada grupo foi determinada pela Resolução do Comitê Diretivo do eSocial, n.º 02/2016, de 30 de agosto de 2016. A partir dessa data, cada grupo estará obrigado a prestar informações de caráter trabalhista. Para Gonçalves e Orth (2017), a omissão de alguma informação, quando o empregador estiver obrigado a prestá-la, se constituirá em omissão e estará sujeito à multa, conforme o tipo de infração cometida.

Esse novo sistema substituirá a entrega de 15 (quinze) obrigações acessórias, obrigadas pelos empregadores, sendo elas Guia de Recolhimento e de Informações à Previdência Social (GFIP); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT (Caged); Relação Anual de Informações Sociais (Rais); Livro de Registro de Empregados (LRE); Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT); Comunicação de Dispensa (CD); Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); Perfil Profissional Previdenciário (PPP); Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf); Declaração de Dé-

Quadro 01 – Início da obrigatoriedade do eSocial para cada grupo de obrigados

Fase	1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo	4º Grupo
1ª	8 de janeiro de 2018 e atualizados desde então	16 de julho de 2018 e atualizadas então	10 de janeiro de 2019 e atualizadas desde então	14 de janeiro de 2020 e atualizadas desde então
2ª	1º de março de 2018	10 de outubro de 2018, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data	10 de abril de 2019	a ser definido em resolução própria
3ª	1º de maio de 2018, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data	10 de janeiro de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data	10 de julho de 2019, referentes aos fatos ocorridos a partir dessa data	a ser definido em resolução própria
4ª	julho de 2019	janeiro de 2020	julho de 2020	janeiro de 2021

Fonte: Manual de Orientação do eSocial, 2019, p. 09.

“Para garantir a veracidade dos dados informados, através do Sped, foi criada a certificação digital, por meio da Medida Provisória (MP) n.º 2.200-2, de 24 agosto de 2001, pela qual será garantida a validade jurídica das informações prestadas (BRASIL, 2019).”

bitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Quadro de Horário de Trabalho (QHT); Manual Normativo de Arquivos Digitais (Manad); Folha de Pagamento; Guia de Recolhimento do FGTS (GRF); e Guia da previdência Social (GPS) (ESOCIAL, 2019).

Conforme Resolução do Comitê Diretivo do eSocial, n.º 05, de 2 outubro de 2018, haverá um tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e ao microempreendedor individual (MEI). Segundo a Nota Técnica 14/2019, que foi publicada em 18 de junho de 2019, ela estabelece um aspecto sobre as ME/EPPs. Determina essa nota que as empresas desse porte devem ter um tratamento diferenciado no eSocial. Quando os empregadores forem fazer o primeiro acesso, devem ser declaradas, no módulo web, empresas enquadradas como ME/EPP. As informações prestadas por parte dos empregadores podem ser incluídas em um módulo simplificado e específico, com automatizações, planilhas de cálculos, facilitadores e outras ferramentas que auxiliarão os gestores a declarar seus dados, tanto na elaboração da folha de pagamento como na emissão de guias (ESOCIAL, 2019).

Para Santos, Silva e Lima (2019), a nova forma de prestação das informações trabalhistas será *on-line* e diretamente no site do eSocial, pela qual terá uma ligação com o sistema operacional da empresa contábil, pois as tabelas de *layout* foram ajustadas às novas regras. Ademais, anteriormente as empresas declaravam os seus dados individualmente para todos os órgãos responsáveis, sendo muitas das vezes com informações repetidas, no entanto, hoje, as empresas geram somente um arquivo e envia-o para a plataforma do eSocial. IOB (2015) destaca os objetivos da transmissão *on-line*: aumento da arrecadação dos tributos; diminuição da sonegação; eliminação de informações em duplicidade; fácil fiscalização dos órgãos públicos; ascensão; e controle da qualidade de todas as informações.

2.3 Estudos Anteriores

Buscou-se apresentar outros estudos semelhantes. Para Oliveira, Santana e Martins (2017) o objetivo da sua pesquisa foi expor a perspectiva dos contadores em relação à implantação do eSocial, em um estudo feito por meio do Conselho Regional de Contabilidade do Esta-

do de Santa Catarina (SC). Como resultado da pesquisa, os profissionais da contabilidade demonstraram conhecimento sobre o eSocial, porém, não estavam preparados para essa nova obrigação trabalhista e, portanto, necessitava investir em capacitação profissional, por meio de consultorias e tecnologia da informação (TI).

Para Ataídes, Costa e Nagib (2019), no seu estudo, eles abordaram o nível de conhecimento e preparo dos profissionais da contabilidade sobre o eSocial, em um município de Minas Gerais (MG), quantos aos seus desafios mediante a implantação desse sistema. Diante dos achados, pode-se perceber que a maior dificuldade estava na compreensão ao eSocial por parte dos gestores e empresários e, além disso, o *layout* desse sistema tornou-se complexo para o seu manuseio.

Costa *et al.* (2018), na sua pesquisa, objetivaram demonstrar as mudanças ocorridas pela implantação do eSocial, na visão do contador público da Paraíba. Portanto, os resultados demonstraram o despreparo do profissional da contabilidade diante da implantação desse novo sistema.

Leite (2016) realizou um estudo em Sertânia (PE), com o objetivo de saber se os escritórios contábeis es-

tavam preparados para a Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial. E, como resultado, a maioria dos entrevistados não estava preparada para esse sistema.

Hanzen e Bortoluzzi (2019) analisaram o impacto da implantação do eSocial em uma transportadora, em Chapecó (SC). E, como resultado desta, observou-se pouco conhecimento dos respondentes em relação ao eSocial.

Para Michetti e Anjos (2018), a sua pesquisa teve como objetivo demonstrar se os contadores e os profissionais do departamento de pessoal do Município de Mirandópolis (SP) estavam preparados para a implantação do eSocial. Concluindo a pesquisa, obteve o resultado de que os profissionais estavam em processo de adaptação. Ademais, necessitava buscar a capacitação profissional através de cursos, palestras e treinamentos, para poder se adequar a essa nova realidade. Por fim, percebe-se que os resultados de ambos os estudos evidenciaram a falta de preparo dos profissionais da contabilidade mediante as mudanças impostas pelo eSocial.

3. Metodologia

No presente estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2010, p. 29), se baseia em citações de diversos autores com obras já publicadas, tais como livros, jornais, artigos científicos, contribuindo com a fundamentação teórica e enriquecimento da pesquisa.

Foram abordadas a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa. Esta, busca elucidar as informações obtidas através do processamento dos dados, reduzindo o espaço entre o contexto e a ação de modo a ser compreensível para o leitor. Aquela, coleta dados e trans-

forma em informações através da linguagem matemática, contribuindo para a compreensão da pesquisa (ZANELLA, 2009; TEIXEIRA, 2012)

Para a coleta de dados, utilizouse o questionário como pesquisa de levantamento, que, para Cervo (2002, p. 48), é um meio de obter respostas sobre determinada fórmula preenchida pelo informante. Esse questionário era formado por dez questões fechadas, elaborado pelos próprios autores, no Microsoft Word, revisado por dois profissionais da área e adaptado dos trabalhos de Volpatto (2014) e Oliveira, Santana e Martins (2017).

O local de estudo para o desenvolvimento da pesquisa foi no município de Redenção (PA), entre 1º agosto de 2019 e 30 agosto de 2019. A escolha dos entrevistados se deu por meio dos escritórios contábeis regulares no Conselho Regional de Contabilidade do presente estado. A aplicação dos questionários ocorreu presencialmente por meio de visitas aos próprios escritórios. Como população desta pesquisa, foram considerados 44 escritórios de contabilidade. No entanto, como uma parte do todo, 14 escritórios responderam ao questionário, perfazendo uma amostragem de 31,82% (BRASIL, 2019).

Após os questionários devidamente respondidos, os dados foram

processados na Microsoft Excel, por meio de tabelas, sendo utilizadas, portanto, as distribuições de frequência absoluta relativa e média, da estatística descritiva.

4. Resultados

A análise dos resultados será exposta em dez tabelas, descrevendo os resultados encontrados na pesquisa e comparando-se com os achados de outras pesquisas semelhantes ao tema.

Os contadores foram indagados sobre a sua compreensão em relação ao eSocial, e a Tabela 1 mostra que 92,86% já possuem conhecimento sobre o assunto. Oliveira, Santana e Martins (2017), no seu estudo, em Santa Catarina, demonstram que 59% dos seus entrevistados possuem conhecimento satisfatório há mais de dois anos. Portanto, observa-se a importância dada pela classe dos contadores frente às mudanças impostas pelo eSocial, visto que esse novo sistema mudou completamente a prestação das informações trabalhistas.

Com as mudanças exigidas pela obrigatoriedade do eSocial, é natural que as dúvidas apareçam. Mostra-se, na Tabela 2, um percentual de 35,71% da classe contábil que está compromissado e empenhado

Tabela 1 – Você conhece o eSocial empresas?

Conhecimento sobre eSocial	Frequência	Percentual
Sim	13	92,86%
Não	0	0,00%
Parcialmente	1	7,14%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 2 – Já participou de cursos e palestras sobre o eSocial?

Realização de cursos e palestras	Frequência	Percentual
Não	2	14,29%
Sim, uma vez	4	28,57%
Sim, duas vezes	3	21,43%
Sim, três vezes ou mais	5	35,71%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

a buscar conhecimento acerca do eSocial através de cursos, palestras e treinamentos. Este estudo corrobora o que diz Mann e Hoffmam (2015), demonstrando que 57%, ou seja, a maioria, já participaram de cursos, palestras e treinamentos, para poder se adequar às novas mudanças estabelecidas pelo eSocial. Para Oliveira, Santana e Martins (2017), em seu estudo, sobre a implantação do eSocial, 72,10% já realizaram cursos e palestras. Por isso, fica evidente que os profissionais da contabilidade já estão se atualizando para poder operar esse novo sistema.

A maioria dos entrevistados justifica que o eSocial veio para facilitar a prestação das informações trabalhistas, substituindo a entrega e prazos de quinze obrigações, por apenas uma, segundo a Tabela 3. Para Leite (2016), em seu estudo, em Sertânia (PE), os entrevistados indicaram que não há dificuldades de interpretação com o novo sistema e que ele facilita a entrega das informações relacionadas aos trabalhadores. Portanto, o eSocial é um sistema que veio para facilitar a prestação das informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. Por fim, com essa unificação, o sistema será mais completo e permite obter informações atualizadas dos trabalhadores.

A implantação do eSocial na sua essência está voltado pela relação entre empregador e empregado. Dessa forma, espera uma maior mudança na rotina do departamento de pessoal. A Tabela 4 aponta que 42,86% dos entrevistados justificaram que a obrigatoriedade do eSocial alterou a rotina da folha de pagamento, ocasionando mudanças sobre prazos e envio das informações. Para Volpatto (2014), essa alteração ocasionará mudanças na rotina da elaboração da folha de pagamento dos empregados. Por fim, o Governo federal criou esse sistema com o intuito de fiscalizar, em tempo real, as informações dos traba-

lhadores, no entanto, essa mudança alterou de forma significativa a rotina dos contadores, pela alteração da elaboração da folha de pagamento.

Diante do exposto, a Tabela 5 mostra que 57,14% dos contadores estão ativos no processo de adaptação das suas equipes ao novo sistema. Para Gonçalves e Orth (2017), na sua pesquisa, em Porto Alegre (RS), a maioria dos seus interrogados investiram em cursos, palestras e treinamentos com sua equipe de trabalho. Os autores Vellucci, Costa e Cappellozza (2017) realizaram uma pesquisa na área de Recursos Humanos, em São Paulo (SP), sobre a parti-

cipação dos colaboradores dos escritórios em palestras e treinamentos, e o resultado desta fora que 62,32% deles participaram da capacitação profissional. Diante disso, nota-se que a maioria dos contadores e de suas equipes fez cursos e treinamentos com empresas parceiras para se adequar às novas mudanças.

Para cerca de 50% dos profissionais, não há dificuldades em acessar o sistema, segundo dados da Tabela 6. Isso demonstra que a outra metade ainda tem algumas contrariedades, mesmo sendo parcialmente. Diante disso, vale ressaltar um estudo realizado em Campina Grande (PB),

Tabela 3 – Qual a sua percepção sobre o eSocial?

Percepção sobre o eSocial	Frequência	Percentual
Facilita a prestação das informações	9	64,29%
Dificulta a prestação das informações	1	7,14%
É mais burocrático	4	28,57%
Reduz o custo das empresas	0	0,00%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 4 – Com o eSocial, houve alguma modificação na rotina de trabalho do atual escritório?

Alteração da rotina de trabalho	Frequência	Percentual
Sim, pela adaptação ao novo sistema	4	28,57%
Sim, pela alteração da rotina da folha de pagamento	6	42,86%
Não	0	0,00%
Outras modificações	4	28,57%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 5 – Sobre as mudanças com a implantação do eSocial, você já realizou algum treinamento com a sua equipe de trabalho e empresas parceiras?

Treinamento com equipe e empresas parceiras	Frequência	Percentual
Sim	8	57,14%
Não	6	42,86%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 6 – Você tem alguma dificuldade em entender e utilizar esse novo sistema?

Dificuldades encontradas	Frequência	Percentual
Sim	0	0,00%
Não	7	50,00%
Parcialmente	7	50,00%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

por Abrantes (2014), que, através dos seus resultados, evidencia que a maior dificuldade dos contadores está em entender sobre essas novas mudanças e cumprir os novos prazos estabelecidos, no entanto, esse estudo era no começo da fase de implantação do sistema trabalhista. Portanto, como resultado demonstrado nessa tabela, podemos observar que os contadores já se adequaram a essa nova realidade. No entanto, ainda surgem algumas dúvidas, porém, isso não é possível comprometer a utilização dessa plataforma trabalhista.

Com as mudanças na rotina do departamento de pessoal, observa-se na Tabela 7 que um percentual de 50% aponta dificuldade na elaboração da folha de pagamento. Segundo Mann e Hoffman (2015), o eSocial impactará negativamente o departamento de Recursos Humanos (RH). Portanto, como resultado da presente pesquisa, é notório observar que há dificuldade para elaboração da folha de pagamento para empresas desta modalidade.

Com a obrigatoriedade do eSocial, muitos questionamentos surgem em relação para a adaptação ao novo sistema. Conforme apresentado na Tabela 8, os contadores estão passando por um processo de mudança, diante das prestações das informações trabalhistas e, por isso, veja que 71,43% admitem que sua maior dificuldade está na adaptação ao eSocial. Esse resultado corrobora o de Abrantes (2014) em que 72,73% dos entrevistados não estão preparados para essas novas mudanças de adaptação. Em suma, nota-se como a pesquisa de Abrantes era em 2014, e grande parte da classe contábil não estava preparada para essas alterações. Portanto, os dados da pesquisa atual demonstra um percentual muito relevante e significativo por ser atualmente, comparando-se com a pesquisa anterior, elaborada no ano de 2014. Logo, mesmo com a obrigatorieda-

de do eSocial para micro e pequena empresa, muitos contadores ainda não estão preparados para essa nova adaptação sistêmica.

Os profissionais da contabilidade se mantêm 100% atualizados sobre as mudanças do eSocial, de acordo com a Tabela 11. Segundo Corazzim (2017), praticamente todos os seus questionados estão atentos, em todos os meios de comunicação, sobre a implantação e possíveis mudanças do eSocial. Para Oliveira, Santana e Martins (2017), cerca de 53% buscam conhecimento mediante a internet, artigos científicos e vídeos aulas. Já para Abrantes (2014), a maioria utiliza o site oficial da EFD-Social para se manter atualizada. Assim, os contadores es-

tão sempre bem atentos e atualizados sobre as mudanças e possíveis alterações ocorridas pelo eSocial.

Nota-se que 92,86% teriam prejuízo se o eSocial deixasse de existir no momento, caracterizado pelo investimento da sua equipe, conforme exposto na Tabela 12. Para Mann e Hoffmam (2015), destaca na sua pesquisa que os seus indagados fizeram investimentos e capacitação profissional da sua equipe de trabalho e tecnologia da informação para a adaptação ao novo sistema. Por isso, fica evidente que os entrevistados fizeram investimentos para adaptação ao novo sistema. Portanto, caso o eSocial deixasse de existir no momento, os escritórios teriam um prejuízo contábil.

Tabela 7 – Qual a sua percepção sobre o impacto do eSocial na rotina do departamento pessoal para micro e pequena empresa?

Percepção sobre impacto do eSocial no RH	Frequência	Percentual
Dificultou a elaboração da folha de pagamento	7	50,00%
Facilitou a elaboração da folha de pagamento	5	35,71%
Aumentou os custos do departamento	2	14,29%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 8 – Para micro e pequena empresa, qual a sua maior dificuldade em relação ao eSocial?

Dificuldades em relação ao eSocial empresas	Frequência	Percentual
Não tenho	3	21,43%
Adaptação ao sistema	10	71,43%
Unificação das outras obrigações	1	7,14%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 09 – Você e sua equipe de trabalho estão se atualizando constantemente sobre as mudanças do eSocial?

Atualizações do eSocial	Frequência	Percentual
Sim	14	100,00%
Não	0	0,00%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

Tabela 10 – Se o eSocial deixar de existir hoje, quais os impactos teriam os escritórios de contabilidade?

Extinção do eSocial	Frequência	Percentual
Prejuízo pelo recurso investido	13	92,86%
Seria positivo, pois o eSocial é burocrático	1	7,14%
Total	14	100,00%

Fonte: os autores, 2019.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos contadores em relação à obrigatoriedade do eSocial para micro e pequena empresa. Os entrevistados demonstraram conhecimento satisfatório sobre o tema e destacaram que esse sistema facilita a prestação das informações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, unificando a entrega de quinze obrigações em apenas uma.

Mediante as repostas dos questionários, percebe-se que os interrogados declararam que a rotina de trabalho dos atuais escritórios teve mudanças diante da alteração da elaboração da folha de pagamento. E, além disso, os contadores e suas equipes de trabalho estão em constante processo de aprendizagem e

conhecimento, ou seja, por meio de cursos, palestras e treinamentos, contribuindo, portanto, para o entendimento e manuseio desse sistema.

Nesse contexto, a percepção dos contadores em relação ao eSocial para micro e pequena empresa não é satisfatória, visto que, para empresas dessa modalidade, esse sistema dificultou a elaboração da folha de pagamento. Logo, esse resultado corrobora o de Mann e Hoffman (2015) que o eSocial impactará negativamente a rotina do Recursos Humanos (RH). Como dito, para empresas dessa modalidade, a sua maior dificuldade está em relação à adaptação sistêmica por ser burocrático. Portanto, esse resultado vai ao encontro do que aduz Abrantes (2014), que 72,73% dos seus entrevistados não estão preparados para essas no-

vas mudanças. Logo, os contadores e suas equipes de trabalho estão se atualizando constantemente sobre as mudanças do eSocial. Por fim, se esse programa deixar de existir hoje, os escritórios de contabilidade teriam um prejuízo contábil decorrente do investimento da sua equipe e da tecnologia da informação (TI).

Por isso, essa pesquisa apresenta como fator limitante sua amostra, representando 31,82% da população. Ademais, como se trata de um tema atual, há escassez de artigos relacionados para comparar os resultados encontrados.

Logo, para futuras pesquisas, sugere-se o estudo da percepção dos contadores em outras regiões. E, além disso, recomenda-se um estudo sobre os benefícios decorrentes dessa implantação daqui a alguns anos.

Referências

ABRANTES, D. S. *EFD-SOCIAL: As empresas atacadistas de alimentos de Campina Grande estão realmente preparadas para essa nova obrigatoriedade?* 2014. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

ATAIDES, C. M. de; COSTA, L. B; NAGIB, L. de R. C. *O nível de conhecimento e preparo ao eSocial dos Profissionais de um município Mineiro*. Artigo Original. RAGC, v.7, n.28, p.133-148/2019.

BRASIL. *MEDIDA PROVISÓRIA. Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001*. Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, transforma o Instituto Nacional da Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. *Objetivos do SPED*. 2019. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967>. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Receita Federal Do Brasil. *Universo de Atuação do Sped*. 2019. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/970>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Secretaria Municipal da Fazenda. *Número de Escritórios Contábeis regulares no município*. Departamento Imobiliário de Redenção – PA. 2019.

BRUNO, Karina da Costa. *O eSocial Como ferramenta de apoio à monitoração de pessoas no Serpro*. Universidade Federal de Porto Alegre. p. 28. 2014.

CASAROTTO, Cariane. *Análise do SPED sob a perspectiva da Gestão da Informação Contábil*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.3. 2010.

CERVO, Amado Luiz. *Metodologia Científica*, 5. Ed. – Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervain. Pág. 48. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COMITÊ DIRETIVO. *Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 02 de 30 de agosto de 2016*. Dispõe sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial). Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/legislacao/resolucao-do-comite-diretivo-do-esocial-no-2-de-30-de-agosto-de-2016-consolidada>. Acesso em: 19 set. 2019.

COMITÊ DIRETIVO. *Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 05 de 02 de outubro de 2018*. Dispõe sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial). Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/legislacao/resolucao-do-comite-diretivo-do-esocial-no-5-de-2-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 24 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. *Sped. O que é*. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=261>. Acesso em 01 out. 2019.

CONTO, Renê Roberto de; RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. *Implicações Contábeis da Implantação do eSocial em uma Fundação de apoio*. p. 08. 2018.

CORAZZIM, Giovanni. A Tecnologia da Informação na Contabilidade. *Revista gestão em Foco*, Amparo, n. 9, p. 44-50, 2017.

COSTA, S. L. et al. *Implantação do eSocial nas entidades públicas pela perspectiva de Contadores públicos Paraibanos*. Caderno Profissional de Administração – UNIMEP, v.8, n.1, 2018.

DUARTE, Roberto Dias. *eSocial: a CLT digital*. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/esocial-a-clt-digital>. Acesso em: 02 out 2019. Administradores – O portal da administração 2014.

ECKERT, A. et al. Vantagens e Desvantagens da Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital em uma Grandes Empresa Industrial. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. V.3, n.3 p 82-83, set/dez, 2011.

ESOCIAL. *Portal eSocial*. Nota Técnica traz indicativo de ME/EPP para acesso ao módulo simplificado. 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/noticias/nota-tecnica-traz-indicativo-de-me-epp-para-acesso-ao-modulo-simplificado>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ESOCIAL. *Portal eSocial*. *Conheça o eSocial*. Introdução: quais são os sistemas de informação do Governo Federal que serão substituídos pelo eSocial Empresas. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 21 de set. 2019.

ESOCIAL. *Portal eSocial*. *Conheça o eSocial*. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: 23 março de 2019.

GIL, Antônio Carlos, 1946 – *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. E. B.; ORTH, C. O - *eSocial: Um estudo sobre o planejamento dos escritórios contábeis de Porto Alegre/RS frente as mudanças*. p. 06, 2017, p. 6. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183020/001072780.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 17 set. 2019.

HANZEN, Leandro Jose; BORTOLUZZI, Citânia Aparecida Pilatti. Os impactos operacionais na rotina do RH com a implantação do esocial: estudo de caso em uma transportadora de Chapecó (SC). *Revista Tecnológica / ISSN 2358-9221*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 94 - 111, maio 2019. ISSN 2358-9221. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/340>. Acesso em: 28 set. 2019.

IOB, Equipe Técnica. *IOB Guia Prático do eSocial 2.1: Orientações Gerais e Principais Eventos*. 2. ed. São Paulo: IOB Sage, 2015. Disponível em: <https://www.iob.com.br/newsletterimages/iobstore/sumarios/2015/out/LIV21300.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

LEITE, C. M. S. *Uma pesquisa sobre a preparação dos escritórios de contabilidade do município de Sertânia/PE para as obrigações geradas pelo Sistema de Escrituração Digital (ESOCIAL)*. 2016. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)- Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10408>. Acesso em: 28 set. 2019.

MANN, Hudson de Sant'anna Krepel. HOFMMAM, Rosa Cristina. *A Implantação do eSocial sob a ótica dos Profissionais do RH das cooperativas agropecuárias de Ponta Grossa* – Pr. V. 01, p. 04; 07, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331559909_As_vantagens_do_e-SOCIAL_para_empregados_e_empregadores/citation/download. Acesso em: 18 set. 2019.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO ESOCIAL – Versão 2.5.01. Janeiro de 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

MICHELLI, L. E.; ANJOS, R. P. eSocial: Impacto da Implantação nos Escritórios de Contabilidade de Mirandópolis-SP. AEMS. *Revista Conexão Eletrônica* – Três Lagoas, MS – volume 15 – número 1 – Ano 2018.

OLIVEIRA, Aristeu de. *eSocial: Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas* – Manual prático. São Paulo, editora Atlas, 09-2014.

OLIVEIRA, Fábio. *Guia rápido: O que é o eSocial e seus impactos na contabilidade*. Administradores – O portal da administração. 17 abr. 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/guia-rapido-o-que-e-o-esocial-e-seus-impactos-na-contabilidade>. Acesso em: 05 out 2019.

OLIVEIRA, L. da S. de; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. RMC, *Revista Mineira de Contabilidade*. Minas Gerais. V.18, n 2 art. 4, p. 41-53, maio/ago. 2017.

PACHECO FILHO, José; KRUGER, Samuel. *eSocial: Modernidade na Prestação de Informações ao Governo Federal*. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://www.saraiva.com.br/esocial-modernidade-na-prestacao-de-informacoes-ao-governo-federal-8882193/p>. Acesso em: 23 set. 2019.

PADILHA, G. L.; MOREIRA, D. C. C.; RODRIGUES, T. A. SPED Fiscal: Impactos e Reflexos. *Revista Humanidades e Inovações* v.5, n.2 – 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/30>. Acesso em: 25 set. 2019.

POLONI, Waléria Pereira; SILVA, Adriano Camiloto da. *Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. A nova realidade das empresas*. Artigo de Conclusão de Curso, apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2014. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/910/2/2.%20Artigo%20-%20Waleria%20Pereira%20Poloni.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RUSCHEL, M. E; FREZZA, R; UTZIG, M. J. S. O impacto do Sped na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil. *Revista Catarinense de Ciência Contábil* – CRCSC – Florianópolis, v. 10, n. 29, p. 9-26, abr./jul. 2011.

SANTOS, M. dos; SILVA, P. G. da; LIMA, A. R. de. As vantagens do e-Social para empregados e empregadores. II SENGI. In. *Simpósio de Engenharia, Gestão e Inovação*. Águas de Lindoia – São Paulo, maio de 2019.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da; SILVA FILHO, Paulo Amilton Maia da. Nível de Conhecimento dos Contadores em Relação ao Sped: Um Estudo Exploratório por Meio da Teoria de Resposta ao Item. *Pensar Contábil*, 2016, 18.65. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/2664> Acesso em: 16 set. 2019.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa* / Elizabeth Teixeira. 9 ed. Pág. 136 – Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

TESSMANN, Gislaíne de Melo. *O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/506/1/Gislaíne%20de%20Melo%20Tessmann%20.pdf> Acesso em: 28 set. 2019.

TONIETTI, Priscila Guimarães; VILA, Rodrigo Barreto. *SPED (Sistema Público de Escrituração Digital): A contabilidade na era digital*. Artigo Científico elaborado a partir do Manual de artigo Científico do Athenas Grupo Educacional e das Normas da ABNT solicitado no curso de pós-graduação em MBA auditoria contábil e financeira. 2011.

VASSOLER, H. D. *O sistema de escrituração fiscal digital das obrigações fiscais previdenciárias e trabalhistas: eSocial*. 2015. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

VELLUCCI, R. G; COSTA, L. V; CAPPELLOZZA, A. Os Desafios da Implantação do eSocial. XX Seme Ad In. *Seminários em Administração*. 2017.

VOLPATTO, Eliara. *Preparativos para Implementação do eSocial: Um estudo nos escritórios Contábeis de Passo Fundo*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração*. Florianópolis: CAPES, 2009.





IFRS

Análise das principais variáveis macroeconômicas de adoção das normas IFRS para pequenas e médias empresas

A presente pesquisa busca analisar as justificativas primárias para o crescente reconhecimento e destaque das normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) para pequenas e médias empresas (IFRS PMEs) e suas correlações com determinantes macroeconômicos que ora poderiam influenciar diretamente a sua adoção pelas jurisdições catalogadas pelo website do IFRS. Embora as principais variáveis estudadas por diversos trabalhos tendam a tratar o viés econômico como um ponto de forte relação, verificamos demais variáveis que ora poderiam apresentar algum resultado significativo, tais como a questão educacional, familiaridade com as regras IFRS gerais e relação de dependência entre a base tributária e contabilidade. Por meio da coleta e da análise de dados de uma amostra de 115 países, verifica-se que, no contexto atual da globalização, com o crescimento inexorável de economias emergentes e integrações globais, as variáveis estudadas que poderiam apresentar certo resultado significativo no passado hoje tendem a apresentar correlação fraca ou não significativa perante a escolha em adotar as regras para pequenas e médias empresas, oferecendo assim uma perspectiva nova e ampla para o tema.

Wesley Matheus de Vasconcellos

Graduado em Ciências Contábeis e MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Universidade do Sagrado Coração, com foco na área de Pesquisa em Contabilidade Internacional; Diploma de Mérito CRCSP - Patrono "Contador Antonio Luiz Sarno" obtido em 2016; analista nas áreas Contábil, Controladoria e Custos.

E-mail: wesleym04@hotmail.com

1. Introdução

A partir de todo o histórico e ordenamento prático da contabilidade, a harmonização das normas de cunho nacional para internacional passou a ocupar um papel relevante de discussão e debate tanto no meio acadêmico como entre entes profissionais em volta do globo. Contudo, apesar de iniciativas com propostas baseadas na atividade comum serem majoritariamente difundidas por organismos, como o *International Accounting Standards Board* (IASB) (FREIRE et al., 2012), ainda há lacunas a serem preenchidas pela academia, sendo uma delas o estudo voltado para pequenas e médias empresas (RIVA; SALOTTI, 2015).

Atualmente, 144 jurisdições permitem ou seguem as normas regidas pelo IASB, as quais representam cerca de 99% do PIB mundial. Desde a instauração das normas internacionais para pequenas e médias empresas em 2009, conhecidas como "International Financial Reporting Standards for Small and Medium-sized Entities - IFRS for SMEs", 86 países exigem ou permitem seu uso para relatórios financeiros, o que demonstra o percentual considerável de 59,7% de jurisdições que não têm adotado ou rejeitam a norma em questão (IFRS, c2019).

Panagiotidou (2015) ressalta que a criação do pronunciamento técnico pelo IASB em 2009 teve como foco o aumento da competitividade da categoria e o decréscimo de custos operacionais na elaboração de relató-

rios financeiros, ao promover a simplificação de políticas contábeis. Todavia, a falta de conhecimento, a incerteza do novo sistema e o impacto que a mudança causará na necessidade dos usuários são fatores ponderados pelas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) diante da não adoção do IFRS de acordo com Mandilas, Nikolaidis e Valsamidis (2015). Além disso, tal norma constitui um conjunto separado de princípios das IFRS, portanto permitindo a cada país optar pela adoção a estes padrões independentes de imperativos internacionais.

Dados estatísticos revelam que as PMEs formais contribuem para mais de 60% do total de empregos ao redor do mundo e cerca de 40% do total do PIB de economias emergentes (World Bank, c2019). Para países integrantes do grupo OECD, empresas pequenas e médias são predominantes, correspondendo a aproximadamente 99% de todas as entidades e responsáveis por cerca de 70% dos empregos formais (OECD, 2017). Além da importância explicitada da categoria, segundo dados do *World*

Trade Organization (2016), governos ao redor do mundo estão cada vez mais interessados em facilitar a participação das PMEs no comércio, isto graças a uma forte crença referente ao aumento de produtividade, ajudando no estímulo ao emprego e redução de níveis de pobreza como consequência.

Tendo em vista a importância das PMEs no cenário global e o uso de IFRS para PMEs em muitos países, o objetivo central deste estudo é analisar se atualmente há forte relação entre a adoção de IFRS para PME e fatores institucionais, tais como: nível educacional, questão econômica, familiaridade com regras IFRS e correlação da base tributária atuante. Conforme declaram Riva e Salotti (2015), diversos países ainda estudam a viabilidade da aplicação das normas direcionadas às médias e pequenas empresas, logo a finalidade do estudo não seria encontrar um denominador comum entre as 86 jurisdições que por ora não adotaram a norma em destaque, mas, sim, exibir uma análise descritiva sob a perspectiva de outras pesquisas sobre o tema.

A escolha do tema justifica pela carência de estudo a respeito das normas de contabilidade internacional no âmbito das PMEs, as quais não são inerentes apenas à academia brasileira, mas também no cenário internacional, conforme Chua e Taylor (2008) pensam. Os autores relatam que uma justificativa frequente para as IFRS aplicáveis a partir de qualquer perspectiva é que a maioria das pesquisas sobre o efeito da adoção voluntária do IFRS se concentra nos efeitos do mercado de capitais (custo do capital próprio ou medidas de liquidez), nos atributos das previsões dos analistas (estudos de dispersão e precisão) ou estudos perante a visão dos *stakeholders* e dados consolidados, ou seja, estudos a partir do



“A partir de todo o histórico e ordenamento prático da contabilidade, a harmonização das normas de cunho nacional para internacional passou a ocupar um papel relevante de discussão e debate tanto no meio acadêmico como entre entes profissionais em volta do globo.”

reflexo de empresas de médio/grande porte. A análise do grau de correlação das hipóteses supracitadas e o ambiente das micros e pequenas empresas concernente às regras internacionais ainda dispõe de um relevante campo a ser explorado, levando em consideração a ideia de Zehri e Chouaibi (2013) e Bonito e Pais (2018), os quais reiteram que seria importante estudar a adoção de IFRS não apenas para pequenas e médias empresas, mas também para empresas de pouco alcance no cenário “macroeconômico”.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Dificuldades de Convergência das Normas Internacionais para as PMEs

Na tentativa de minorar entendimentos em resposta à demanda global por informações transparentes, Franco (1999) diz que o objetivo da estrutura conceitual da contabilidade internacional constitui um conjunto de renovação contínua, iniciada na década

de 70 até os dias atuais, com foco em atualizar o *framework* das companhias para elaboração e divulgação de relatórios financeiros de qualidade e de maneira compreensiva globalmente.

Mourad e Paraskevopoulos (2010) e Zeff (2007) apud Mascia (2012) dizem que o projeto de adoção do IFRS passou a ser considerado a partir de características inerentes a cada região. Logo, diversos entendimentos de diversas linhas presentes nas normas internacionais podem causar diferentes interpretações. Um exemplo a destacar referente a eventuais impedimentos é a situação tratada por Carmona e Trombetta (2008) em que economias emergentes, por exemplo, as quais são formadas majoritariamente por empresas de pequeno e médio porte, carecem muitas vezes de mercados bem desenvolvidos, o que pode gerar conceitos com significados controversos dentro de contextos institucionais que são notavelmente diferentes daqueles os quais testemunharam o surgimento de determinada noção. Zeghal e Mhedhbi (2006) corroboraram

ao analisarem outrora que países que dispõem de mercados de capitais, avançados níveis de educação e de um alto patamar econômico seriam os quais mais inclinados em adotar as regras internacionais em comparação aos países emergentes. Por consequência, diante de toda a questão histórica, surge a tendência ao desenvolvimento de alternativas para estimativas e conceitos específicos, tornando a atividade contábil uma linguagem não homogênea, mesmo em casos em que se assemelham em economias que integram parcerias¹ (UZMA, 2016; PENG; BEWLEY, 2010; LARSON; KENNY, 1995; NURUNNABI, 2015;).

Contudo, apesar de eventuais dificuldades, muitas nações estão no caminho da harmonização em conformidade com escopo do *IASB*. E, com o recente crescimento de estudos a respeito da adoção das IFRS no contexto de nações emergentes², houve, a partir de 2003, o direcionamento natural a respeito de prováveis normas específicas para as pequenas e médias empresas (ZEHRI; CHOUAIBI, 2013; MANDILAS; NIKOLAIDIS; VALSAMIDIS, 2015).

1. Vale destacar a pesquisa de Dvorak e Vasek (2015) que questionam se as regras emitidas pelo IFRS podem de fato ser designadas como globais levando em conta que aplicação das normas é majoritariamente feita através do empoderamento de leis, o que as IFRS são, junto com suas complexidades, destinadas primeiramente para “Listed companies” (Empresas de capital aberto), ou seja, uma representatividade seleta.

2. Segundo dados da OECD (2019), existem cerca de 420 a 510 milhões de PME formais e informais, das quais 310 milhões estão em mercados emergentes.

Recorrendo ao processo histórico, a referida discussão sobre normas direcionadas as pequenas e médias empresas teve início em setembro de 2003, em que o IASB decidiu que deveria desenvolver normas contábeis apropriadas para empresas de menores portes e que o desenvolvimento de padrões IASB para PMEs deveria começar extraindo determinados conceitos fundamentais da norma vigente (DELOITTE, 2017).

Em 2004, o documento de discussão "*Pontos de vista preliminares sobre normas contábeis para pequenas e médias entidades*" publicado naquele ano, ofereceu a oportunidade de profissionais da área comentarem as questões que foram desenvolvidas pelo IASB, de modo a ajudar e contribuir para o seu papel (MANDILAS; NIKOLAIDIS; VALSAMIDIS, 2015). Após 5 anos de discussões, no ano de 2009, ocorre a emissão das IFRS para Pequenas e Médias Empresas (IFRS para PMEs), fornecendo assim um quadro alternativo o qual pode ser aplicado por entidades elegíveis, em vez de seguirem o conjunto completo das IFRS.

Levando em consideração o âmbito atuante das pequenas e médias empresas e as dificuldades de convergência das normas internacionais em qualquer perspectiva, principalmente para países emergentes, as IFRS para PMEs tornou-se então uma norma independente, incorporando princípios contábeis baseados em IFRS completas, mas que foram simplificadas para atender às entidades dentro de seu escopo. Com a remoção de alguns tratamentos contábeis permitidos pelas IFRS completas. A IFRS para PMEs reduz

o volume de exigências contábeis aplicáveis às PMEs em mais de 90% quando comparado com o conjunto completo (DELOITTE, 2017).

Todavia, a inserção das IFRS para PME gerou opiniões mistas. Flower (2004) apud Mandilas, Nikolaidis e Valsamidis (2015) destacou que o projeto era falho, fundamentando sua opinião ao dizer que uma empresa pode optar por não aplicar o conjunto de normas a ela adequado. O autor também reitera o ponto de vista ao dizer que a norma contradiz a constituição central do IASB, que é desenvolver um único conjunto de normas. Ampofo e Sellani (2005) afirmam que a idealização pregada pelo IFRS é uma solução muito simplista a um complexo conjunto de problemas. Questões relacionadas com a soberania nacional, política, cultura, língua, ambientes econômicos e de negócios não são plenamente abordadas. Os autores também que as nações desenvolvidas, como os Estados Unidos, têm complicados acordos comerciais, tais como operações com derivativos e precisam de normas de contabilidade rigorosas para resolver as suas questões específicas.

O *European Financial Reporting Advisory Group* (Efrag), através de uma carta de comentários, sintetiza toda a situação ao relatar que as IFRS completas continuam a ser desenvolvidas com o objetivo de atender principalmente às necessidades dos mercados de capitais e se beneficiar da tecnologia de informação sofisticada mais recente. Efrag apoia o desenvolvimento de um conjunto simplificado de normas internacionais, ressaltando apenas que tudo precisa ser preparado sob uma base razoável, considerando equilíbrio entre custos e benefícios (EFRAG, c2007).

2.2 Hipóteses de Pesquisa

Levando em consideração trabalhos antes elaborados sobre a harmonização contábil em geral, a tentativa da presente pesquisa é derivar ou anular um conjunto de hipóteses que influenciam fortemente a decisão de um país em não seguir as regras internacionais para pequenas e médias empresas por meio da coleta de dados do maior número de países possível, sem pré-classificações ou distinções geopolíticas. Para desenvolver e enquadrar tais hipóteses, foram analisados os principais tópicos tratados em trabalhos internacionais que relacionam o tema "contabilidade internacional" e as motivações e causas para adoção das normas. Verificam-se diversas variáveis e pressupostos condicionantes à adoção conforme fatores ambientais, ora tratados por Zehri e Chouaibi (2013), aspectos sociais, os quais podem ser inseridos em contextos políticos conforme analisado por Ghio e Verona (2015) ao enfatizar países dos Brics em específico e o trabalho de Kaya e Koch (2015)



ao tratarem relação de sistemas legais atuantes. Campagnoni, Rover e Vicente (2016), por sua vez, verificaram questões da qualidade das instituições de governança enquanto Zeghal e Mhedhbi (2006); Archambault J. e Archambault M. (2009); Judge, Li e Pinkers (2010) e Saudagaran (2009) outrora tratam do assunto de maneira macro, analisando diversos fatores correlacionados.

A presente pesquisa, por outro lado, buscará identificar por meio de 4 hipóteses básicas resultados destacados noutros trabalhos.

2.2.1 H1: Familiaridade com os princípios do IFRS

Quando uma empresa em processo de internacionalização decide afastar-se das normas locais de contabilidade e aderir às normas internacionais, são propostas duas opções: ou IFRS, baseada no conceito de princípios, ou US GAAP/demais regras, baseadas majoritariamente no conceito de regras (FRANCO, 1999). Atualmente, tanto o conjunto completo das IFRS quanto o IFRS para PMEs são "principle-based", ou seja, baseados em princípios (BONITO; PAIS, 2018).

Segundo Saudagaran (2009), ao estudar os regimes financeiros de vários países, é importante a diferenciação entre os regulamentos contábeis e a prática contábil que, de fato prevalece, sendo que a proximidade ou distanciamento entre os tópicos é relativo com a familiaridade ao tema.

Hipótese 1: Países familiarizados com os princípios da IFRS ou que já o empregam estariam inclinados a aceitar as regras especiais para PMEs.

2.2.2 H2: Questão envolvendo níveis educacionais

De acordo com a argumentação de Zehri e Chouaibi (2013), os padrões internacionais são bastante complexos, e seu entendimento exige um conhecimento profundo e detalhado não apenas da contabilidade, mas também de outras disciplinas. Na concepção de Zeghal e Mhedhbi (2006), a formação é o pilar para sistemas de contabilidade na era moderna, sendo, nos países onde o nível de educação é baixo e o fator experiência é fraco, há uma verdadeira barreira para a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Estudos como o de Judge, Li e Pinker (2010); Archambault J. e Archambault M. (2009); Bonito e Pais (2018) e Choi e Meek (2008) apresentam correlação significativa do viés da contabilidade com a educação em um campo amplo. Choi e Meek (2008) inclusive afirmam que a educação contábil profissional é difícil de alcançar, em que os níveis educacionais gerais são baixos.

Hipótese 2: Relação entre o nível educacional de uma jurisdição perante a adoção das regras especiais para PMEs.

2.2.3 H3: Relação dependência da base tributária e a contabilidade

Em muitos países, a legislação tributária determina efetivamente os padrões contábeis, uma vez que companhias devem registrar receitas e despesas em suas contas para reivindicá-las para fins fiscais. Em outras palavras, a contabilidade financeira e tributária torna-se a mesma, ou seja, ocorrendo uma relação de dependência (CHOI; MEEK, 2008).



Chua e Taylor (2008) argumentam que o propósito maior do IFRS não é propriamente satisfazer questões burocráticas, sendo muitas delas de caráter tributário/taxativo apenas (BONITO; PAZ, 2018).

Choi e Meek (2008) destacam casos nos Estados Unidos e Holanda, onde a contabilidade financeira e tributária é separada: Lucros tributáveis são essencialmente lucros contábeis financeiros ajustados por diferenças nas leis tributárias, enquanto na Suécia, por exemplo, contabilidade financeira e base tributária são alinhadas.

Hipótese 3: Países onde há forte relação entre a contabilidade e a base tributária estariam menos inclinados a seguir as regras especiais para PMEs.

2.2.4 H4: Desenvolvimento econômico

Segundo Archambault J. e Archambault M. (2009) e Judge, Li e Pinkers (2010), devido a questões históricas³, os países com economias desenvolvidas tendem a ter uma profissão contábil bem organizada com um processo de desenvolvimento de normas contábeis já estabelecido em comparação a países em desenvolvimento. Belkaoui (1994) apud Joshi e Ramadhan

3. Saudagaran (2009) em sua obra declara que tais questões históricas podem estar ligadas por laços políticos e econômicos no passado através do legado da colonização. O autor (2009) cita exemplos de Singapura e Malásia os quais apresentam modelos contábeis similares ao Reino Unido, similaridades ligadas a aspectos históricos também entre Filipinas e EUA.

(2002) diz que, a fim de diminuir o distanciamento econômico entre as nações, países emergentes usam como melhor estratégia a adoção das normas internacionais. O raciocínio por trás desta ação seria a redução de regras complementares e custos com normas domésticas, facilitando assim o investimento estrangeiro e legitimando o *status* como um membro de pleno direito da comunidade internacional.

Zehri e Chouaibi (2013) dizem que, a nível acadêmico, os resultados que relacionam a implantação das normas gerais IFRS com crescimento econômico são controversos. Segundo os autores a questão de estudar os determinantes da adoção do IAS/IFRS é majoritariamente explorada no contexto dos países em desenvolvimento, pois tais países continuam a experimentar forte crescimento econômico, portanto apresentam um peso na economia internacional o qual é multiplicado por adesões de demais países às normas IFRS.

Hipótese 4: *Países com forte atuação econômica estariam inclinados a seguir as regras especiais para PMEs em comparação a países emergentes.*

3. Metodologia

Com o objetivo de testar a relação entre fatores macroeconômicos de adoção do IFRS PME pelas jurisdições ora catalogadas no site do IFRS (IFRS, c2019), contamos com uma amostra composta por 115 países distribuídos inicialmente pelos 6 continentes conforme destacado na Tabela 1. Vale ressaltar que estudos anteriores a níveis de países buscaram informações na mesma fonte devido à falta de *data-base* global a respeito da adoção do IFRS para as PMEs conforme destacado por Kaya e Koch (2015).

Tabela 1 – Países selecionados por continente

Países que adotaram as regras IFRS-PME				
África	América	Ásia-Oceania	Europa	Oriente Médio
Nigéria	Nicarágua	Papua-Nova Guiné	Macedônia	Emir. Árabes Unidos
Madagascar	Guatemala	Paquistão	Sérvia	Qatar
Malawi	Honduras	Camboja	Bósnia e Herzegovina	Bahrein
Zâmbia	Jamaica	Filipinas	Ucrânia	Arábia Saudita
Gana	El Salvador	Malásia		Jordânia
Ruanda	Panamá	Sri Lanka		Palestina
Tanzânia	Rep. Dominicana	Geórgia		
Uganda	Brasil	Singapura		
Quênia	Colômbia	Armênia		
Zimbábue	Peru	Cazaquistão		
Namíbia	Venezuela	Azerbaijão		
Botswana	Costa Rica			
Maurício	Equador			
África do Sul	Uruguai			
	Chile			
	Argentina			
	Trinidad e Tobago			
	Barbados			

Países que não adotaram as regras IFRS-PME				
África	América	Ásia-Oceania	Europa	Oriente Médio
Chade	México	Afganistão	Turquia	Omã
Costa do Marfim	Bolívia	Índia	Áustria	Kuwait
Guiné	Canadá	Vietnã	Bulgária	
Senegal		Tailândia	România	
Angola		Austrália	Malta	
Rep. Dem. do Congo		Mongólia	Hungria	
Rep. do Congo		Japão	Alemanha	
Camarões		Nova Zelândia	Bélgica	
Egito		Indonésia	Dinamarca	
Gabão		China	Eslováquia	
		Macau	França	
		Uzbequistão	Holanda	
			Islândia	
			Luxemburgo	
			República Tcheca	
			Suécia	
			Albânia	
			Grécia	
			Montenegro	
			Portugal	
			Moldova	
			Espanha	
			União Europeia	
			Croácia	
			Rússia	
			Lituânia	
			Letônia	
			Polônia	
			Chipre	
			Eslovênia	
			Belarus	
			Itália	
			Estônia	
			Finlândia	
			Noruega	

Fonte: modificado a partir de IFRS, c2019.

Os perfis de jurisdições IASB fornecem um resumo detalhado do *status* de adoção de cada jurisdição do IFRS para PMEs, assim como questões inerentes à regulamentação contábil. Tais questões tratadas seriam a adoção do Full-IFRS por jurisdição, regulamentos do GAAP local de cada país, informações sobre intenções e esforços em prol da harmonização, órgão de normatização, bancos centrais e *links* para decisões regulatórias e boletins de atualizações, incluindo datas, locais e participantes.

A coleta de dados, por sua vez, baseia-se nas informações presentes na Tabela 2 acima. As variáveis qualitativas foram transformadas em escalas nominais para o teste das Hipóteses por meio de tabelas de estatísticas descritivas e cálculos de correlação.

4. Resultados Obtidos

4.1 Contextualização dos Dados da Pesquisa

Na tentativa de manter coerência nas proporções da população total de países, o resumo de casos presente na Tabela 3 demonstra que dos 115 países selecionados, 92% do total seguem as regras Full-IFRS, sendo que 46% seguem ou permitem a aplicação das regras para pequenas e médias empresas. Tal dado revela semelhança das variáveis nominais com a proporção da população de países catalogados no órgão, a qual seria atualmente 166 jurisdições totais, com 144 jurisdições para Full-IFRS (87%) e 86 jurisdições para PME (51%), demonstrando assim equilíbrio satisfatório para a correlação.

Vale destacar que pesquisas, como a de Zeghal e Mhedhbi (2006) e Zehri e Chouaibi (2013), que trataram do contexto Full-IFRS, e pesquisa de Bonito e Pais (2018), que ora tratou do contexto IFRS PME, houve uma antecipação de resulta-

dos ao analisarem na própria análise estatística descritiva, onde países desenvolvidos, ou seja, tema tal voltado ao quesito econômico e educacional, seriam a maioria entre os quais adotam as normas IFRS.

Todavia, destaca-se que tal indicação pode apresentar caráter duvidoso aos resultados, uma vez que as amostras selecionadas em duas das três supracitadas pesquisas apresentaram dados incorretos. Para a pesquisa de Zehri e Chouaibi (2013), é indicado que o Brasil está classificado erroneamente como

país que não adotou as regras internacionais. Por outro lado, no trabalho de Bonito e Pais (2018), o Peru é um país duplicado na amostra, estando presente tanto na América como no continente asiático, o que pode sugerir que os algoritmos utilizados para o país poderiam ter sido duplicados durante a execução dos cálculos da mesma forma.

Para reforçar este destaque, por meio do cálculo de *Test-t* de amostra independente da variável educacional exclusivamente, verificamos que tal tendência é bem menor do

Tabela 2 – Fontes da coleta de dados e medidas aplicadas

Variáveis		Medidas	Fontes
Dependente	IFRS PME	1 se o país permite ou requer, 0 caso contrário	IFRS (c2019)
Independente	Familiaridade Full-IFRS	1 se o país permite ou requer uso das regras FULL-IFRS independentemente do tipo de entidade, 0 caso contrário.	IFRS (c2019)
Independente	Base Educacional	Taxa de alfabetismo (%) entre pessoas de 15 a 24 anos.	The World Bank (2019)
Independente	Base Tributária*	1 se a relação entre a contabilidade e base tributária for independente ou parcial, 0 caso contrário.	Pwc (2017)
Independente	Base Econômica	1 se a classificação do país for renda média alta ou alta, 0 caso contrário.	The World Bank (2019)

a) Independente: Pouca relação ou nenhuma entre os demonstrativos contábeis e a base apurada para o imposto de renda; b) Parcial: Resultado tributável baseado no GAAP nacional, todavia com diversos ajustes previstos na legislação tributária; c) Dependente: Resultado gerado pelos demonstrativos a base IFRS é o mesmo da base tributária.

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 3 – Resumo dos casos por continente

Continente	IFRS PME	FULL IFRS	Variável Tributária	Variável Econômica	Variável Educacional
África	N	24	24	24	24
	Soma	14	23	14	5
	Média	,58	,96	,58	,21
América	N	21	21	21	21
	Soma	18	20	17	17
	Média	,86	,95	,81	,81
Ásia-Oceania	N	23	23	23	23
	Soma	11	16	23	13
	Média	,48	,70	1,00	,57
Europa	N	39	39	39	39
	Soma	4	39	35	37
	Média	,10	1,00	,90	,95
Oriente Médio	N	8	8	8	8
	Soma	6	8	8	7
	Média	,75	1,00	1,00	,88
Total	N	115	115	115	115
	Soma	53	106	97	79
	Média	,46	,92	,84	,69

Fonte: elaborado pelo autor.

que a tendência que autores apresentaram logo na sintetização dos dados, sendo que as médias do índice de alfabetismos estão, em ambos os casos, baseados na casa dos 92%, tanto para os que adotam quanto para os que não adotam, ou seja, praticamente iguais.⁴

Já no cálculo em si presente na tabela abaixo, é reforçada a ideia de que há igualdade de variância de acordo com teste de *Levene* ($\text{Sig}/(p) = ,142$), uma vez que a significância associada ao teste é superior

a 0,05, assumindo assim, homogeneidade. A respeito da conferência de igualdades pelo *Test-t*, é demonstrada uma hipótese nula, ou seja, a média dos grupos (PME adotado e PME não adotado) são estatisticamente iguais, sendo ($t(113) = ,035$; $p > 0,05$).

Sendo assim, o que autores apresentaram anteriormente torna-se relativo assim como discutível no que diz respeito às questões educacionais. Já referente à questão econômica, verificamos que há certa correlação com Full-IFRS apenas, sendo a mesma tratada no tópico a seguir com aplicabilidade do modelo de Pearson.

são correspondentes em: “adotado” e “não adotado”. Devido à coleta de dados terem sido codificadas de acordo com a Tabela 2, tornou-se viável utilização do modelo de Pearson, uma vez que os dados permitem a utilização do método linear em questão.

Destaca-se também que modelos semelhantes foram utilizados em diversos testes conforme Archambault e Archambault (2009); Kaya e Koch (2015); Lasmin (2011); Zeghal e Mhedhbi (2006); Zehri e Chouaibi (2013); Bonito e Pais (2018) e Zehri e Abdelbaki (2013) e diversos outros que utilizaram indiretamente os resultados dos autores citados para demais fins científicos, conforme Maradona e Chand (2018); Sava, Marza e Esanu (2013); Masca (2012).

Em geral, a análise presente na Tabela 5 confirma que hipóteses de pesquisas não são fortemente atuantes como antes poderiam ser consideradas. Primeiramente, conforme é destacada na estatística descritiva referente à variável educacional, sua correlação com o tema IFRS PME não apresenta significativo efeito. Por termos, utilizado dados escalares, foram aplicados também os valores perante a correlação não paramétrica (*rô de Spearman*) em que também apresentou coeficiente negativo, o que

4.2 Correlações de Teste Aplicadas

Foi utilizado o modelo Logístico de Correlação para verificação das hipóteses de pesquisa uma vez que a variável dependente (IFRS PME) é dicotômica, ou seja, trata-se de uma variável qualitativa que apresenta dois valores os quais

Tabela 4 – Estatística da variável educacional

	IFRS PME	N	Média	Erro-Desvio	Erro-padrão da média
Variável Educacional	Não adotado	62	92,75	15,48	1,96
	Adotado	53	92,66	9,59	1,31

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 5 – Test-t para igualdade de médias para variável educacional

Variável Educacional	Variâncias iguais assumidas	Z	Sig.	T	Df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro padrão de diferença	95% Intervalo de Confiança da Diferença	
									Inferior	Superior
		2,186	,142	,035	113	,972	,085	2,45	-4,77	4,942

Fonte: elaborado pelo autor.

4. Destaca-se que não foram todas as pesquisas que utilizaram as métricas tratadas no presente trabalho, todavia o nível de alfabetismo/Literacy rate, foi o mais comum encontrado.

demonstra que a variável tratada tende a diminuir à medida que a variável dependente aumenta. Logo, é possível afirmar que hipótese tende a apresentar forte relação, todavia apenas quando o tópico é relacionado à variável educacional (coeficiente: ,649 – maior coeficiente da tabela) e, não, IFRS PME.

Referente à variável tributária, o coeficiente de correlação também apresenta pouca efetividade. A hipótese em questão tende a ser extremamente discutível, pois, conforme destaca Choi e Meek (2008), com o processo de globalização, uma empresa que opera no exterior encontra uma variedade de impostos. Impostos diretos, como imposto de renda que ora é o tributo utilizado no *Reporting* da Pwc (2017) para a classificação de dependência de um país, são fáceis de reconhecer e normalmente são divulgados nas demonstrações financeiras das empresas. Todavia impostos indiretos, como impostos sobre consumo, não são tão claramente reconhecidos ou tão frequentemente divulgados. Logo, a acuracidade da hipótese torna-se questionável, assim como sua correlação caso comprovada em qualquer pesquisa devido a um amplo cenário interpretativo.

Ao que diz respeito à análise da variável econômica, sendo destacada como inversamente fraca por meio de um coeficiente de -,091, deve-se levar em consideração dois fatores importantes. Primeiramente, de acordo com Kaya e Koch (2015), a opção de adotar a norma em específico tem sido rejeitada pela União Europeia sob justificativa de que ela não atenda precisamente às premissas de simplificação e apresentação das informações financeiras. Conforme exposto na Tabela 3, de 39 jurisdições estudadas, apenas 4 seguem ou permitem as regras, sendo este dado responsável pelo menor percentual de adoção (10%) entre todos os continentes.

Tabela 6 – Coeficientes da correlação linear

		IFRS PME	FULL IFRS	Variável Tributária	Variável Econômica	Variável Educacional
IFRS PME	Correlação de Pearson	1	,269**	,062	-,091	-,003
	Sig. (2 extremidades)		,004	,509	,336	,972
	N	115	115	115	115	115
FULL IFRS	Correlação de Pearson	,269**	1	-,126	,222*	-,063
	Sig. (2 extremidades)	,004		,181	,017	,504
	N	115	115	115	115	115
Variável Tributária	Correlação de Pearson	,062	-,126	1	,225*	,354**
	Sig. (2 extremidades)	,509	,181		,015	,000
	N	115	115	115	115	115
Variável Econômica	Correlação de Pearson	-,091	,222*	,225*	1	,649**
	Sig. (2 extremidades)	,336	,017	,015		,000
	N	115	115	115	115	115
Variável Educacional	Correlação de Pearson	-,003	-,063	,354**	,649**	1
	Sig. (2 extremidades)	,972	,504	,000	,000	
	N	115	115	115	115	115

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: elaborado pelo autor.

Outra situação seria que empresas listadas em bolsa de valores e empresas de prestação de contas públicas nas 17 jurisdições da África Ocidental e Central, que são membros da Organização para a Harmonização do Direito das Sociedades na África (OHADA) adotaram as normas IFRS em suas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2019. Perante nossa amostra, dados de países do continente africano corresponderam para cerca de 20% do total do teste de 115 países conforme, informado na Tabela 2, e, sendo o continente africano caracterizado pelo maior índice de países de renda baixa e renda médio-baixo (THE WORLD BANK, c2019), a ação realizada pela OHADA infere uma mudança de paradigmas no que cerne a comparações da pesquisa em questão com quaisquer outras que possam ter caracterizado o viés econômico como uma tendência à adoção da Full IFRS, assim como, naturalmente no futuro, IFRS PME. De fato, conforme destacam Arpen e Radebaugh (1985) apud Zehri e Adalbaki (2013), o desenvolvimento econômico é um fator fundamen-



tal que influencia profundamente o desenvolvimento da contabilidade, visto que afeta outras funções da sociedade, contudo, no atual cenário de integrações, a variável econômica torna-se também cada vez mais inclusiva e não exclusiva, sendo este fato provado na regressão aplicada.

Das hipóteses de pesquisa tratadas, a única que poderia ser tratada como um fator institucional que sugere determinada influência para adoção da IFRS PME seria justamente a familiaridade do país com as regras Full-IFRS, conforme coeficiente de ,269 presente na regressão. Tal situação confirma resultados de Bonito e Pais (2018), os quais teorizam ao implicar que os custos de transações de sistemas contábeis são menores, assim como o tratamento da complexidade dos pronunciamentos contábeis IFRS mais seguros diante da certa experiência/familiaridade com o tema.

5. Considerações Finais

O presente estudo consistiu em analisar o grau de correlação das características macroeconômicas que predominam sobre a adoção e normatização contábil IFRS para pequenas e médias empresas diante o contexto da globalização e o crescente papel representado pelas economias emergentes. A forma utilizada para análise é destacada por meio de citações bibliográficas e cálculos de regressão sobre variáveis comumente encontradas em diversos trabalhos científicos as quais interferem na aceitação generalizada das normas internacionais, bem como o exame das suas implicações para a profissão contábil.

As variáveis identificadas foram discriminadas em quatro categorias embasadas sob a amostra de 115 países espalhados pelos 6 continentes e, de acordo com os principais autores referenciados no trabalho, verificou-se que a influência de um processo de convergência (Full IFRS) pode de fato ser atribuída a determinadas aspectos que contemplam diretamente a questão cultural, a política/tributária, a educação e a economia de cada região, conforme nossas variáveis estudadas, o que dificulta assim à reconfiguração do poder entre os organis-

mos normativos internos e o *IASB*. Contudo, para o caso das normas IFRS PME em específico, não é possível destacar resultados significativos que denotam as mesmas características.

Os resultados encontrados não seguem uma linha tênue em relação a diversas pesquisas a respeito de tendências, uma vez que correlação significativa foi de fato encontrada em apenas uma variável, no caso, o contexto de familiaridade. Tal pressuposto de conflito de dados pode ser reiterado, principalmente, do que diz respeito à questão “econômica” que majoritariamente é tratada pela academia internacional e facilmente encontrada em cálculos de testes e similaridades. Todavia, verifica-se que no cenário atual as economias emergentes pretendem desempenhar um papel ativo no processo de convergência, vide o caso de países africanos representados pela OHADA em ascensão cada vez maior à convergência contábil internacional ou o fato de 86% dos países do continente americano, conforme nossa amostra, seguirem as normas PME enquanto há uma contra aceitação da União Europeia sobre o tópico. Archambault J. e Archambault M. (2009) condizem inclusive ao afirmarem que fatores, além de indicadores econômicos,

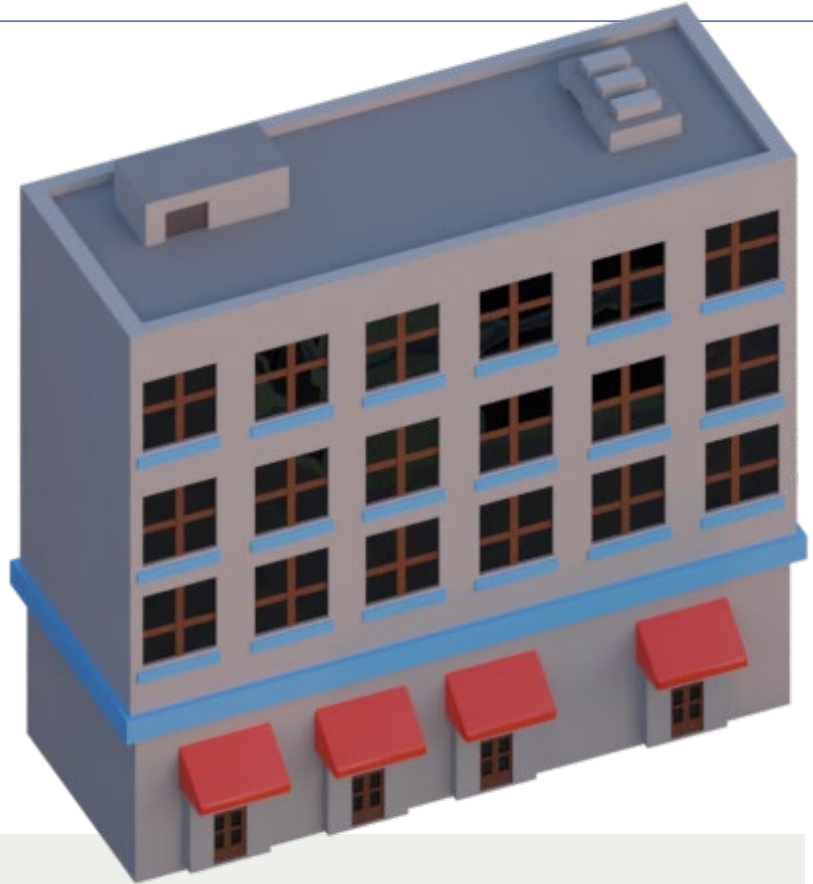
possam ser mais relevantes para explicar o nível de um país sobre o uso do IFRS. Destaca-se, portanto, que esta situação por si só tende a resultar e ratifica na percepção dos “GAAPs” nacionais e as “IFRS” em um processo bidirecional no contexto da PMEs no momento.

Reitera-se que a principal limitação do estudo se situou na coleta de informações em si e na disponibilidade para encontro delas, principalmente referente ao contexto tributário dos países. Foi realizada a classificação por meio do *reporting* da PWC, a qual mapeia as jurisdições de acordo com a base tributário dos impostos sobre a renda e se esta base tem alguma forma de dependência com os relatórios gerados pelas normas IFRS. Questões envolvendo deliberações do processo legislativo, âmbitos jurídicos, contribuições indiretas ou, até mesmo, filosofias formalistas/rígidas e demais informações de caráter fiscal que poderiam diretamente ou indiretamente impactar a contabilidade não estão acessíveis ou não detalhadamente acessíveis para a amostra selecionada. Isto posto, abrem-se inclusive oportunidades para pesquisas futuras a respeito do tópico em específico.

Por fim, não obstante a afirmação de que as normas IFRS consti-

“Na concepção de Zeghal e Mhedhbi (2006), a formação é o pilar para sistemas de contabilidade na era moderna, sendo, nos países onde o nível de educação é baixo e o fator experiência é fraco, há uma verdadeira barreira para a adoção das normas internacionais de contabilidade.”

tuem um passo adiante no processo de harmonização contábil, ainda há um longo caminho a percorrer na comparabilidade das medidas contábeis, principalmente no que se refere às normas PMEs. A expectativa do referido trabalho seria verificar se as principais variáveis encontradas em diversas pesquisas realmente mantêm alguma correlação atualmente. Os resultados mostram que, devido à amplitude do tema e às características inerentes a cada região, a cultura e momento histórico, tornam-se relativos e discutíveis os dados que demonstram tendências e probabilidades, logo, sendo necessárias futuras pesquisas e discussões sobre novas variáveis e detalhamentos que eventualmente possam surgir.



Referências

AMPOFO, A. A.; SELLANI, R. J. Examining the differences between United States Generally Accepted Accounting Principles (U.S. GAAP) and International Accounting Standards (IAS): implications for the harmonization of accounting standards. *Accounting Forum*, v. 29, n. 2, p. 219-231, 2005.

ANALYSIS of the IFRS jurisdiction profiles. *IFRS*, c2019. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/use-around-the-world/pages/analysis-of-the-ifrs-jurisdictional-profiles.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

ARCHAMBAULT, J. J.; ARCHAMBAULT, M. E. An analysis of social factors influencing the adoption of International Financial Reporting Standards. *Journal for Global Business Advancement*, v. 2, n. 1/2, p. 38-53, 2009.

BONITO, A.; PAES, C. The macroeconomic determinants of the adoptions of IFRS for SMEs. *Revista de Contabilidade – Spanish Accounting Review*, v. 21, n. 2, p. 116-127, 2018.

BRAZILIAN GAAP vs IFRS overview. *PKF*, 2016. Disponível em: <<http://www.pkf.com/media/909955/brazilian%20ifrs.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRICIU, S.; GROZA, C.; GANFALEAN, I.. Internation financial reporting standards (IFRS) will support management accounting system for small and medium enterprises (SME)? *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, v. 11, n. 1, p. 308-317, 2019.

CAMPAGNONI, M.; ROVER, S.; VICENTE, E. F. R. Normatização contábil internacional: adoção IFRS e IFRS for SMEs pelos países e sua associação com a qualidade da governança e sistema legal. In: XVI Congresso USP: Building knowledge in accounting, 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2016.

CARMONA, S.; TROMBETTA, M. On the global acceptance of IAS/IFRS accounting standards: the logic and implications of the principles-based system. *Journal of Accounting and Public Policy*, v.27, n. 6, p. 455-461, nov./dez. 2008.

CHUA, W. F.; TAYLOR, S. L. The rise and rise of IFRS: an examination of IFRS diffusion. *Journal of Accounting and Public Policy*, Sidney, v.27, n.6, p. 462-473, nov./dez. 2008.

CHOI, F. D.S.; MEEK, G. K. *International accounting*. 6. ed. Nova Jersey: Pearson Education, 2008.

DVORAK, M.; VASEK, L. Are IFRS really global standards of financial reporting? Analysis of worldwide jurisdiction profiles. *Procedia Economics and Finance*, v. 25, p. 156-165, 2015.

EFFICIENCY growth for small and medium enterprises (SMEs). *Deloitte*, Inside magazine issue 15, 2017. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/lu/en/pages/strategy-operations/articles/efficiency-growth-for-small-and-medium-sized-enterprises-SMEs.html>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

EFRAG. *EFRAG draft comment letter on IFRS for SMEs*. Londres, 2007.

FRANCO, H. A contabilidade na era da globalização: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores, Paris, de 26 a 29-10-1997. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, M. D. de M. et al. Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 06, n. 15, p. 3-22, 2012.

GDP (current US\$): World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files. *The World Bank*, c2019. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

GHIO, A.; VERONA, R. Accounting harmonization in the BRIC countries: a common path?. *Accounting Forum*, v. 39, n. 2, p. 121-139, 2015.

KAYA, D.; KOCH, M. Countries' adoption of the International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs): early empirical evidence. *Accounting and Business Research*, v. 45, n. 1, p. 93-120, 2015.

JOSHI, P. L.; RAMADHAN, S. The adoption of international accounting standards by small and closely held companies: evidence from Bahrain. *The International Journal of Accounting*, v. 37, p. 429-440, 2002.

JUDGE, W.; LI, S.; PINKERS, R. National adoption of international accounting standards: an institutional perspective. *Corporate Governance*, v. 18, n. 3, p. 161-174, 2010.

LARSON, R. K.; KENNY, S. Y. An empirical analysis of international accounting standards, equity markets, and economic growth in developing countries. *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 6, n. 2, p. 130-157, 1995.

LASMIN. Accounting standards internationalization revisit: managing responsible diffusion. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 25, n. 1, p. 363-374, 2011.

MANDILAS, A.; NIKOLAIDIS, M.; VALSAMIDIS, S. An empirical study of the adoption of IFRS for SME: the case of Kavala, Greece. *Research Gate*, p. 409-432, 2015.

MARADONA, A. F.; CHAND, P. The Pathway of transition to International Financial Reporting Standards (IFRS) in developing countries: evidence from Indonesia. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 30(C), p. 57-68, 2018

MASCA, E. Influence of cultural factors in adoption of the IFRS for SMEs. *Procedia Economics and Finance*, v. 3, p. 567-575, 2012.

MOURAD, N. A.; PARASKEVOPOULOS, A. *IFRS: Introdução às normas internacionais de contabilidade*. 3. ed. Northamptonshire: Watson, 2012.

NURUNNABI, M. The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in accounting*, v. 31, n. 1, p. 136-149, 2015.

OECD. *Enhancing the contributions of SMEs in a global and digitalised economy*. Meeting of the OECD council at ministerial level. Paris, 2017.

_____. *OECD SME and entrepreneurship outlook 2019*. Policy Highlights. Paris, 2019.

PANAGIOTIDOU, E. Development and implementation of IAS in small and medium sized enterprises. Case study for Kavala. *Procedia Economics and Finance*, v. 19, p. 193-207, 2015.

PENG, S.; BEWLEY, K. Adaptability to fair value accounting in an emerging economy: A case study of China's IFRS

convergence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 23, n. 8, p. 982-1011, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/09513571011092529>>. Acesso em: 01 ago. 2019

PWC. *IFRS adoption by country*, 2017. Disponível em: <<https://www.pwc.ru/ru/ifrs/ifrs-17-hub-int/pwc-ifrs-by-country-2016.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de crédito. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 69, p. 304-316, 1 dez. 2015.

SAVA, R.; MARZA, B.; ESANU, N.. Financial reporting for SMEs: past and perspectives. *Procedia Economics and Finance*, v. 6, p. 713-718, 2013.

SAUDAGARAN, S. M. *International accounting: a user perspective*. 3. ed. Chicago: CCH, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=1Xc04r9N3fIC&oi=fnd&pg=PA1&dq=Accounting:+An+international+perspective+mueller&ots=m0VYNgqbrP&sig=dv4p5oRVeEL2t_nKy_3z0cNZUcQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15 ago. 2019.

SMALL and Medium Enterprises (SMEs) Finance: improving SMEs' access to finance and finding innovative solutions to unlock sources of capital. *The World Bank (c2019)*. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/smefinance>>. Acesso em: 15 set. 2019.

SUBRAHMANYA, M. H. B.; MATHIRAJAN, M.; KRISHNASWAMY, K. N. Importance of technological innovation for SME growth: evidence from India. *Unu-Wider*, n 3, Jan. 2010.

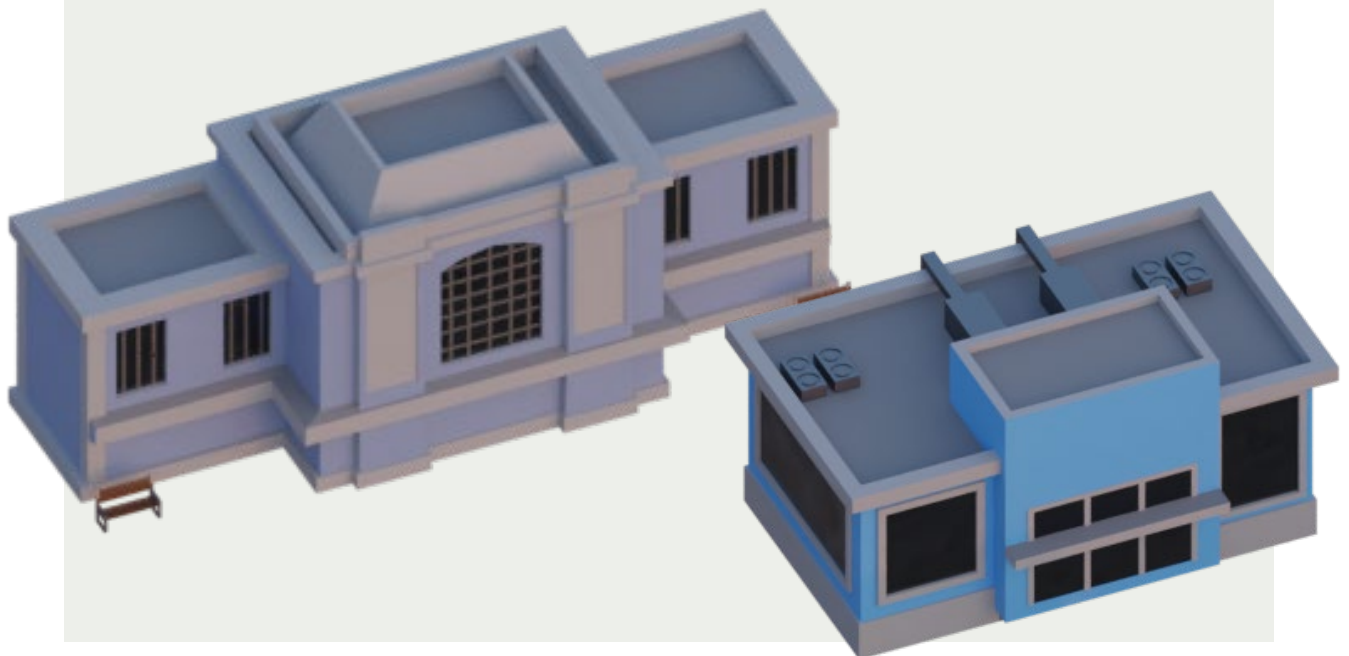
UZMA, S. H. Cost-benefit analysis of IFRS adoption: developed and emerging countries. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v. 14 n. 2, p. 198-229, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/JFRA-01-2015-0019>>. Acesso em: 01 ago. 2019

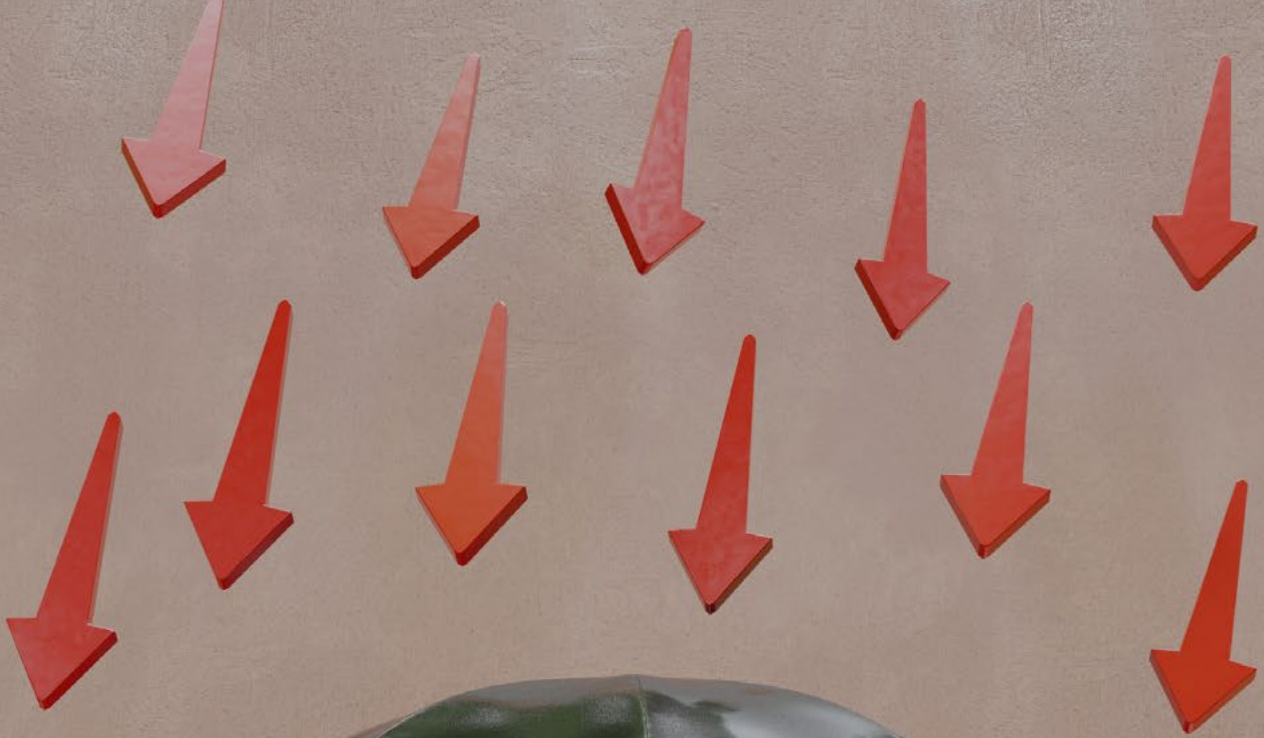
WORLD TRADE ORGANIZATION. *Levelling the trading field for SME*. World Trade Report 2016. Suíça, 2016.

ZEGHAL, D.; MHEDHBI, K. An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. *The International Journal of Accounting*, v. 41, n. 4, p. 373-386, dez. 2006.

ZEHRI, C.; ABDELBAKI, A. Does adoption of international accounting standards promote economic growth in developing countries?. *International Open Journal of Economics*, v.1, n.1, p. 01-13, 2013.

ZEHRI, F.; CHOUAIBI, J. Adoption determinants of the International Accounting Standards IAS/IFRS by the developing countries. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, v. 18, p. 56-62, 2013.





Estratégias de *hedge* e valor de mercado em anos eleitorais

H*edge* é um instrumento que se assimila a uma espécie de seguro contra eventuais riscos e, em virtude disso, as instituições adotam essa estratégia visando proteção no mercado futuro contra alterações súbitas nas cotações de mercado dos ativos ou passivos. Em razão dessa segurança, observa-se que as operações de *hedge* estão cada vez mais comuns dentro das firmas, uma vez que a não adoção de uma política de *hedge* pode diminuir o lucro da entidade, e por consequência reduzir a riqueza dos acionistas. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o mercado financeiro permanece mais exposto às inseguranças originadas em virtude de eleições para cargos públicos eletivos. As eleições são capazes de corroborar períodos de grandes modificações que envolvem riscos e, por causa disso, geram incertezas e deformações cada vez mais contumazes nos indicadores do mercado financeiro. Destarte, essa pesquisa tem o objetivo de investigar a relação existente entre a adoção de *hedge* e o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira, delimitadas para o setor econômico de utilidades públicas no período do terceiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2017. Além disso, o artigo visa averiguar se essa relação entre *hedge* e valor de mercado das empresas sofre mutações em anos eleitorais.

Diego Ricardo Marques

Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis, mestre em Ciências Contábeis com linha de pesquisa em Finanças e Mercado Financeiro. Tem atuação como contador e é professor universitário no curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB) e em programas de pós graduação de outras instituições de ensino.

E-mail: marquesdiego@me.com

Gutemberg Leonel Pereira

Bacharel em contábeis, especialista em controladoria e finanças e mestrando em Ciências Contábeis com linha de atuação em mercado financeiro e finanças corporativas. Atualmente é analista de investimentos na Fipecq e professor em programas de pós-graduação.

E-mail: guto.leonel@gmail.com

Rafael David Porto

Mestre em Ciências Contábeis, Bacharel em Ciências Contábeis, Direito e Administração e Pós-graduado em Administração Hospitalar, tem atuação profissional com Contador.

E-mail: rafaeuporto@gmail.com

1. Introdução

Nos países de economia emergente, as constantes alterações do cenário econômico são capazes de desregular o mercado financeiro e, por consequência, intensificar o quadro de instabilidade na negociação dos ativos e/ou passivos, tornando frequente a volatilidade e o risco, em razão das constantes mudanças das taxas de juros e taxas de câmbio vinculadas às operações. Tais mutações mercadológicas, denominadas pela literatura internacional de fricções de mercado, podem gerar um aumento de despesas das companhias e obrigam os gestores a se valerem de estratégias de proteção do patrimônio, capazes de reduzir os efeitos da instabilidade do mercado e minimizar as chances de perdas, os resultados negativos e afastar os investidores (STULZ, 1984; WALL, 1989; VISWATHAN, 1998; BROWN, 2001; CLARK e HALLERBERG, 2000; BERNHARD e LEBLANG, 2001).

Segundo Wall (1989) e DeMarzo e Duffie (1995), uma operação de *hedge* incide na materialização de uma transação compensatória capaz de reduzir ou, até mesmo, eliminar os riscos de prejuízos decorrentes das fricções de mercado. A não adoção de uma política de *hedge* poderá ensejar a diminuição do lucro da entidade e, consequentemente, uma redução na riqueza dos acionistas.

Assaf Neto (2011, p. 264) pontua que a ferramenta do *hedge* pode ser explicada como uma espécie de seguro contra os riscos e que as entidades que o adotam visam se proteger no mercado futuro em face das alterações repentinas e inesperadas nos preços de mercado dos ativos.

Nesse sentido, Chiqueto (2014) explica que o *hedge accounting* é uma prática contábil não obrigatória. Logo, quando adotada de forma voluntária, eliminará a volatilidade dos resultados contábeis produzidos pelos *hedges* econômicos, os quais são operações financeiras que reduzem a exposição a riscos de mercado e, por conseguinte, reduzem a instabilidade dos resultados econômicos.

As operações de *hedge accounting*, conforme demonstrado no Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, podem ser classificadas em três modalidades. São elas:

- i) **Hedge de valor justo** é a proteção de uma exposição a transformações do valor justo de um determinado ativo ou parte dele, de um lado passivo reconhecido, ou de compromisso não reconhecido, que seja diretamente relacionado a um risco em especial e que possa interferir no resultado;
- ii) **Hedge de fluxo de caixa** é a proteção de uma exposição à variação no fluxo de caixa que possa ser vinculada a um risco específico relacionado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação projetada onde exista uma grande possibilidade de acontecimentos;

iii) **Hedge de investimento líquido em operações no exterior** é a blindagem de um investimento líquido em uma determinada atividade operacional estrangeira.

Portanto, o objetivo central do gerenciamento de riscos, com a adoção de uma política de *hedge*, é mitigar as possibilidades de ocorrências de eventos que possam prejudicar os resultados empresariais e potencializar as oportunidades de ocorrerem eventos positivos (SILVA, 2008).

Chiqueto (2014) complementa ao afirmar que o *hedge accounting* é a ferramenta adequada a ser utilizada pelos usuários quando se pretende reduzir a volatilidade dos resultados contábeis provocada pela mensuração dos instrumentos financeiros ao valor justo.

O cenário econômico brasileiro, por ser muito volátil, em decorrência de instabilidades políticas e econômicas gerada pelas incertezas das corridas eleitorais, faz com que os gestores, cada vez mais, adotem uma política de *hedge*, com a finalidade de evitar que os reflexos da instabilidade do mercado interfiram negativamente em seus resultados e, por consequência, no valor de mercado de suas empresas.

A volatilidade do mercado financeiro, em um primeiro momento, acontecia em decorrência da interferência da economia na política que era adstrita à análise de variáveis relacionadas aos fundamentos da economia, tais como: crescimento, desemprego e inflação como foi demonstrado nos estudos e pesquisas desenvolvidas por Eulau e Lewis-Beck, 1985; Lewis-Beck, 1988; Echegaray, 1995.

Todavia, mais recentemente, tem-se percebido uma volatilidade



“As eleições podem evidenciar períodos de grandes transformações que envolvem riscos e, por isso, geram incertezas e modificações cada vez mais provocadas nos indicadores do mercado financeiro.”

de nos indicadores do mercado financeiro durante o período eleitoral; tanto é que os fundamentos da economia relacionados ao mercado financeiro, atualmente, começaram a ganhar mais evidência e importância nos debates sobre o impacto da economia nas eleições, como a crescente internacionalização e flexibilização dos fluxos de capital e as mutações sucedidas no sistema financeiro internacional e na abertura das economias nacionais (RENNÓ & SPANAKOS, 2006).

O mercado financeiro fica mais exposto às incertezas ocasionadas por eleições. As eleições podem evidenciar períodos de grandes transformações que envolvem riscos e, por isso, geram incertezas e modificações cada vez mais provocadas nos indicadores do mercado financeiro. Aliás, a reação do mercado será mais severa toda vez que a perspectiva de mudança em uma ordem favorável aos seus interesses é elevada (BORSANI, 2001).

Rennó e Spanakos (2006) pontuam que os partidos de esquerda normalmente estão intimamente ligados a uma política econômica mais heterodoxa. Logo, quando determinado candidato de esquer-

da eleva os percentuais de apoio eleitoral, evidencia ao mercado a possibilidade de alteração na política econômica de um governo que adota o modelo de economia mais ortodoxa, como consequência há uma interferência maior nos relatórios de risco dos analistas financeiros. Acrescentam também que as constantes alterações nas intenções de voto, durante a corrida eleitoral, interferem diretamente nos indicadores financeiros.

Diante do exposto, o objetivo central da presente pesquisa é investigar no período de dezembro de 2012 a dezembro de 2017, a relação existente entre a adoção de *hedge* e o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira, delimitadas para o setor econômico de utilidades públicas¹, por se tratar de componente essencial nas condições básicas de saúde e vitais para o bem-estar da população, conforme Mattos, Fernandez, Sousa e Teixeira destacam em sua obra de 2007.

Lakatos e Marconi (2017, p.134) explica que o problema, de tal modo, versa em uma pergunta clara, compreensível e operacional, o qual a mais perfeita maneira de

solucionar ou é uma pesquisa, ou deve ser solucionada por meio de processo científico. Kerlinger apud Lakatos e Marconi (2017) pondera que o problema surge em uma pergunta científica quando específica a afinidade de dois ou mais fenômenos (fatos, variáveis) entre si, “adequando-se a uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica”. Conclui-se disso que perguntas retóricas, especulativas e afirmativas (valorativas) não são perguntas científicas.

Dessa forma, tem-se que a problematização da presente pesquisa possui validade científica, já que o problema apresentado pode ser enunciado em forma de pergunta, não retóricas, especulativas e afirmativas (valorativas), e explícita a relação de dois fenômenos, quais sejam: a adoção de estratégias de *hedge* e o valor de mercado das companhias do setor econômico de utilidades públicas.

Diante do exposto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual a relação existente entre a adoção de estratégias de *hedge* e o valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores Brasileira (B3), dentro do setor econô-**

1. Subsetores de Água/Saneamento, Energia Elétrica e Gás. Fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes/classificacao-setorial/

mico de utilidades públicas, para o intervalo de dezembro de 2012 a dezembro de 2017?

A realização desse trabalho se justifica inicialmente, no fato de o cenário econômico brasileiro ser caracterizado da grande instabilidade política e econômica, o que faz com que os gestores procurem a adoção de uma estratégia de *hedge*, visando minimizar os efeitos negativos nos resultados das entidades, decorrentes da volatilidade do mercado (MAGNANI, 2017).

Assim, a importância do estudo também pode ser evidenciada no fato da contabilidade de *hedge* sugerir o uso de estratégia de proteção do patrimônio das empresas e, como decorrência, o seu valor de mercado. Tais estratégias de *hedge accounting* devem ser bem definidas pelas companhias possibilitando, assim, alcançar a sua finalidade almejada, qual seja: amenizar e eliminar os efeitos indesejados das fricções de mercado (RAMOS, 2012).

Outro aspecto relevante para as pesquisas que versam sobre a contabilidade de *hedge* está respaldado nas atuais alterações do ambiente contábil brasileiro aplicáveis a instituições não financeiras que não exigiam que derivativos fossem contabilmente mensurados ao valor justo. Com a introdução da IFRS, instrumentos financeiros derivativos começaram a ser registrados no balanço patrimonial ao valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado, salvo aqueles qualificados para fins de *hedge accounting*, ocasionando assim uma majoração na volatilidade dos resultados contábeis (CHIQUETO, 2014).

O presente estudo contribuirá para o debate sobre os efeitos da volatilidade decorrentes das incertezas políticas e econômicas, proporcionadas nos anos eleitorais, nos resultados contábeis provocados pela mensuração de instrumentos financeiros ao valor justo,

ao avaliar o impacto no valor de mercado das empresas listadas na B3 dentro do setor econômico de utilidade pública.

Finalmente, tem-se que o presente estudo contribuirá para a literatura nos seguintes aspectos: (i) ampliará as informações pertinentes ao elo entre o valor da entidade, o *hedge accounting* e o gerenciamento de resultados; (ii) estuda as abordagens no contexto do mercado de capitais brasileiro, principalmente nos anos eleitorais; (iii) fornecerá subsídios para a melhor compreensão sobre as estratégias de *hedge* adotadas pelas empresas listadas na B3 e integrantes do setor econômico de utilidades públicas; e (iv) buscará comparar os resultados com outros relacionados.

2. Referencial Teórico

2.1 Fricções de Mercado e Eleições

Nos países classificados como economicamente emergentes, o crescimento e desenvolvimento econômico é dependente de capital estrangeiro. Quando o fluxo internacional de capitais é intenso e desregulado, agrava-se a atuação

de atores do mercado financeiro nas decisões internas (BERNHARD e LEBLANG, 2000; CLARK e HALLERBERG, 2000).

Rennó e Spanakos (2006) afirmam que o impacto da economia na política, atualmente, não está restrito à análise de variáveis relacionadas aos fundamentos da economia, por exemplo: crescimento, desemprego e inflação, pois o elo entre economia e eleições em países economicamente desenvolvidos compreende tanto os fundamentos da economia quanto fatores ligados ao mercado financeiro em suas análises eleitorais, o que viabiliza o estudo da influência das eleições na economia e no valor das empresas dentro dos países em desenvolvimento. Em pesquisas já desenvolvidas, indicadores sobre os fundamentos da economia nacional, como inflação e desemprego, foram pontos primordiais de estudo (Eulau e Lewis-Beck, 1985; Lewis-Beck, 1988; Echegaray, 1995).

A relação entre esse conjunto de variáveis e as eleições são cada vez mais evidentes nos países emergentes, uma vez que, aumentando o índice da inflação, maior será o desemprego e, também, haverá uma baixa nos salários dos cidadãos (RENNÓ e SPANAKOS, 2006).



“Com a introdução da IFRS, instrumentos financeiros derivativos começaram a ser registrados no balanço patrimonial ao valor justo com ganhos e perdas reconhecidos no resultado, salvo aqueles qualificados para fins de *hedge accounting*...”

2.2 Estratégias de *Hedge* e Gerenciamento de Risco

Pesquisas teóricas e empíricas evidenciam que as imperfeições de mercado e o uso de derivativos para *hedge* podem influenciar diretamente o valor de mercado das empresas (MYERS, 1977; SMITH, 1985; STULZ, 1985; MAYERS, 1990; SMITH, 1990; FROOT, ET AL, 1993; SMITH, 1995; FAUVER, 2010; NARANJO, 2010), já que a utilização de estratégias de gerenciamento de risco, como o *hedge*, pode influenciar na diminuição dos custos de transação, pela redução dos custos diretos e indiretos de dificuldades financeiras (SMITH, 1985; STULZ, 1985; ARETZ, 2010; BARTRAM, 2010), pela diminuição dos custos relacionados aos conflitos entre gestores e acionistas (STULZ, 1984; WALL, 1989; BREEDEN, 1998; VISWANATHAN, 1998; DEMARZO, 1995; DUFFIE, 1995; DADALT, 2002; GAY, 2002; MAGNANI, 2017), pela diminuição dos impostos corporativos (RAWLS, 1990) e pela diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa das empresas (STULZ, 1990; BROWN, 2011; CONRAD, 2011).

O trabalho seminal que relaciona a redução dos impactos das fricções de mercado nos resultados da companhia pela adoção de estratégias de *hedge* foi a pesquisa desenvol-

vida por Wall (1989). O autor criou um modelo teórico que comprova, matematicamente, como o emprego de *swaps* de taxa de juros podem diminuir os custos financeiros relacionados à dívida de curto prazo, em empresas que estão sujeitas às fricções de mercado em decorrência da tomada de dívidas com taxas de juros variáveis.

Aprimorando o modelo matemático proposto por Wall (1989), DeMarzo e Duffie (1995) desenvolveram uma nova pesquisa relacionando os efeitos da adoção de estratégias de *hedge* sobre as fricções de mercado. Os autores do referido estudo demonstraram que os gestores que não adotam estratégias de *hedge* e, por consequência, não minimizam os efeitos das fricções de mercado sobre os resultados de suas entidades, fazem com que os acionistas cobrem dos administradores informações de como são conduzidas as políticas de risco da empresa.

Breeden e Viswanatham (1998) aprimoram os estudos anteriores, principalmente aquele desenvolvido por DeMarzo e Duffie (1995), em que apresentaram dois novos modelos de informações, que permitem a conclusão de que os gestores que utilizam ferramentas de *hedge* como instrumento de gerenciamento de risco, com a finalidade de

prever as fricções de mercado, conseguem reduzir a volatilidade dos lucros das empresas que administram.

2.3 Do Valor de Mercado

O valor de mercado de uma empresa pode ser definido pela negociação, haja vista que aí levam-se em consideração as perspectivas dos envolvidos na negociação, envolvendo, necessariamente, decisões subjetivas que influenciam o valor das empresas (MARTINEZ & MARTINS, 2016). Segundo os autores, esse valor, por seu lugar, depende dos benefícios líquidos que se podem extrair no presente e no futuro, existindo, no entanto, alguns modelos que são utilizados para avaliar as empresas.

Para as literaturas brasileira e internacional que estudam temas pertinentes às finanças, o objetivo central de uma empresa é a potencialização das riquezas de seus acionistas. Para tanto, os gestores devem pautar suas decisões por condutas que elevam o valor adicionado aos proprietários (MALTA & DE CAMARGOS, 2016). Com esse objetivo, as empresas podem transmitir de diversas formas para o mercado e a sociedade inúmeros sinais de sua conduta (ALVES, DE LUCA, CARDOSO, VASCONCELOS & CUNHA, 2013).

Mais especificamente, uma teoria aceita em finanças que explica o comportamento do mercado de trabalho é a da Sinalização, que foi desenvolvida por Spence (1973). Ela versa sobre a reação à assimetria informacional nos mercados (ROSS, 1977; BHAT-TACHARYA, 1979; MILLER & ROCK, 1985; MYERS & MAJLUF, 1984).

Outra perspectiva de explicação é a análise fundamentalista, que possui vastos e amplos indicadores e métricas capazes de aferir o desempenho das empresas, que por sua vez, auxiliam os gestores no processo decisório de quais medidas devem ser seguidas (MALTA & DE CARMARGOS, 2016). Mais precisamente, a análise fundamentalista, desenvolvida por Graham e Dodd, em meados de 1934, é consolidada na análise quantitativa, qualitativa e temporal de fundamentos da empresa. Esses fundamentos, a seu turno, são reproduzidos por meio de múltiplos índices e indicadores econômico-financeiros e de mercado, que têm a finalidade de avaliar o desempenho das empresas e, por consequência, mensurar o seu valor (Ibid.).

Para Lev & Thiagarajan (1993), a análise fundamentalista tem por finalidade determinar o valor das ações de uma empresa, por intermédio da análise dos principais indicadores de valor, a saber, lucros,

risco, crescimento e sua posição no mercado, sendo que, nesse sentido, abrangem-se as variáveis da análise fundamentalista tanto no sentido contábil-financeiro quanto no de outros fatores, como a análise do setor no qual a empresa está inserida, que corresponde à avaliação de uma empresa por parte dos investidores, credores e outros usuários.

Já para Kothari (2001), a análise fundamentalista, por meio do uso de informações extraídas das demonstrações financeiras e da análise setorial e macroeconômica, tem como foco avaliar e mensurar um ativo ou uma empresa, com o intuito de definir o seu valor justo ou intrínseco, o que leva a concluir que a utilização de variáveis fundamentalistas, por meio dos indicadores contábil-financeiros, é a ferramenta mais indicada para se avaliar o valor da firma (OU & PENMAN, 1989).

Com esse propósito, o presente estudo busca estudar se adoção e contabilização do valor das empresas sofrem reflexos pela adoção de contabilidades de *Hedge*, uma vez que as estratégias de *hedge* visam garantir que eventuais resultados positivos ou negativos sobre os instrumentos utilizados como estratégia de *hedge* sejam reconhecidos no mesmo período com os seus ganhos ou perdas que influenciaram no re-

sultado do exercício das empresas (MACKENZIE et al., 2013).

2.4 Das Hipóteses de Pesquisa

A partir da fundamentação teórica apresentada, é possível construir as seguintes hipóteses de pesquisa:

- **H1:** Empresas que contabilizam operações de *hedge* apresentam um valor de mercado superior às demais empresas nos anos eleitorais.
- **H2:** Empresas que contabilizam operações de *hedge* apresentam um valor de mercado superior às demais empresas nos anos que antecedem o período eleitoral.
- **H3:** Empresas que contabilizam operações de *hedge* não apresentam alteração ao valor de mercado superior às demais empresas no ano seguinte ao período eleitoral.
- **H5:** O valor das ações ordinárias das empresas que contabilizam operações de *Hedge* são superiores às demais empresas nos anos eleitorais.
- **H6:** O valor das ações preferenciais das empresas que contabilizam operações de *Hedge* são superiores às demais empresas nos anos eleitorais.

“O valor de mercado de uma empresa pode ser definido pela negociação, haja vista que aí levam-se em consideração as perspectivas dos envolvidos na negociação, envolvendo, necessariamente, decisões subjetivas que influenciam o valor das empresas (MARTINEZ & MARTINS, 2016).”

- **H7:** O valor das ações classificadas como *unit* das empresas que contabilizam operações de *Hedge* são superiores às demais empresas nos anos eleitorais.

3. Metodologia

3.1 Definição da Pesquisa

O presente trabalho foi elaborado, quanto ao objetivo, como uma pesquisa descritiva, já que anseia descrever as propriedades da contabilidade de *hedge* e o valor de mercado das empresas do setor econômico de utilidades públicas nos anos eleitorais. Gil (1999) afirma que a pesquisa descritiva tem como objetivo central apresentar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

No tocante aos procedimentos, afirma-se que o presente trabalho foi elaborado como uma pesquisa documental. Para Lakatos e Marconi (2017, p.190), a propriedade de uma pesquisa documental é, por essa, ter como principal fonte de coleta de dados apenas documentos, que podem ser escritos ou não.

Por fim, quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa. Os trabalhos que adotam uma metodologia qualitativa costumam apresentar a complexidade de determinado problema, avaliar a interação de certas variáveis, compreender e classificar procedimentos dinâmicos vividos por grupos sociais (RICHARDSON, 1999).

3.2 População e Amostra

A população foi determinada com base nas empresas listadas no portal eletrônico na Bolsa de Valores brasileira, com delimitação de amostra para as empresas integrantes do setor econômico de utilidade

pública, correspondente a cinquenta e uma empresas dos seguintes subsetores: (i) energia elétrica; (ii) água e saneamento; e (iii) gás, a seguir expostas:

Tabela 1 – Quantidade de Empresas

Subsetores da B3	Quantidade de Empresas
Energia Elétrica	44
Água e Saneamento	5
Gás	2

Fonte: autores.

Para a análise de série temporal da amostra, foram analisadas as variáveis de pesquisa para o intervalo dos últimos cinco anos, ou seja, entre o quarto trimestre 2012 até o quarto trimestre de 2017, considerando os subperíodos de apuração de resultados trimestrais.

Importante ressaltar que essa pesquisa seguiu sugestão de Baldwin e Glezen (1992), uma vez que os autores arguem que previsões anuais podem não ser indicadas em economias em rápida mudança. Nessa perspectiva, a amostra por trimestre tende a ser mais eficaz.

3.3 Modelo de Regressão e Testes Realizados

A presente pesquisa visa mensurar se a adoção de estratégias de *hedge* interfere, ou não, no valor de mercado das empresas listadas na Bolsa de Valores.

Assim sendo, buscando avaliar os efeitos da adoção de estratégia de *hedge*, inclusive nos anos eleitorais, foi estabelecido o seguinte modelo de regressão:

$$\text{Valor de Mercado} = \beta_0 + \beta_1 \text{Ano} + \beta_2 \text{Ação Preferencial} + \beta_3 \text{Ação Ordinária} + \beta_4 \text{Ação Unit} + \beta_5 \text{Ação Preferencial Classe A} + \beta_6 \text{Ação Preferencial Classe B} + \beta_7 \text{Ação Preferencial Classe C} + \beta_8 \text{Ano}$$

$$+ \beta_9 \text{Trimestre} + \beta_{10} \text{2Trimestre} + \beta_{11} \text{3Trimestre} + \beta_{12} \text{4trimestre} + \beta_{13} \text{Ano Eleitoral} + \beta_{14} \text{Hedge} + \beta_{15} \text{Setor de Gás} + \beta_{16} \text{Setor de Água e Saneamento} + \beta_{17} \text{EBTIDA} + \beta_{18} \text{Alavancagem Financeira} + \beta_{19} \text{Liquidez Geral} + \beta_{20} \text{Preço Sobre Lucro} + \beta_{21} \text{Preço Sobre Valor Patrimonial} + \beta_{22} \text{Enterprise Value} + \beta_{23} \text{Lucro por Ação} + \beta_{24} \text{Hedgex Alavancagem} + \beta_{25} \text{Hedgex Liquidez Geral} + \beta_{26} \text{Hedgex EBTIDA} + \beta_{27} \text{Hedgex Lucro por Ação} + \beta_{28} \text{Hedgex Enterprise} + \beta_{29} \text{Hedgex Valor Patrimonial} + \beta_{30} \text{Hedgex Preço Sobre Lucro} + \beta_{31} \text{Eleicao x Liquidez Geral} + \beta_{32} \text{Eleicao x EBTIDA} + \beta_{33} \text{Eleicao x Lucro por Ação} + \beta_{34} \text{Eleicao x Enterprise} + \beta_{35} \text{Eleicao x Valor Patrimonial} + \beta_{36} \text{Eleicao x Preço Sobre Lucro} + \varepsilon_i$$

As variáveis de pesquisa utilizadas são consideradas inter-relacionadas com as estratégias de *hedge* e o valor de mercado das empresas pertencentes ao setor econômico. Chiqueto (2014) argumenta que a estratégia de contabilidade de *hedge* pode ser entendida como uma operação financeira de *hedge* econômico ou financeiro que visa reduzir ou, até mesmo, eliminar os riscos decorrentes da volatilidade de mercado.

Ramos (2012), ao explicar as estratégias de gerenciamento de riscos, afirmou que as operações de *hedge* são fundamentadas sobre cinco elementos basilares: (i) derivativos; (ii) item objeto de *hedge*; (iii) risco coberto na relação de *hedge*; (iv) risco excluído da relação de *hedge*; e (v) técnica da contabilidade de *hedge* adotada.

Dessa forma, levando em consideração que a presente pesquisa acadêmica terá como objetivo responder ao seguinte problema: **Qual a relação existente entre a adoção de estratégias de *hedge* e o valor de mercado das empresas listadas na B3 dentro do setor econômico de utilidades públicas?**

blicas? As variáveis independentes de pesquisas extraídas da econométrica foram assim categorizadas:

Além dessas variáveis extraídas da econométrica, foram incluídas após intensa leitura de trabalhos relacionados ao tema, as seguintes variáveis: ano, 1º trimestre, 2º trimestre, 3º trimestre, 4º trimestre, ano eleitoral, ação ordinária, ação preferencial, ação Unit, preferencial classe A, preferencial classe B, preferencial classe C, *Hedge*, setor gás e setor água e saneamento.

Foram, ainda, criadas *dummies* de inclinação para avaliar se as variáveis *hedge* e ano eleitoral influenciam o modo com que as variáveis (EBTIDA, preço sobre lucro, *enterprise value*, preço sobre valor patrimonial, preço sobre lucro, alavancagem financeira e liquidez geral) afetam a variável dependente, valor de mercado.

Identificadas as variáveis de pesquisa e construção do modelo de regressão utilizada para testar as hipóteses de pesquisa foi a de dados em painel, conforme Hsio (1986), na metodologia há vantagens, já que permite: a realização de análises com um maior número de amostras, uma vez que considera vários indivíduos ou empresas dentro de um espaço de tempo; eleva os coeficientes de liberdade da estimação; e minimiza a colinearidade entre as variáveis explicativas do modelo, problemas que poderiam distorcer os estimadores.

Conforme exposto por Wooldridge (2006), os métodos de estimação em dados em painel apresentam três diferentes tipos de estimação: (i) *pooled*, (ii) efeitos fixos e (iii) efeitos aleatórios. Dessa forma, para decidir qual a estimativa a ser adotada foi realizado o teste de Hausman.

O teste de Hausman (1978) foi utilizado para verificar qual o método de estimação é o mais adequado entre a estimação de efei-

tos fixos e a de efeitos variáveis (Balgati, 2008).

Levando em consideração que o valor-p do teste de Hausman foi de 72.8 conclui-se que não rejeita H_0 , então, em virtude desse resultado, pode ser utilizado tanto o estimador de efeito fixo quanto o de efeito aleatório.

Uma vez que a hipótese nula não foi rejeitada, esse trabalho utilizou o efeito aleatório, uma vez que Gujarati (2006) julga ser o estimador mais adequado quando a hipótese nula não é rejeitada.

4. Resultados Obtidos

Inicialmente, foram rodados os dados de estatística descritiva da base de dados, e os seguintes resultados foram obtidos:

Como demonstrado nos dados acima, tem-se que a adoção de estratégia de *hedge* é comum às empresas do setor de utilidades públicas, pois 48% (quarenta e oito por cento) das empresas pesquisadas adotam uma política de gerenciamento de risco.

Os dados da estatística descritti-

Tabela 2 – Variáveis Independentes de Pesquisa

Variável	Categorização
PL = Preço/Lucro	Indicador de Mercado
P/VPA = Preço sobre Valor Patrimonial	Indicador de Mercado
Valor der Mercado da Empresa	Indicador de Mercado
EV = Enterprise Value	Indicador de Mercado
LPA = Lucro por Ação	Indicador Financeiro
EBTIDA	Indicador Financeiro
Alavancagem Financeira	Indicador Financeiro
Liquidez Geral	Indicador Financeiro

Fonte: Autores

Tabela 2 – Variáveis Independentes de Pesquisa

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	1º Quartil	Mediana	2º Quartil	Máximo
Ordinária	0.5212766	1.5212160					
Preferencial	0.1808511	0.4996737					
Preferencial Classe A	0.1170213	0.3215271					
Preferencial Classe B	0.1063830	0.3084053					
Preferencial Classe C	0.0106383	0.1026180					
Unit	0.0638298	0.2445114					
Hedge	0.4853090	0.0499910					
Subsetor Gás	0.0319149	0.1758181					
Subsetor Água e Saneamento	0.0851064	0.2791106					
Preço sobre Lucro	5.1033640	148.53450	-4145.111	1.4388446	8.383282	14.73398	1037.614
Preço Sobre Valor Patrimonial	1.3719330	2.5296720	-40.04523	0.6503253	1.307978	1.871464	49.31211
Valor de Mercado	39802340	49913120	0	658622.80	26926160	5060046	3.17E+07
Lucro por Ação	-0.0241192	14.744820	-199.6769	0.0792759	0.7669783	2.190841	97.52182
Alavancagem Financeira	4.9831590	55.084730	-326.6694	1.082279	1.6109630	2.344364	1072.549
Liquidez Geral	13.918480	347.68970	0.0559831	0.6115994	0.6115994	1.0898063	12448.42

Fonte: os Autores – Processamento Stata

va ainda evidenciaram que as empresas do setor pesquisado utilizam mais a modalidade de ações ordinárias como opção de comercialização de suas ações.

O subsetor de energia elétrica é o subsetor com maior número de empresas dentro do setor econômico de utilidades públicas e, por outro lado, o subsetor de gás apresenta um menor número de empresas.

Após processar os dados da estatística descritiva, foi rodado o modelo de Regressão estabelecido no presente trabalho e com a utilização do estimador de efeito aleatório:

Consoante a tabela acima reproduzida, conclui-se que as variáveis a seguir apresentaram uma significância estatística de 1% (um por cento):

Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se que as variáveis a seguir também apresentaram uma significância estatística, só que agora com uma taxa percentual de 5% (cinco por cento):

Por fim, não menos importante e estatisticamente significativa, todavia, com uma taxa de 10% (dez por cento) mostraram-se como relevante as seguintes variáveis:

Assim sendo, conclui-se que as variáveis (i) Ação Preferencial, (ii) Ação Ordinária, (iii) Ação Unit, Ação Preferencial Classe A, (iv) Ação Preferencial Classe B, (v) Hedge, (vi) Setor de Água e Saneamento, (vii) Alavancagem Financeira, (viii) Liquidez Geral, (ix) Preço Sobre Valor Patrimonial, (x) Enterprise Value, (xi) Lucro por Ação, (xii) Hedge * Valor Patrimonial, (xiii) Eleição * Enterprise, foram aquelas que apresentaram uma significância estatística relevante dentro do modelo previsto.

Dentre as variáveis independentes que foram apontadas como estatisticamente significantes, merecem ser ressaltadas aquelas que apresentaram uma correlação negativa com a variável dependente (Valor de Mercado):

Tabela 3 – Modelo com Estimador Efeito Aleatório – EA

Valor de Mercado	Coefficiente	z	95% Intervalo de Confiança	
Periodo	-0.0090726	-0.72	-0.0337392	0.015594
Pn	0.5486621**	2.55	0.126318	0.9710062
On	0.6113635*	2.94	0.2033812	1.019346
Unit	1.350703*	5.97	0.9072243	1.794182
Pna	-0.3259955***	-1.64	-0.7145878	0.625967
Pnb	1.396701*	6.64	0.9843865	1.809015
Pnc	0			
1Trimestre	-0.0277073	-0.62	-0.1158113	0.0603966
2Trimestre	0.010781	0.24	-0.0759079	0.0974699
3Trimestre	0.0377242	0.86	-0.0482592	0.1237077
4Trimestre	0			
Ano Eleitoral	-0.1606833	-0.90	-0.5109487	0.189582
Hedge	0.5477713**	1.84	-0.0363799	1.131922
Subsetor Gás	0.731152	1.53	-0.2038542	1.666158
Subsetor Água Saneamento	0.8007925**	2.26	0.1062632	1.495300
Ebitda Winzorizado	4.22e-08	0.62	-9.12e-08	1.76e-07
Alavancagem Financeira Winzorizado	-0.0386902**	-2.02	-0.0762221	-0.0011584
Liquidez Geral Winzorizado	0.31425559**	2.16	-0.0291807	0.5993311
Preço Sobre Lucro Winzorizado	0.0029287	0.87	-0.0036863	0.0095438
Preço Sobre Valor Patrimonial Winzorizado	0.539914*	7.77	0.4036372	0.6761908
Enterprise Value Winzorizado	9.66e-08*	6.09	6.55e-08	1.28e-07
Lucro Por Ação Winzorizado	0.0326671**	2.10	0.0021775	0.631567
Hedge X Alavancagem	0.0113102	0.39	-0.0459238	0.0685442
Hedge X Liquidez Geral Winzorizado	-0.2496704	-1.20	-0.6585562	0.1592153
Hedge X Ebitda	4.71e-08	0.56	-1.18e-07	2.12e07
Hedge X Lucro Por Ação	0.0020132	0.42	-0.0073635	0.01139
Hedge X Enterprise	1.84e-08	0.79	-2.70e-08	6.37e-08
Hedge X Preço Sobre Valor Patrimonial	-0.1782221**	-2.05	-0.3486333	-0.0078109
Hedge X Preço Sobre Lucro	0			
Eleição X Preço Sobre Lucro	0.0428446	0.34	-0.2060573	0.2917464
Eleição X Alavancagem Financeira	0.005296	0.16	-0.0588826	0.0694746
Eleição X Ebitda	-0.946e-08	-0.87	-3.09e07	1.19e-07
Eleição X Lucro Por Ação	0.0318206	0.95	-0.0340814	0.0977227
Eleição X Enterprise	2.00e-08***	1.68	-3.36e-09	4.34e-08
Eleição X Preço Patrimonial	-0.0213542	-0.36	-0.1385871	0.0958787
Eleição X Preço Sobre Lucro	0.0038999	0.70	-0.0070375	0.0148374
_Constante	30.12641	1.19	-19.54812	79.80095

* Significância de 1%

** Significância de 5%

*** Significância de 10%

Fonte: os Autores – Processamento Stata

Tabela 4 – Resultado EA (1% de Significância)

Log Valor de Mercado	Coefficiente	z	95% Intervalo de Confiança	
UNIT	1.350703	5.97	0.9072243	1.794182
ON	0.6113635	2.94	0.2033812	1.019346
PNB	1.396701	6.64	0.9843865	1.809015
Preço Sobre Valor Patrimonial_winzorizado	.539914	7.77	0.4036372	0.6761908
Enterprise Value_winzorizado	9.66e-08	6.09	6.55e-08	1.28e-07

Fonte: os Autores – Processamento Stata

Tabela 5 – Resultado EA (5% De Significância)

Log Valor de Mercado	Coefficiente	z	95% Intervalo de Confiança	
Pn	0.5486621	2.55	0.126318	0.9710062
Unit	1.350703	5.97	0.9072243	1.794182
Pna	-.3259955	-1.64	-0.7145878	0.625967
Sub Setor Água Saneamento	0.8007925	2.26	0.1062632	1.495300
Alavancagem Financeira Winzorizado	-0.0386902	-2.02	-0.0762221	-0.001158
Liquidez Geral Winzorizado	0.31425559	2.16	-0.0291807	0.5993311
Lucro Por Ação Winzorizado	0.0326671	2.10	0.0021775	0.631567
Hedge X Preço Sobre Valor Patrimonial	-0.1782221	-2.05	-0.3486333	-0.007810
Hedge X Preço Sobre Lucro	0			

Fonte: os Autores – Processamento Stata

As variáveis independentes, acima destacadas, que apresentaram uma correlação negativa com a variável dependente, merecem atenção, pois evidenciam que elas podem ensejar uma redução no valor de mercado das empresas.

Assim, evidências estatísticas significantes que sinalizam que as empresas que adotam e contabilizam as estratégias de *hedge* apresentam reflexos negativos na sua alavancagem e liquidez geral. Tais resultados podem ser explicados, pois a adoção de *hedge* evidencia a utilização de instrumentos financeiros derivativos como elemento de defesa para em algumas situações mitigar ou, ao menos, minimizar a exposição de seus resultados (receitas, lucros e fluxos de caixa, por exemplo) às volatilidades desfavoráveis de taxas de câmbio, de juros e de preços de *commodities* (ANTÔNIO, AMBROZINI, MAGNANI & RATHKE, 2020) e, por consequência, acabam consumindo parte dos recursos que as empresas teriam como disponibilidade para utilização imediata ou a aplicação em outros investimentos capazes de alavancar suas atividades.

5. Conclusão

Esse trabalho buscou apresentar um modelo teórico no qual o agente representativo, por meio de maximização da sua função de utilidade, demonstra em seus resultados que a modalidade de ação comercializada, pela empresa na bolsa de valores, interfere seja positivamente ou negativamente no valor de mercado da empresa, em especial nos anos eleitorais.

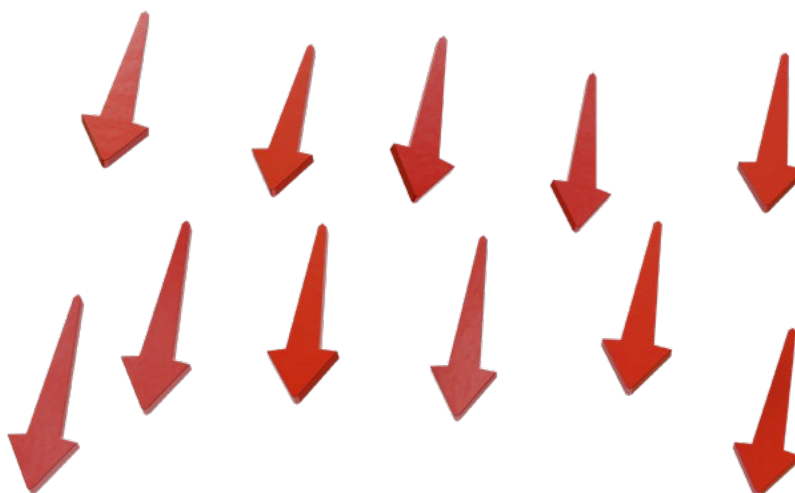
O modelo teórico apresentou inferiu diversas modalidades de ações a serem negociadas; entre elas, verificou-se que as ações Unit tendem a apresentar valor de mercado superior às ações preferenciais

Log Valor de Mercado	Coefficiente	z	95% Intervalo de Confiança	
PNA	-0.3259955	-1.64	-0.7145878	0.625967
Hedge	0.5477713	1.84	-0.0363799	1.131922
eleição x enterprise	2.00e-08	1.68	-3.36e-09	4.34e-08

Fonte: os Autores – Processamento Stata

Log Valor de Mercado	Coefficiente	z	95% Intervalo de Confiança	
Hedge X Liquidez Geral Winzorizado	-0.2496704	-1.20	-0.6585562	0.1592153
Alavacagem Financeira Winzorizado	-0.0386902	-2.02	-0.0762221	-0.0011584
Hedge X Preço Sobre Valor Patrimonial	-0.1782221	-2.05	-0.3486333	-0.0078109

Fonte: os Autores – Processamento Stata



classe A, tanto é que os resultados demonstram que uma ação Unit é capaz de majorar até 135% do valor de mercado da empresa. Por outro lado, as ações preferenciais de classe A tendem a reduzir o valor de mercado das empresas em 32,59%.

Restou evidenciado que a adoção de estratégia de *hedge* (com significância de 10%) apresentou uma correlação positiva no valor de mercado da empresa, ou seja, se a empresa possui estratégia de *hedge*, o seu valor de mercado tende a ser 54,77% superior daquelas que não adotam estratégias de *hedge*.

Verificou-se ainda que, dentro do setor de utilidades públicas, as empresas do subsetor de água e saneamento possui um valor de mercado superior às demais, pois o modelo de regressão proposto evidenciou

que uma empresa do referido subsetor apresenta um valor de mercado 80% (oitenta por cento) superior às demais empresas dos outros subsectores (energia elétrica e gás).

Em contraponto ao que foi citado anteriormente – que cenário econômico brasileiro é volátil em decorrência de instabilidades políticas e econômicas gerada pelas incertezas das corridas eleitorais –, evidenciou-se, por meio do modelo proposto, que a eleição por si só não foi estatisticamente significativa como elemento essencial para determinação do valor de mercado das empresas. Todavia, cabe salientar que o ano eleitoral interfere na forma que a *enterprise value* influencia a variável dependente.

Os resultados ainda demonstram que o lucro por ação, o *enterprise*

value; o preço sobre valor patrimonial e a liquidez geral afetam positivamente o valor de mercado das empresas. Por outro lado, a alavancagem financeira apresenta efeitos negativos no valor de mercado das empresas.

Dessa forma, além dos expostos empíricos aqui apresentados, o desenvolvimento de um modelo teórico teve como função primordial explicar o comportamento das relações existentes entre a adoção de *hedge* e o valor de mercado das empresas do setor econômico de utilidades públicas. Esse Modelo comprovou a teoria empírica, porém não em sua totalidade. No entanto este corroborou para afirmarmos, de maneira sutil, a influência das eleições nos valores das empresas.

“Outra perspectiva de explicação é a análise fundamentalista, que possui vastos e amplos indicadores e métricas capazes de aferir o desempenho das empresas, que por sua vez, auxiliam os gestores no processo decisório de quais medidas devem ser seguidas (MALTA & DE CARMARGOS, 2016).”

Referências

ALVES, J. F. V., De Luca, M. M. M., Cardoso, V. I. D. C., Vasconcelos, A. C. D., & Cunha, J. V. A. D. (2013). Relação entre desempenho econômico e desempenho ambiental de empresas no Brasil e na Espanha. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, 5(2), 151-172. DOI 10.21680/2176-9036

ANTÔNIO, R. M., Ambrozini, M. A., Magnani, V. M., & Rathke, A. A. (2020). O uso de derivativos para hedge melhora os ratings de crédito das empresas brasileiras?. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 50-66.

ASSAF NETO, A. *Valuation*. São Paulo: Atlas, 2011.

Baldwin, J., & Glezen, G. W. (1992). Bankruptcy prediction using quarterly financial statement data. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 7(3), 269-285.

BALTAGI, Badi H. (2008). *Econometric analysis of panel data*. Canadá: John Wiley & Sons.

BORSANI, Hugo. (2001). Eleições e Desempenho Macroeconômico na América Latina (1979-1998). *Dados*, vol. 44, nº 3, pp. 481-512.v

BROWN, G. W. Managing foreign Exchange risk with derivatives. *Journal of Financial Economics*, v. 60, n. 2, p. 401-448, 2001.

CHIQUETO, F. *Hedge Accounting no Brasil*. Tese de doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico CPC 48 instrumentos financeiros

DE MOURA, Geovanne Dias; KLANN, Roberto Carlos. Competitividade de mercado, hedge e hedge accounting: um estudo sob a ótica contingencial. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 10, n. 3, p. 63-87, 2016.

DEMARZO, P. M.; DUFFIE, D. Corporate incentives for hedging and hedge accounting. *Review of Financial Studies*, v. 8, n. 3, p. 743-771, 1995.

ECHEGARAY, Fabian. (1995), *Voto Econômico ou Referendum Político? Os Determinantes das Eleições Presidenciais na América Latina, 1982-1994*. Opinião Pública, vol. 3, nº 2.

EULAU, Heinz e LEWIS-BECK, Michael (eds.). (1985), *Economic Conditions and Electoral Outcomes: The United States and Western Europe*. New York, Agathon Press

Freguete, L. M., Nossa, V., & Funchal, B. (2015). Corporate social responsibility and Brazilian firms' financial performance. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(2), 232-248. DOI 10.1590/1982-7849rac20151873

Gujarati, D. N. (2006). *Econometria Básica*. Tradução da 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 105-231. DOI [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00030-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00030-1)

Lev, B., & Thiagarajan, S. R. (1993). Fundamental information analysis. *Journal of Accounting research*, 190-215. DOI 10.2307/2491270

LEWIS-BECK, Michael. (1988), *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

MACKENZIE, B. et al. IFRS 2012. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MAGNANI, Vinicius Medeiros. *Análise do impacto da política de hedge na redução do conflito de agentes no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

Malta, T. L., & de Camargos, M. A. (2016). Variáveis da análise fundamentalista e dinâmica e o retorno acionário de empresas brasileiras entre 2007 e 2014. *REGE-Revista de Gestão*, 23(1), 52-62. DOI <https://doi.org/10.1016/j.rege.2015.09.001>

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo SP: Atlas, 2010.

Martinez, A. L., & Martins, V. A. M. (2016). Alavancagem financeira e agressividade fiscal no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(3), 4-22. DOI <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v10i3.18383>

Miller, D., Le Breton-Miller, I., Lester, R. H., & Cannella Jr, A. A. (2007). Are family firms really superior performers?. *Journal of corporate finance*, 13(5), 829-858. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2007.03.004>

Myers, S. C., & Majluf, N. S. (1984). Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of financial economics*, 13(2), 187-221. DOI [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(84\)90023-0](https://doi.org/10.1016/0304-405X(84)90023-0)

Ou, J. A., & Penman, S. H. (1989). Accounting measurement, price-earnings ratio, and the information content of security prices. *Journal of accounting research*, 111-144. DOI 10.2307/2491068



RAMOS, C. Derivativos, riscos e estratégias de hedge. Implementação, contabilização e controle. São Paulo, Editora César Ramos, 2012

RENNÓ, Lucio; SPANAKOS, Anthony P. Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: As eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002. Dados-Revista De Ciências Sociais, v. 49, n. 1, 2006.

Ross, S. A. (1977). The determination of financial structure: the incentive-signalling approach. The bell journal of economics, 23-40. DOI 10.2307/3003485

SILVA, A. J. Identificação dos aspectos relevantes na evidenciação dos instrumentos financeiros das empresas classificadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.

Spence, M. (1973). Job market signaling. Quartely Journal of Economics, v. 87, p. 355-374. DOI <https://doi.org/10.2307/1882010>

STULZ, R. M. Optimal Hedging policies. Journal Of Financial and Quantitative Analysis, v. 19, n. 02, o. 127-140, 1984.

VISVANATHAN, G. Who Use Interest Rate Swaps? A Cross-Sectional Analysis. Journal of Accounting, Auditing & Finance. V. 13, n. 3, p.173-200, 1998.

WALL, L. D. Interest rate swaps in agency theoretic model with uncertain interest rates. Journal of Banking & Finance, v. 13, n. 2, p. 261-270, 1989.

WINSOR, C. P. (1946). Which Regression? Biometrics Bulletin, 101-109



A influência da educação superior nas decisões financeiras de consumo e investimento

A questão abordada neste estudo é se a formação acadêmica influencia a qualidade das decisões de consumo e investimento dos indivíduos e, também, se a deficiência de conhecimentos financeiros seria o fator responsável pela tomada de decisões não otimizadas. A pesquisa foi feita com alunos de graduação do curso de Administração e não universitários da cidade de Eunápolis (BA). O instrumento de pesquisa aplicado foi elaborado com o intuito de detectar o nível de conhecimento sobre conceitos relacionados à educação financeira, analisar a atitude dos pesquisados em relação a decisões financeiras, além de analisar o quanto os indivíduos ponderam as decisões de consumir e investir, relacionando como perfil socioeconômico da população estudada. O tema é relevante por ser um assunto presente no cotidiano das pessoas, além do fato de as decisões financeiras particulares poderem impactar toda a economia, visto que estão intimamente ligadas a problemas como: inadimplência, endividamento familiar e falta de capacidade de planejamento em longo prazo. Como resultado geral, os conhecimentos sobre finanças aprendidos na universidade influenciou positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino. Entretanto, existem outras fontes de conhecimento que são relevantes, como a experiência prática e o convívio com a família, que precisam ser mais bem investigadas em pesquisas futuras.

Arlles Santos Conceição

Bacharel em Administração pela Universidade do Estado da Bahia. Analista de Licitações. E-mail: arllesconceicao@gmail.com

Robson Braga

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA-USP). Bacharel, especialista e mestre em Administração. Professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Pesquisador na área de Finanças e Contabilidade. Consultor de empresas na área de finanças corporativas. E-mail: rbraga@uneb.br

1. Introdução

O aquecimento econômico brasileiro junto com a estabilidade inflacionária vivenciada nas últimas décadas estimulam novos pensamentos acerca da maneira de lidar com o dinheiro. Vieira, Bataglia e Sereia (2011) destacam que, após a estabilização da moeda e a nítida redução da inflação com a implantação do Plano Real, em 1994, os brasileiros passaram a ter uma nova visão sobre a gestão financeira e, com isso, houve um aumento do poder aquisitivo, a extensão dos prazos de financiamento e a facilidade na obtenção de crédito, além do aumento no consumo.

Diante desse cenário, é importante analisar como os indivíduos estão tomando suas decisões, visto que problemas como a inadimplência, endividamento familiar e ausência de planejamento de longo prazo estão intimamente ligados à falta de conhecimento sobre finanças, e esses indivíduos endividados, sem dinheiro para honrar seus compromissos, começam a manifestar dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional (CERBASI, 2014).

A decisão de poupar, fazer um investimento ou consumir um produto ou serviço implica consequên-

cias para as quais o indivíduo deveria estar preparado, visto que as decisões financeiras tomadas impactam a economia, além de sua própria vida (AMADEU, 2009). Estudo conduzido por Fernandes, Lynch Jr e Netemeyer (2014) sobre literacia e educação financeira em dezenas de publicações científicas, pondera que é preciso um conjunto de elementos para construção de políticas de educação financeira de modo a ajudar o comportamento financeiro das pessoas.

Diante de inúmeras opções para consumo e investimentos, os consumidores se deparam frente a decisões não tão simples para as quais se esperam que pessoas com melhor formação acadêmica terão melhor capacidade analítica e decisória. O processo de análise de consumo e investimentos por pessoas com maior literacia financeira tende a ser mais consistente, como mostram os estudos de Aren e Zengin (2016). Por outro lado, nem sempre a formação acadêmica leva os indivíduos a tomarem melhores decisões de investimentos (FINKE, HOWE & HUSTON, 2017). Considerando, contudo, que o *framing* decisório tende a afetar o processo de escolhas, como destaca Nebel (2015), ainda cabe considerar até que ponto sujeitos que estudam em cursos mais direta-

mente relacionados ao tema, com estruturas curriculares que oferecem matérias de finanças, economia e cálculo, como Administração, tomam suas decisões de investimentos.

A partir desse contexto, o problema da pesquisa do presente estudo se expressa na busca por verificar se a qualidade da tomada de decisões financeiras é influenciada pela formação acadêmica, visando responder ao seguinte problema: **A formação universitária faz com que os indivíduos apresentem maior nível de conhecimentos financeiros?**

O objetivo é investigar se a formação acadêmica em nível superior influencia as decisões de consumo e investimento e verificar se se isso é efetivamente comprovado por suas atitudes, ou seja, busca-se averiguar se os alunos usam os conhecimentos adquiridos durante o curso de Administração de uma maneira concreta em seu campo pessoal.

O tema apresenta grande relevância, posto que as pessoas têm suas vidas afetadas pelas decisões de natureza financeira que tomam (LUCCI, ZERRENNER, VERRONE & SANTOS, 2006). Esse é um tema que, em geral, não é ensinado nas instituições educacionais para orientar os jovens durante o período escolar, apesar de algumas iniciativas e proposições estarem em

discussão no ambiente educacional brasileiro, ainda que

Cordeiro, Costa e Silva (2018) destaquem que, no âmbito da educação fundamental no Brasil, há uma grande preocupação em inserir a educação financeira no currículo escolar.

O presente estudo se justifica ainda pela consideração de que os estudantes possuem um papel importante na economia mundial, e educá-los de modo que compre-



“Diante de inúmeras opções para consumo e investimentos, os consumidores se deparam frente a decisões não tão simples para as quais se esperam que pessoas com melhor formação acadêmica terão melhor capacidade analítica e decisória.”

dam como eles tomam decisões financeiras é fundamental para assegurar um crescimento econômico sustentável no futuro, conforme já propunha a OCDE no documento intitulado *Guidelines on Financial Education at School and Guidance on Learning Framework* (OECD, 2011).

2. Fundamentação Teórica

A presente sessão se dedica a apresentar a revisão da literatura, com o intuito de situar o estado da arte em torno do tema central desta pesquisa, subdividido em três partes complementares à investigação. Na primeira, é discutida a educação financeira; em seguida é abordado um tópico sobre o consumo; e finalizando, é discutida a literatura sobre decisões de consumo e investimentos.

2.1 Educação financeira

Existem variadas definições para o termo Educação Financeira. Jacob, Hudson e Bush (2000, p.8) explicam que o termo “educação” implica conhecimentos de práticas, direitos, normas sociais e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento das tarefas financeiras. Já o termo “financeira” aplica-se a

uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro na vida cotidiana, desde o controle de cheques emitidos, o gerenciamento das compras com cartão de crédito, a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro ou um investimento.

Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) a Educação Financeira é definida como a combinação entre consciência, habilidade, atitude e conhecimentos necessários para que as pessoas possam tomar decisões financeiras e, com isso, alcançar seu bem-estar financeiro individual. (OECD, 2011).

Segundo Remund (2010), a educação financeira é medida quando um indivíduo entende os conceitos financeiros-chave e possui a habilidade e confiança para administrar de forma apropriada suas finanças pessoais, por meio de decisões de curto prazo e planejamento financeiro de longo prazo, em meio aos eventos que ocorrem em sua vida e às mudanças nas condições econômicas.

Para Halfeld (2006), a educação financeira é essencial aos consumidores para auxiliá-los a planejar e gerir sua renda, além de orientá-los a poupar e investir.

Por meio da educação financeira, o indivíduo adquire conhecimentos necessários para gerenciar de forma otimizada as suas finanças e, além disso, favorece um melhor desenvolvimento do mercado financeiro, visto que estimula o mercado a oferecer melhores serviços, conforme destacam Braunstein e Welch (2002).

Ainda, segundo Braunstein e Welch (2002), a má administração do dinheiro deixa consumidores expostos às crises financeiras pessoais. Sobre a variada oferta de produtos financeiros e o avanço da tecnologia através da *internet*, as autoras defendem que, para se beneficiar de tais inovações, é necessário um nível básico de educação financeira.

A OECD (2005) incentiva a elaboração e execução de projetos e programas sobre a educação financeira em países cooperados e também em não cooperados. Para isso, a organização elaborou princípios e orientações para uma boa prática da Educação Financeira.

Exemplo disso é que, em 2007, surgiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), a partir de uma parceria entre governo e entidades privadas. A Enef conta com a colaboração do Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Sebrae e entida-

des não governamentais como a B3, entre outras. Por intermédio da iniciativa das entidades e órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) é desenvolvido o Projeto Nacional de Educação Financeira.

Segundo Vieira et al. (2011), apesar da existência de projetos de grande magnitude, eles ainda não são suficientes para atender à demanda interna do país. Essa visão é compartilhada por Savoia, Saito e Santana (2007). Segundo eles, as medidas tomadas pelos órgãos governamentais são insuficientes para atender à demanda social pelo desenvolvimento da capacitação financeira da população apesar de haver iniciativas pioneiras de inclusão da Educação em Finanças Pessoais por parte das escolas.

Pandelo Jr. (2010, p. 176) enfatiza que ainda precisamos caminhar muito em termos de educação financeira. Não só nós, os agentes econômicos, mas as próprias instituições que vendem ou negociam produtos de investimentos, destaca.

As transformações tecnológicas, a globalização, o aumento da complexidade das operações e serviços financeiros exigem que os indivíduos tenham um aprimoramento

em seus conhecimentos financeiros para tomar decisões acertadas no que diz respeito a consumo e investimento. Além disso, educação financeira é fundamental para que as pessoas conheçam maneiras de administrar seus recursos e evitem o endividamento pessoal.

Frente a essas definições e discussões, pode-se considerar que no atual contexto econômico, faz-se necessária a busca de conhecimentos na área de Finanças, e também é possível presumir que a educação financeira pode ajudar o indivíduo no processo das escolhas de consumo e investimento.

2.2 Fatores de decisões de consumo e poupança

O período de inflação (pré-Plano Real) atormentou o país, causando “o empobrecimento dos mais pobres, a desordem na contabilidade das empresas, a incapacidade absoluta de fazer qualquer previsão e planejamento, tudo ficou insustentável” (LEITÃO, 2011, p. 20). Esse cenário contribuiu para que as pessoas não desenvolvessem o hábito nem cultura de lidar com planejamento financeiro em médio e longo prazo.

Para Campos (2012), o período de altas taxas inflacionárias ainda

exerce influência diante da tomada de decisão do consumidor na atualidade, contribuindo para uma perspectiva de consumo imediato. Mesmo com a estabilização dos preços, algumas pessoas continuam estocando determinados produtos. Convém ainda destacar que planejamentos financeiros, mesmo em curto prazo, são mais difíceis de serem colocados em prática em um cenário de hiperinflação, principalmente para as classes sociais mais pobres.

Após o Plano Real, houve significativas transformações no mercado financeiro, que, de certo modo, aumentaram sua complexidade. Segundo Leitão (2011), com a estabilização da economia, foi possível perceber um aumento da inclusão social que contribuiu para a ampliação do mercado de consumo interno, exigindo uma gestão financeira pessoal mais acurada.

A aceleração do crescimento econômico, o controle da inflação, a ampliação do crédito e o aumento da renda estão reproduzindo no Brasil a criação de um mercado consumidor de massa, forte e cada vez mais complexo. Isso abriu um leque de possibilidades para que os brasileiros aproveitem para ingressar na economia de mercado e experimentar, pela primeira vez, os benefícios do consumo promovidos pelo crédito.

“Já o termo ‘financeira’ aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro na vida cotidiana, desde o controle de cheques emitidos, o gerenciamento das compras com cartão de crédito, a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro ou um investimento.”

to. Contudo, a recessão econômica iniciada em 2014 sugeriu uma redução nas despesas das famílias brasileiras, atrelada a um cenário de desemprego e incertezas, levando tais famílias a se endividarem.

De acordo com Valente (2013), o Banco Central (BC) informou que o índice de endividamento das famílias brasileiras subiu de 43,79% para 43,99% em março de 2013. Isso significa que as famílias devem às instituições financeiras quase a metade do que ganham durante o ano. Em 2016, a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indicou que o nível de endividamento das famílias, em julho do ano mencionado, aumentou de forma considerável em comparação com o ano de 2013 (corresponde a 57,7%). Este número, porém, era ainda maior em janeiro de 2016, quando alcançou o nível de 61,6% das famílias, estando na faixa dos 60% em maio de 2018.

Ante o exposto, podemos deduzir que a educação financeira se torna necessária ao consumidor brasileiro, para que ele tome decisões acertadas de consumo e investimento, de modo que minimizem os impactos causados por situações instáveis.

3. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa exploratória, quantitativa com aplicação de *survey* adaptado de Lucci et al. (2006), entre os meses de janeiro e março de 2018, com os estudantes dos cursos de Administração das instituições de ensino superior instaladas no Município de Eunápolis (BA), especificamente das instituições de ensino Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Universidade Sul do Paraná (Unopar) e Faculdades Integradas Extremo Sul da

Bahia (Unesulbahia), pois eles possuem, em sua matriz curricular, disciplinas relacionadas com área de Finanças, além de um grupo amostral com não estudantes de ensino superior e outro com graduação em Administração.

Buscou-se detectar as habilidades em reconhecer e manipular conceitos-chave em finanças, bem como as atitudes dos estudantes entre os diferentes estágios dos cursos de graduação pesquisados, de acordo com as variáveis: nível de conhecimento e atitude dos indivíduos em relação às suas decisões financeiras, bem como perfil socioeconômico.

A amostra é composta de 102 indivíduos, dos quais 28 alunos que estão cursando a primeira metade do curso, ou seja, os dois primeiros anos; 39 alunos que estão na segunda metade do curso, os dois últimos anos; 10 pessoas que não cursaram nível superior e 25 pessoas que já possuem graduação em nível superior em administração. Trata-se de uma amostra não probabilística, selecionada por conveniência, devido ao fato de o autor ser residente na cidade de Eunápolis e estu-

dante de graduação do curso de Administração de uma das instituições pesquisadas.

A coleta de dados é estruturada, aplicada pessoalmente e *on-line*, por meio de ferramenta disponibilizada pelo *SurveyMonkey*. O questionário (Anexo 1) apresenta 20 questões, versando sobre conceitos de finanças, nível de conhecimento, perfil socioeconômico e decisões de consumo e investimento dos respondentes.

O método de coleta e análise dos dados é baseado em Lucci et al. (2006), dos quais foram adaptados para esta pesquisa. A coleta de dados, conforme destacado, contou com aplicação de questionário eletrônico. As questões adaptadas do estudo original de Lucci et al. (2006) permitiram a coleta de dados que foi submetida à análise estatística de frequência e posteriormente interpretadas à luz da literatura.

As questões contidas no referido instrumento de coleta de dados busca capturar elementos que auxiliem na compreensão do fenômeno em estudo, além de responder ao problema de pesquisa formulado, que associa formação acadêmica às deci-



sões de consumo e investimentos. Segundo Lucci et al. (2006), as decisões de consumo e investimento são influenciadas por diversos fatores, sendo foco deste trabalho as seguintes variáveis:

- Nível de conhecimento sobre educação financeira: trata-se de conhecimentos básicos, como liquidez de ativos, valor do dinheiro no tempo, efeito da incidência de juros compostos, custo de financiamento, fluxo de caixa, orçamento e risco. Estes conceitos foram mensurados por meio de questões objetivas.
- Atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras: trata-se das reações dos indivíduos em sua vida prática. Esta variável tem por objetivo avaliar se há outros fatores que influenciam as decisões de consumo e poupança, ou seja, se apesar dos conhecimentos em finanças, os indivíduos tomam decisões não necessariamente eficientes. (LUCCI et al. 2006).

Em seguida, define-se o que é medido nas questões sobre conceitos e comportamento dos respon-

dentos ao aplicarem esses conceitos em suas vidas práticas:

A questão número 1 aborda a autopercepção dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimentos sobre educação financeira, bem como seu grau de segurança para a tomada de decisões sobre o assunto.

A questão número 2 busca apurar de que forma foram adquiridos os conhecimentos dos pesquisados sobre o assunto, reconhecendo que tal aprendizado não se dá a partir de uma única fonte, mas de diversas experiências ao longo da vida.

As questões que buscam testar os conceitos aprendidos pelos respondentes são as de número 3, 5, 7, 9 e 11.

No caso da questão 3, busca-se apurar se as pessoas têm consciência de que investimentos têm níveis diferenciados de liquidez. A resposta esperada é a alternativa que indica bens móveis e imóveis como os menos líquidos, já que as demais alternativas indicam ativos de natureza financeira que, em condições normais, são mais líquidos que bens materiais.

A questão 5 verifica a aplicação prática de um conceito fundamental em finanças, que é o valor do dinheiro no tempo. A resposta correta é a alternativa "c", na qual o respondente reconhece que somas monetariamente iguais de recursos, mas aplicadas em momentos distintos, geram resultados distintos.

A questão de número 7 busca compreender se os pesquisados têm a percepção de que dívidas têm custos financeiros (sendo a resposta correta a alternativa "d"), na qual o respondente reconhece que dívidas "roladas" representam custos financeiros mais elevados.

Já a questão 9 avalia se o pesquisado tem a no-

ção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros), na qual a resposta correta é dada pela alternativa "a".

Por último, a questão 11 busca determinar se o pesquisado tem a noção de planejamento financeiro e poupança, cuja resposta correta é dada pelo item "b".

As questões de número 4, 6, 8, 10, 12 e 20 compõem o grupo de testes sobre a atitude dos pesquisados.

No caso da questão 4, busca-se medir sua propensão ao risco.

A sexta questão verifica a atitude dos respondentes no que se refere a propensão à poupança. As respostas se apresentam em ordem decrescente de tendência a guardar recursos, sendo a alternativa "a" a resposta esperada dos mais propensos à prevenção, enquanto a alternativa "d" seria a opção esperada para os mais consumistas.

A questão 8 avalia a atitude do pesquisado em face do problema prático apresentado na questão 7, isto é, da percepção de que dívidas têm custos financeiros.

A questão 10 busca verificar a posição que o pesquisado adotaria em face de uma situação como a apresentada na questão 9, ou seja, se o pesquisado tem a noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros).

A questão 12 avalia qual a noção que o pesquisado tem de ativo que oferece maior segurança.

Das questões relacionadas à atitude dos pesquisados, a questão 20 busca avaliar a atitude frente ao endividamento, indo da aversão às dívidas ao endividamento irresponsável, passando pelo endividamento responsável.

Por fim, as questões 13 a 19 visam determinar o perfil socioeconômico do pesquisado. O mapeamento do perfil pode ajudar a complementar a explicação sobre as atitudes e também sobre o próprio nível de educação financeira dos indivíduos.



“Para a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) a Educação Financeira é definida como a combinação entre consciência, habilidade, atitude e conhecimentos necessários para que as pessoas possam tomar decisões financeiras e, com isso, alcançar seu bem-estar financeiro individual (OECD, 2011).”

4. Análise dos Resultados

Na variável “nível de conhecimento sobre educação financeira”, foi utilizada como elemento indicador o nível de graduação dos pesquisados – neste caso, vai desde quem não cursa nível superior em Administração, passando por estudantes do 1º, 2º, 3º e 4º anos e encerra-se com pessoas que já possuem graduação em administração.

A questão número 1 aborda a autopercepção dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimentos sobre educação financeira, bem como seu grau de segurança para a tomada de decisões sobre o assunto. Observa-se que grande parte das pessoas que responderam ao questionário se sente “nada segura” (15,69%), ou ainda não muito segura (28,43%). Um total de 30,39 % se sente “razoavelmente seguras”, enquanto apenas 5,88% se consideram “muito seguras”; destes, a maior parte é composta por pessoas do 4º ano e pessoas que já possuem graduação em nível superior.

As respostas dos entrevistados para a questão 2, quando lhes foi perguntado de que maneira foram adquiridos os conhecimentos de Educação Financeira, 40,20% dos respondentes consideram a experiência prática como principal for-

ma de aquisição de conhecimentos para gerir seu dinheiro; 36,27% consideram o aprendizado em casa com a família, seguido das aulas da faculdade, com 12,75% das respostas.

No que se refere à terceira questão, que visa apurar se as pessoas têm consciência de que investimentos têm níveis diferenciados de liquidez, 43,14% dos entrevistados acertaram a questão, enquanto 56,86% não responderam adequadamente à luz dos fundamentos financeiros. No grupo de alunos que não cursam ou cursaram graduação – estudantes do primeiro e do segundo anos de curso –, o percentual de acerto é de 28,95%; no grupo dos estudantes de terceiro e quarto anos, junto com o grupo de pessoas que possuem graduação em nível superior, o percentual de acerto da questão sobe para 51,56%. Considerando-se a simplicidade da questão, mesmo nos últimos níveis de graduação, o número de acertos revela a insuficiência do conhecimento dos alunos sobre o assunto.

A questão 5 verifica a aplicação prática de um conceito fundamental em finanças, que é o valor do dinheiro no tempo. No geral, 81,37% dos pesquisados acertaram a questão. Analisando os níveis de graduação, entre os que não cursam ensino superior e os que estão no primeiro

ano, e os do segundo ano, o percentual de acerto foi de 73,68%. No grupo dos estudantes de terceiro e quarto anos, junto com o grupo de pessoas que possuem graduação em nível superior, pode-se dizer que o ano de graduação influenciou positivamente os conhecimentos sobre o valor do dinheiro no tempo, visto que o percentual de acerto da questão sobe para 85,94%.

Na sétima questão foi perguntado qual das pessoas mencionadas pagaria mais em despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de créditos. Essa questão busca compreender se os pesquisados têm a percepção de que dívidas têm custos financeiros na qual o respondente reconhece que dívidas “roladas” representam custos financeiros mais elevados. Observa-se que 65% dos entrevistados acertaram a questão (opção “a”), analisando os níveis de graduação, entre os que não cursam ensino superior e os que estão no primeiro ano; e com os do segundo ano, o percentual de acerto foi de 50,00%. No grupo dos estudantes de terceiro e quarto anos, junto com o grupo de pessoas que possuem graduação em nível superior, o percentual de acerto da questão sobe para 73,44%,

A questão 9 avalia se o pesquisado tem a noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros). No geral, 67% acertaram a questão, enquanto 33% não responderam adequadamente. Analisando os níveis de graduação, entre os que não cursam ensino superior e os que estão no primeiro ano e os do segundo ano, o percentual de acerto foi de 62,00%. No grupo dos estudantes de terceiro e quarto anos, junto com o grupo de pessoas que possuem graduação em nível superior, nota-se que nesta questão o impacto do aumento do nível de graduação não foi significativo, dado o percentual de acerto da questão, que aumentou apenas para 69,06%.

Na décima primeira questão, buscou-se verificar se o aluno tem a noção de planejamento financeiro e poupança. De maneira geral, 74% dos alunos responderam à questão assertivamente. Analisando os níveis de graduação, entre os que não cursam ensino superior e os que estão no primeiro ano e os do segundo ano, o percentual de acerto foi de 63,16%. No grupo dos estudantes de terceiro e quarto anos, junto com o grupo de pessoas que possuem graduação em nível superior, o percentual de acerto da questão sobe para 81,25%.

A análise da segunda variável pesquisada destinou-se a verificar se o nível de conhecimento influencia a qualidade das decisões tomadas, neste caso, se existe uma aplicação da teoria em casos concretos. Inicialmente, verificou-se o nível de segurança dos alunos em relação às questões financeiras, bem como sua propensão para assumir riscos.

No primeiro quesito, conforme anteriormente apresentado, 15,59% indicaram não estarem “nada seguros”; 28,43% “não muito seguro”; 19,61% “neutro” (nem seguro, nem inseguro); 30,39% “razoavelmente seguro”; e apenas 5,88% disseram estar “muito seguros”. Em relação à propensão ao risco, 43,14% apresentaram tendências de assumirem riscos; já 56,86% preferem correr menos riscos, possuindo um perfil mais conservador.

Ao fazer o cruzamento do perfil de risco, com o de auto avaliação dos pesquisados, constatou-se que aqueles que responderam “nada seguro”, “não muito seguro” e “neutro” tendem a fazer aplicações mais conservadoras. Observou-se no grupo “razoavelmente seguros” (48,39%) e “muito seguros” (50,00%), embora metade ou pouco menos da metade preferissem aplicações financeiras com me-

nos riscos, percentuais que devem ser destacados (51,61% e 50,00%), que estariam dispostos a assumir riscos. Dado isso, detecta-se que os perfis que se consideram mais seguros estão mais propensos a assumir riscos.

Na quinta questão, o conceito avaliado está relacionado à vantagem financeira da antecipação na formação da poupança para fins de aposentadoria. Conforme apresentado anteriormente, 81,00% responderam corretamente à questão, destes que acertaram a questão: 18,07% fazem plano de previdência/poupança própria; 28,92% não se preocupam ainda com a questão; 1,20% não veem necessidade de poupar para aposentadoria; 6,02% pretendem ter apenas aposentadoria do governo; 45,78% têm planos para começar a poupar.

Os dados apresentados mostram que entender o conceito faz diferença na intenção de já iniciar poupança para aposentadoria, uma vez que 63,85% dos respondentes têm um plano ou pretendem começar a poupar. Porém, concretamente, apenas 18,07% fazem um plano de previdência. Na prática, outras variáveis podem influenciar essa questão, tais como faixa etária, renda familiar, renda individual, entre outros.

“Por meio da educação financeira, o indivíduo adquire conhecimentos necessários para gerenciar de forma otimizada as suas finanças e, além disso, favorece um melhor desenvolvimento do mercado financeiro, visto que estimula o mercado a oferecer melhores serviços.”

A questão 7, que trata dos efeitos financeiros da rolagem da dívida, 65% dos respondentes acertaram a questão. Na oitava questão, que avalia a atitude tomada na prática pelo indivíduo sobre o assunto, 89,22% dos entrevistados aderem a opção de tentar pagar sempre o saldo devedor, evitando assim entrar no crédito rotativo do cartão de crédito. Isto posto, pode-se inferir que mesmo que o conceito seja percentualmente menor que na prática, o domínio do conceito influencia no caso prático.

Já na resposta da vigésima questão, 54% responderam que não possuem dívidas e fazem planejamento necessário para comprar sempre à vista e com desconto. O objetivo da questão era saber se os entrevistados têm algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão) e avaliar a atitude frente ao endividamento, indo da aversão às dívidas ao endividamento irresponsável, passando pelo endividamento responsável.

Ao cruzar os dados dessas questões, verifica-se que 57,58% dos pesquisados que responderam que poupar é a melhor alternativa, não possuem de fato dívidas pessoais e fazem planejamento necessário para comprar à vista e com desconto. Outros 33,33% possuem algum tipo de dívida, mas que estão sendo pagas ou programadas para serem pagas, o que confirma que o custo de comprar financiado nem sempre leva o indivíduo a ter uma atitude avessa ao endividamento. Também demonstra que comprar financiado ou fazer empréstimo nem sempre está ligado à irresponsabilidade, visto que apenas 9,09% dos respondentes não sabem como irão pagar suas dívidas.

Os resultados obtidos na pesquisa, corroboram em muitos os resultados de Lucci et al. (2006), discutidas as suas limitações, quais sejam a de controlar por variáveis

socioeconômicas, assim como expandir a amostra para além do curso estudado, sinalizam para o fato de que há alguma contribuição do processo formativo. Contudo, a formação do nível de conhecimento financeiro de estudantes de períodos mais avançados no curso de graduação não é necessariamente obtido na formação superior. Os indivíduos obtêm conhecimentos financeiros em fontes externas, sinalizando que nem sempre a formação superior promove um maior nível de conhecimento para a tomada de decisões financeiras pessoais. Tais achados caminham em direção ao que é apresentado por Finke, Howe e Huston (2017), ainda que por vias metodológicas distintas.

Para os participantes, o conhecimento conceitual sobre finanças, potencialmente aprendido em disciplinas específicas ou relacionadas, influencia positivamente a tomada de decisões financeiras, independentemente da qualidade de ensino, a qual não foi avaliada neste estudo. Entretanto, existem outras fontes de conhecimento que são relevantes, como a experiência prática e o convívio com a família, que precisam ser mais bem investigadas em pesquisas futuras. Aren e Zengin (2016) já haviam identificado que a literacia financeira influencia a tomada de decisões dos indivíduos, especificamente de investimentos. Contudo, os achados desse estudo mostram que essa literacia nem sempre é obtida nos bancos escolares, mas, sim, na prática diária ou nas influências de amigos e familiares.

Tais achados, especialmente aqueles referentes às fontes mais recorrentes de obtenção de conhecimentos financeiros por parte dos estudantes, sugerem que ainda há



um largo caminho a trilhar na formação acadêmica para fins de literacia financeira, conforme propõem a OCDE (OECD, 2011). Em outros termos, pode-se dizer que os conhecimentos financeiros tratados no âmbito da educação formal não são suficientes ou carecem de melhor ajuste para fins de se tornarem relevantes para o processo decisório dos indivíduos. Ademais, se os pais e amigos não têm uma boa literacia financeira e se são deles que se obtêm os conhecimentos para tomar decisões financeiras, fica evidente que é preciso melhorar a forma de base, sob pena de a formação acadêmica não ser aspecto relevante para melhorar as decisões financeiras, conforme reconhecem Finke, Howe e Huston (2017).

Uma limitação do trabalho é a dificuldade em se mensurar, com base nos resultados obtidos, a fração da educação financeira não decorrente da graduação em nível superior. Ou seja, o quanto do nível de conhecimento decorre da educação financeira obtida em outras fontes além da universidade.

É preciso considerar a necessidade de eleger variáveis de controle e utilizar métodos estatísticos mais sofisticados para além daqueles que foram utilizados aqui, de modo que se tenham resultados mais robustos e talvez mais claros em termos de causa-efeito. De qualquer forma, a pesquisa aponta para questões consideradas relevantes no campo das finanças pessoais e de decisões financeiras que podem, para além de seus achados, inspirar novos estudos.

5. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa é verificar a influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento, mediante um questionário derivado de estudo anterior, composto de questões que consideram as variáveis nível de conhecimento sobre Educação Financeira e atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras.

Em relação à primeira variável, a análise dos dados sugere que o nível de conhecimentos financeiros está relacionado com o nível de graduação dos pesquisados, ou seja, quanto mais avançado no curso de graduação estiver o indivíduo, maior será o seu nível de educação financeira. Para a amostra estudada, o conhecimento demonstrado sobre conceitos sobre finanças aprendidos na universidade influencia positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras, ainda que esse conhecimento não seja totalmente derivado do processo formativo acadêmico. O nível declarado de conhecimento adquirido na formação acadêmica, inclusive, é considerado relativamente baixo, se comparado a outras fontes.

Essas respostas colocam em questionamento a afirmação de

que os conceitos aprendidos no decorrer da graduação contribuem para a melhoria das tomadas de decisões financeiras. Contudo, é interessante constatar que a experiência prática e por intermédio da família são duas variáveis que exercem influência significativa no que diz respeito à aquisição de conhecimento para gerir seu dinheiro e que podem não demonstrar conhecimentos de qualidade suficiente a ponto de levar os sujeitos a tomarem as melhores decisões financeiras. Neste caso, é recomendável que sejam desenvolvidas pesquisas para aprofundar a discussão e entendimento a essa questão.

No que diz respeito à atitude dos participantes, pode-se afirmar que o nível de conhecimento influencia a qualidade das decisões tomadas, em virtude de as respostas serem coerentes com os conceitos. Isto quer dizer que os respondentes dominam conceitos mínimos e aplicam de maneira satisfatória.

Os resultados apresentados neste trabalho não são extrapoláveis, sendo válidos apenas para explicar o comportamento da amostra selecionada. Para futuras pesquisas, seria interessante uma comparação entre alunos de cursos que contêm matérias de finanças, como, por exemplo: Administração, Economia

e Contabilidade; e outros cursos que não possuem esse tipo de conhecimento específico, como, por exemplo, cursos das áreas sociais, biológicas e outras, o que elevaria a consistência dos achados apresentados neste estudo; ou, ainda, fazer um estudo de progressão, no qual seria avaliada a evolução do indivíduo do início do curso ao término dele, avaliando o nível de educação financeira no decorrer do tempo.

Ressalta-se, ainda, que futuros estudos podem contemplar os instrumentos e métodos de produção de material didático para formação e capacitação de docentes em Educação Financeira, visto que ainda é incipiente o número de instituições de ensino que têm matérias que tratam desse assunto na educação básica brasileira.

Enfim, existem diversas oportunidades para implementar novas pesquisas e mesmo um programa de educação financeira no Brasil. Tais ações podem advir de uma combinação de ações de órgãos governamentais, instituições privadas e sociedade civil organizada, que poderiam contribuir para a melhoria da economia e desenvolvimento social. Este estudo trouxe um pouco mais de luz sobre esse, que é um tema oportuno e importante neste contexto.

“Mesmo com a estabilização dos preços, algumas pessoas continuam estocando determinados produtos. Convém ainda destacar que planejamentos financeiros, mesmo em curto prazo, são mais difíceis de serem colocados em prática em um cenário de hiperinflação, principalmente para as classes sociais mais pobres.”

Referências

- Amadeu, J. R. (2009). *A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular*. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista.
- Aren, S., & Zengin, A. N. (2016). Influence of financial literacy and risk perception on choice of investment. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 235, 656-663.
- Braunstein, S., & Welch, C. (2002). Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bull.*, 88, 445.
- Campos, M. B. (2012). *Educação financeira na matemática do ensino fundamental: uma análise da produção de significados*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática). Juiz de Fora.
- Cerbasi, G. (2014). *Casais inteligentes enriquecem juntos: finanças para casais*. Sextante.
- Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & da Silva, M. N. (2018). Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate (ISSN 2358-4122)*, 5(1), 69-84.
- Fernandes, D., Lynch Jr, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861-1883.
- Finke, M. S., Howe, J. S., & Huston, S. J. (2017). Old age and the decline in financial literacy. *Management Science*, 63(1), 213-230.
- Jacob, K., Hudson, S., & Bush, M. (2000). *Tools for survival: An analysis of financial literacy programs for lower-income families*. Woodstock Institute.
- Leitão, M. (2011). *Saga brasileira*. Rio de Janeiro: Record.
- Lucci, C. R., Zerrenner, S. A., Verrone, M. A. G., & Santos, S. D. (2006). *A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos*. Seminário em Administração, 9.
- Nebel, J. M. (2015). Status quo bias, rationality, and conservatism about value. *Ethics*, 125(2), 449-476.
- OECD. (2005). *Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies*. Paris. 2005.
- OECD. (2011). *Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for Conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy*. Paris.
- PANDELO JR, D. R. (2010). Análise do perfil do investidor com base em análise de suas percepções subjetivas de risco e retorno. *Revista Cesumar—Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 15(1).
- REMUND, D. L. (2010). Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 276-295.
- SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F.A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(6), 1121-1141.
- VALENTE, G. (2013). Endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda. *O Globo*. <<https://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-da-renda-8516655>>. Acesso em: 17 fev. de 2019.
- VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração*, 9(3), 61-86.

Apêndice I

Questionário de Pesquisa

1. Como você sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- a) Nada seguro— Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- b) Não muito seguro— Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- c) Neutro – nem seguro, nem inseguro
- d) Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- e) Muito seguro – Eu conheço bastante amplamente sobre finanças

2. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- a) Em casa com a família
- b) De conversas com amigos
- c) Em aulas na faculdade
- d) De revistas, livros, TV e o rádio.
- e) De minha experiência prática

3. Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Susana e Júlio César têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso de eles precisarem do recurso com urgência?

- a) Poupança ou Fundos de Investimento
- b) Ações ou Dólar
- c) Conta-corrente
- d) Bens (Carro, moto, imóvel...)

4. Se você tivesse recursos para investir, sem ter um prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identificaria como aplicador?

- a) Ações, pois agrada-me a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas
- b) Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco
- c) Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento
- d) Bens (Carro, moto, imóvel...), pois a segurança para mim é a coisa mais importante.

5. Ronaldo e Daniela têm a mesma idade. Aos 25 anos, ela começou a aplicar R\$1.000,00 por ano, enquanto o Ronaldo não guardava nada. Aos 50, Ronaldo percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$2.000,00 por ano, enquanto Daniela continuou poupando seus R\$1.000,00. Agora eles têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro para sua aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?

- a) Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas
- b) Ronaldo, porque poupou mais a cada ano
- c) Daniela, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.

6. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

- a) Não me preocupei com isso ainda
- b) Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- c) Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria
- d) Tenho planos de começar a poupar para isso
- e) Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

7. Qual das pessoas pagaria mais em despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de créditos?

- a) Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- b) Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.
- c) Luís, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.
- d) Nanci, que sempre paga o mínimo

8. Como você acha que agiria?

- a) Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Ellen
- b) Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Pedro
- c) Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Luís
- d) Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Nanci

9. Dirceu e Roberto são jovens que têm o mesmo salário.

Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$10.000,00.

Quem pagou mais pelo bem?

- a) Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses
- b) Roberto, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista

10. Se tivesse que tomar a mesma decisão, qual a melhor alternativa na sua visão?

- a) Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez Dirceu
- b) Poupar por 15 meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Roberto
- c) Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.

11. José ganha R\$1.000,00 por mês. Paga R\$300,00 de aluguel e mais R\$200,00 de alimentação todo mês. Gasta ainda R\$100,00 em transportes, R\$50,00 em roupas, R\$50,00 em remédios e mais R\$100,00 em pequenas despesas extras. Pretende comprar uma TV que custa R\$800,00. Quanto tempo ele levará guardando recursos para comprar a TV?

- a) 2 meses
- b) 4 meses
- c) 6 meses
- d) 8 meses

12. Qual dos investimentos abaixo você julga que melhor protegeriam uma família em caso de desemprego?

- a) Depósito em conta-corrente
- b) Uma aplicação financeira, como por exemplo um fundo de investimentos
- c) Aplicações em bens como carro ou imóvel

13. Qual ano da faculdade você está cursando?

- a) Não cursam nível superior
- b) Primeiro ano
- c) Segundo
- d) Terceiro
- e) Quarto
- f) Já possui nível superior em Administração

14. Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

15. Idade

- a) Até 20 anos
- b) De 21 a 30 anos
- c) De 31 a 40 anos
- d) Acima de 40 anos

16. Estado Civil

- a) Solteiro
- b) Casado/União Estável
- c) Separado/Divorciado
- d) Outros

17. Qual a sua faixa de renda mensal líquida pessoal?

- a) Até R\$500,00
- b) R\$500,01 até R\$1.000,00
- c) R\$1.000,01 até R\$1.500,00
- d) R\$ 1.500,01 até R\$2.500,00
- e) Acima de R\$2.500,00

18. Qual sua faixa de renda mensal líquida familiar?

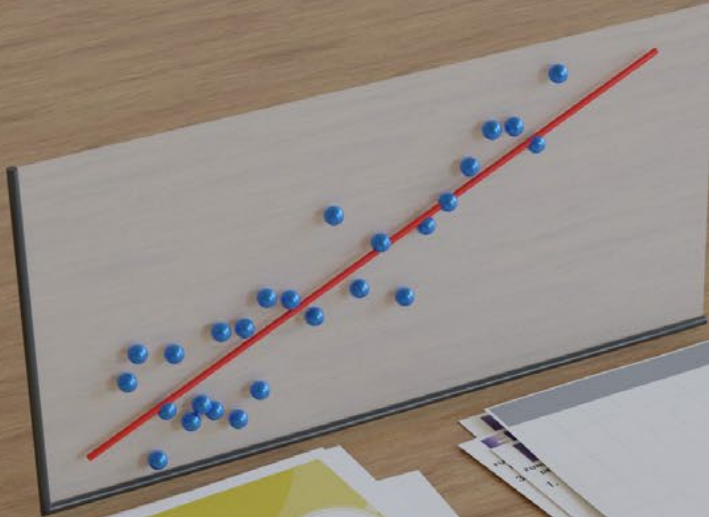
- a) Até R\$500,00
- b) R\$500,01 até R\$1.000,00
- c) R\$1.000,01 até R\$ 1.500,00
- d) R\$1.500,01 até R\$2.500,00
- e) R\$2.500,01 até R\$4.000,00
- f) Acima de R\$4.000,00

19. Qual sua fonte principal de renda?

- a) Emprego Formal
- b) Emprego Informal
- c) Não trabalha
- d) Outros.

20. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)?

- a) Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia
- b) Sim, tenho, mas não sei bem quando nem como irei pagá-las
- c) Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las
- d) Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.



SINAES
ENADE 2015
 Novembro/2015

03

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique, por meio deste caderno, você (leitor), o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
 2. Confira se este caderno contém as questões discriminadas e a transcrição da prova, por questões ainda assim discriminadas.

Partes	Número das questões	Porcentagem das questões no Componente	Peso das questões no cálculo da nota
Formação Geral/Obrigatória	01 e 02	6,67%	25%
Formação Específica/Obrigatória	03 e 04	13,33%	75%
Componente Específico/Obrigatório	05 e 06	13,33%	75%
Questionário de Percepção da Prova	07 e 08	13,33%	75%

3. Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no Caderno de Respostas. Caso contrário, informe imediatamente um dos responsáveis pela aplicação da prova. Você deve abster-se de responder às questões de múltipla escolha se não estiver com uma resposta para a mesma inscrita no Caderno de Respostas.
 4. Observe as instruções de marcação das respostas das questões de múltipla escolha inscritas no Caderno de Respostas.
 5. Use caneta esferográfica de tinta preta, sendo para marcar as respostas das questões objetivas uma resposta preta.
 6. Responda cada questão discursiva em, no máximo, 15 linhas. Qualquer texto que ultrapassar a escrita será considerado fora de contexto e não será considerado.
 7. Não use calculadora, não se comunique com os demais estudantes nem troque material com eles, não consulte material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.
 8. Você terá quatro horas para responder as questões de múltipla escolha e do questionário de percepção da prova.
 9. Quando terminar, entregue seu Caderno de Respostas ao responsável pela aplicação da prova.
 10. **Atenção!** Você deverá permanecer, no mínimo, por uma hora, na sala de aplicação das provas e só poderá deixar este Caderno de prova após decorridas três horas do início do Exame.

IMEP

Ministério da Educação

1ª Edição - 2017

Exame de Suficiência

Bacharel em Ciências Contábeis

NOME: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

CFC
 Conselho Nacional de Educação

FBC
 Conselho Nacional de Educação

3

Exame de Suficiência e Enade: caminhamos para o mesmo objetivo?

Neste estudo, investigamos a relação entre as notas obtidas pelas IES brasileiras no Enade 2015 e no Exame de Suficiência CFC edição 1/2017. A preocupação com o aprimoramento profissional e com a boa formação é eminente tanto no Conselho Federal de Contabilidade quanto no Ministério da Educação. A comparação entre as notas se torna interessante, pois a metodologia de avaliação é distinta. A base de dados construída a partir da divulgação dos resultados por IES por ambas as entidades apresentou amostra final com 1.008 instituições. Além da estatística descritiva utilizada para a apresentação da amostra, avaliamos a correlação de *Pearson* e testamos um modelo de regressão múltipla por mínimos quadrados ordinários. Encontramos correlação entre as notas obtidas no Enade e no Exame de Suficiência. Também encontramos um desempenho melhor das instituições federais frente às demais, além de identificarmos que as IES que desenvolvem pesquisas (universidades e centros universitários), também apresentam melhor desempenho.

Juliano Augusto Orsi de Araujo

Professor Titular do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Ibirapuera. Doutor em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Álvares Penteado - FECAP (2012). Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade São Francisco (2002).

E-mail: juliano.araujo@ibirapuera.edu.br

Marcus Vinicius Moreira Zittei

Professor visitante da Universidade Federal de São Paulo e professor do Mestrado em Governança Corporativa do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas. Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2016). Mestre em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FECAP (2008). Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário FIEO (2000).

E-mail: marcuszittei@zittei.com.br

Leonardo Fabris Lugoboni

Professor Titular do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Ibirapuera. Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Administração pela USCS. Possui graduação em Administração de empresas com ênfase em Marketing pela Fundação Santo André.

E-mail: leonardo.lugoboni@ibirapuera.edu.br

1. Introdução

A História da Contabilidade e da Humanidade caminham de “mãos dadas”, tal que a primeira se desenvolve para atender às necessidades da segunda. Nesse sentido, o ensino da Contabilidade também caminha, buscando se atualizar e se adequar ao que a sociedade espera desta ciência e dos profissionais que detêm o conhecimento desta matéria.

Sá (1997) afirma que a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela e talvez, por isso, seus progressos coincidiram com aqueles que caracterizam os da evolução humana.

Nesta linha, Peleias et al. (2007) afirmam que com a evolução das sociedades surgem as demandas de identificação, estudo e compreensão, e o progresso econômico requer profissionais mais qualificados para atuarem nas organizações. Logo, a formação desses profissionais depende da adequação dos sistemas de ensino oferecidos a eles por meio das Instituições de Ensino Superior (IES).

Ao assumir este papel, as IES desenvolvem os elementos do sistema de ensino e currículos estruturados em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Assim, Silva e Miranda (2016) afirmam que as avaliações realizadas, tanto das IES quanto dos próprios discentes, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade), são importantes para aprimorar os cursos.

Paralelamente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), responsável pela regulamentação da profissão e que conta com aproximadamente 347 mil profissionais regularmente inscritos, também demonstra seu comprometimento com a qualidade do profissional formado pelas IES e instituiu o Exame de Suficiência, que consiste em uma avaliação de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis (CFC, 2015).

Logo, as IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis no Brasil têm a responsabilidade e preocupação com a formação de profissionais que, ao concluírem seus cursos, se submeterão a dois processos avaliativos promovidos por duas instituições distintas, o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Contabilidade.

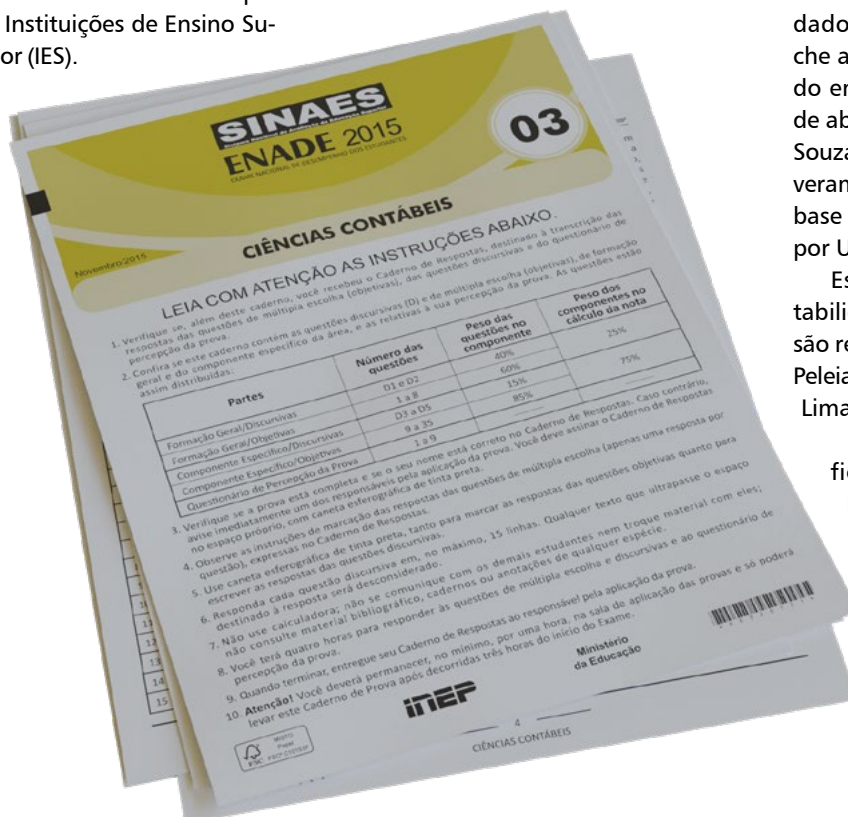
Nesse sentido, surge a inquietação desta pesquisa: **As IES brasileiras que oferecem o curso de Ciências Contábeis conseguem, simultaneamente, formar profissionais capazes de obterem conceitos aceitáveis no Enade e no Exame de Suficiência?**

Assim, o objetivo central deste estudo é verificar se o desempenho dos discentes das IES no Enade está correlacionado com o desempenho no Exame de Suficiência. Ainda apresenta um panorama dos resultados obtidos pelos discentes com avaliação por IES, por UF, por organização acadêmica e por categoria administrativa.

O estudo é inédito e, a partir dos dados divulgados por IES, preenche a lacuna desta avaliação levando em consideração uma amostra de abrangência nacional, dado que Souza, Cruz e Lyrio (2017) desenvolveram pesquisa similar, porém com base limitada às informações totais por Unidade da Federação.

Estudos sobre o ensino da Contabilidade e sua evolução no Brasil são recorrentes, com destaque para Peleias et al. (2007), Oliveira (2010), Lima (2015) e Barreto (2015).

Silva e Miranda (2016) verificaram se a organização curricular das IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis guarda relação com o rendimento acadêmico dos estudantes no Enade do ano 2012. Os autores encontraram significância na explicação do desempenho acadêmico por meio



“Logo, as IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis no Brasil têm a responsabilidade e preocupação com a formação de profissionais que, ao concluírem seus cursos, se submeterão a dois processos avaliativos promovidos por duas instituições distintas, o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Contabilidade.”

das variáveis: região brasileira, categoria administrativa, organização acadêmica, percentual de doutores, percentual de infraestrutura, percentual de organização didático-pedagógica, nota dos ingressantes por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e número de concluintes participantes no Enade.

Ainda Lugoboni (2017) corrobora a pesquisa ao afirmar que a boa gestão dos indicadores de desempenho do ensino aproxima a organização de sua estratégia e, por consequência, leva a IES ao alcance de seus objetivos.

O estudo está organizado a partir desta introdução, seguida do referencial teórico, que aborda questões históricas sobre a educação contábil no Brasil, surgimento do Enade e do Exame de Suficiência, contendo ainda os aspectos metodológicos da pesquisa, resultados e conclusão.

2. Referencial teórico

2.1 Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil

O início do ensino da Contabilidade no Brasil se deu com a evolução das atividades comerciais no país. Oliveira (2010) destaca que o ensino se inicia com a chegada da

família real portuguesa em 1808. No entanto, Peleias et al. (2007) destacam a instituição das aulas de comércio, por volta de 1809, como o marco inicial formal do ensino de Contabilidade em terras brasileiras.

Durante o século XIX, o comércio exterior impulsionou a economia brasileira, que sofreu rápida e crescente ampliação com a incorporação do desenvolvimento técnico (PELEIAS et al., 2007). Em 1846, foi criada a Escola Central de Comércio e dez anos mais tarde, fundado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, curso com formação de dois anos e quatro disciplinas, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil.

Já no início do século XX, com a proclamação da República brasileira, houve muitas mudanças no ensino comercial brasileiro, que levaram à extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro e a fundação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, declarada de utilidade pública.

No mesmo período, por volta de 1902, foi fundada a Escola Prática de Comércio, com o objetivo de preparar os profissionais da época para o crescimento industrial que estava ocorrendo no país (OLIVEIRA, 2010). A entidade passa a ser chamada de Escola de Comércio de São Paulo, quando o conde Anto-

nio de Álvares Leite Penteado doou o terreno para a construção de um prédio para a Escola de Comércio. Em 1907, passou a ser denominada Escola de Comercio Álvares Penteado, a primeira escola especializada em Contabilidade no Brasil.

O ensino de comércio, com formação técnica, caminhava só até os anos 1940, que, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 7.988/1945, passa a existir também o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes, que contava com disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil (PELEIAS et al., 2007).

Em 1946, dois marcos importantes no desenvolvimento da profissão contábil: i) regulamentação da profissão contábil através do Decreto-Lei n.º 9.295 de 27 de maio de 1946 e; ii) o Governo do Estado de São Paulo cria a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas que mais tarde veio a ser denominada Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, na Universidade de São Paulo, que,

entre as inovações, trouxe as bases para a criação do primeiro núcleo de pesquisa contábil no Brasil (PELEIAS et al., 2007).

Nos anos 1960, o Governo promove mudanças no sistema de ensino com reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. Fixaram-se as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou-se o Conselho Federal de Educação (CFE), fixando os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas.

Em meados dos anos 1970, houve a promulgação da Lei n.º 6.404/1976, importante norteador da Contabilidade no Brasil. A então conhecida Lei das S/A balizou a prática contábil no país até os anos 2000, quando da adequação da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais publicados pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), que, a partir da Lei n.º 11.638/2007, sofre mudanças significativas que também influenciaram o ensino da Contabilidade no Brasil.

No final dos anos 1990, o Conselho Federal de Contabilidade instituiu o Exame de Suficiência como requisito para a obtenção de registro profissional em Conselhos Regionais de Contabilidade, atuando também, segundo Oliveira (2010), como um instrumento de estímulo à modernização das Instituições de Ensino Superior (IES) e respectivos currículos dos cursos de Ciências Contábeis. Esse exame ocorreu partir de 2000 e até 2004. O exame foi suspenso em 2005 e voltou a ser aplicado em 2011 e tem aplicação até o presente momento.

2.2 Exame de Suficiência – Conselho Federal de Contabilidade

O Exame de Suficiência foi criado em 1999, por meio da Resolução CFC n.º 853/1999, como requisito para a obtenção do registro profissional para técnicos em contabilidade e bacharéis em Ciências Contábeis; tem o objetivo de aferir e assegurar a existência de um conhecimento mínimo necessário ao adequado exercício da profissão contábil (SOUZA; CRUZ; LYRIO, 2017). O exame vigorou até 2004, quando teve decisão judicial para a sua suspensão e voltou a ser aplicado em 2011.

O Exame de Suficiência objetiva assegurar a qualidade dos serviços prestados e garantir aos usuários da contabilidade um atendimento digno por parte da classe contábil, por meio de um nível mínimo de conhecimentos neces-

sários ao desempenho das atribuições do profissional. Para aprovação e encaminhamento do registro profissional, o egresso deve atingir nota de corte de 50% (CFC, 2015). Os dados coletados na pesquisa contemplam os aprovados, os reprovados e os ausentes. Os resultados divulgados são absolutos e relativos. Neste estudo, observaram-se os dados relativos.

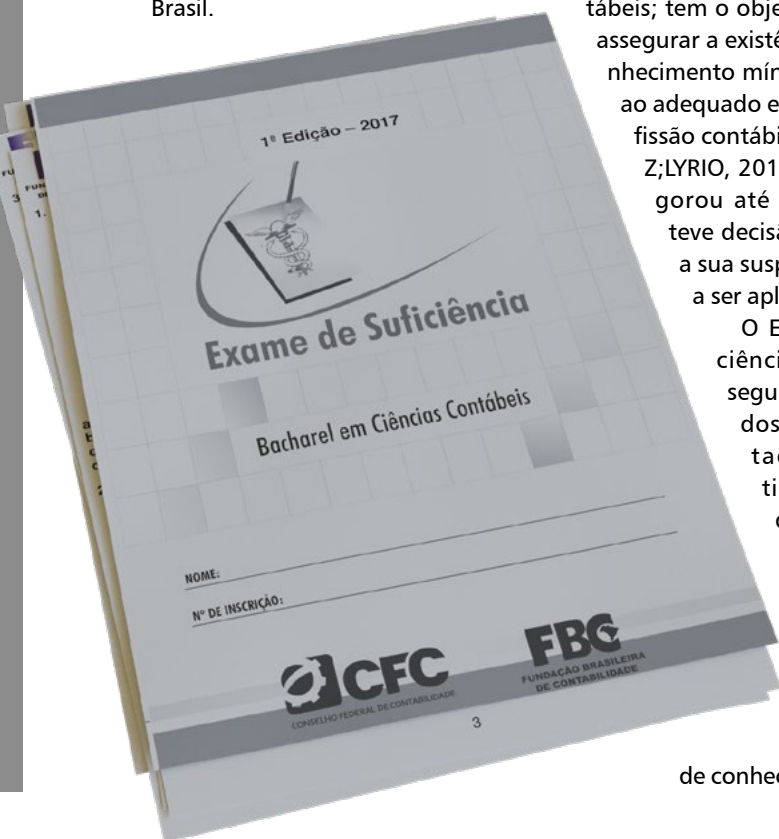
Martins, Silva, Bernardo e Mateira (2003) advertem que o perfil do profissional da contabilidade é constantemente adequado às exigências das empresas, garantindo que a Contabilidade tenha função preponderante não somente no atendimento das normas legais, como também no processo gerencial e de tomada de decisões nas organizações.

Oliveira Sobrinho e Cruz (2011) afirmam que o Exame de Suficiência, além de cumprir o papel de avaliar os conhecimentos mínimos necessários ao profissional da contabilidade, deve desencadear uma série de melhorias nos cursos de Contabilidade e, como consequência imediata, teremos profissionais cada vez mais aprimorados atuando no mercado de trabalho. Deste modo, investigar o alinhamento entre o Exame de Suficiência promovido pelo CFC e o Enade, promovido pelo Ministério da Educação, torna-se importante.

2.3 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, tem por objetivo avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação (INEP, 2014).

Em sua primeira edição, ocorrida em 2004, não houve aplicação para o curso de Ciências Contábeis,



“Em 1846, foi criada a Escola Central de Comércio e dez anos mais tarde, fundado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, curso com formação de dois anos e quatro disciplinas, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil.”

sendo que a primeira vez que os cursos foram avaliados se deu em 2006. A aplicação é trienal, tal que houve aplicações também nos anos de 2009, 2012 e 2015, cujos dados foram utilizados nesta pesquisa (INEP, 2014).

O conceito Enade é calculado para cada unidade de observação, constituída pelo conjunto de cursos que compõe uma área de avaliação específica do Enade de uma mesma Instituição de Educação Superior (IES) em um determinado município (INEP, 2014). A partir de 2008, o exame passou a considerar apenas o desempenho de alunos concluintes. O conceito Enade é medido em uma escala de 0 a 5 e é composto por uma nota obtida a partir da avaliação da Formação Geral (FG) e da nota obtida a partir da avaliação de um Componente Específico (CE). Existem diversas ponderações na composição do conceito Enade que são disponibilizadas pelo Ministério da Educação e foge do escopo desta pesquisa.

As unidades de observação com menos de 2 (dois) concluintes participantes no Exame não obtêm o Conceito Enade, ficando “Sem Conceito (SC)”. Isso ocorre para preservar a identidade do estudante (INEP, 2014). No estudo, as entidades com este conceito SC atribuído foram excluídas da amostra.

Hoffman et al.(2014) apontam para a distinção feita entre as universidades públicas e privadas, sobretudo a superioridade da categoria pública. Os autores afirmam que, na sua maioria, os itens que compõem o CPC favorecem as universidades públicas quanto à facilidade de atendimento aos requisitos da qualificação do corpo docente e regime de trabalho.

A média do IGC leva em consideração a média ponderada dos CPCs, e este relaciona subitens de avaliação, tais como: professores doutores e mestres, professores com regime de dedicação integral ou parcial, infraestrutura, organização didático-pedagógica, notas dos concluintes e ingressantes do Enade, e o indicador de diferença entre o desempenho observado e esperado (INEP, 2014).

3. Metodologia

A pesquisa foi qualificada como um estudo descritivo, de caráter quantitativo, que é baseado no paradigma positivista. Nesse paradigma, a racionalidade predomina de forma absoluta, e os métodos utilizados são eminentemente quantitativos, ou seja, baseados em números, que tentam

tão somente representar uma realidade temporal observada (GOMES; ARAÚJO, 2005).

A base de dados é secundária, extraída a partir das notas/conceito Enade publicadas pelo Instituto Anísio Pereira (Inep) em seu sítio, realizado pelos discentes concluintes do ano de 2015 e pelo resultado por Instituição de Ensino Superior (IES) divulgado no sítio do Conselho Federal de Contabilidade, referentes ao Exame de Suficiência 1/2017. Os dados foram coletados em setembro de 2017. A escolha do período se deu em função de ser a primeira vez que o Conselho Federal de Contabilidade divulgou os resultados do Exame de Suficiência por IES; optou-se por confrontar esses resultados com os dados do Enade de 2015, por ser a prova mais recente aplicada ao curso de Ciências Contábeis, que ocorre a cada 4 anos (INEP, 2014).

A base de dados publicada pelo Inep contempla 1.044 IES enquanto a relação divulgada pelo CFC abarca 1.528 instituições. Manualmente, mesclaram-se as duas bases de dados, que, após os ajustes efetuados em função de dados faltantes, registrou um total de 1.008 instituições.

Os dados são organizados por IES, contendo informações acerca

do município e estado em que se encontra a organização acadêmica (Universidade, Centro Universitário, Faculdade ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) e a categoria administrativa:

As categorias administrativas foram reduzidas de 10 para 5 para proceder com a análise descritiva das notas obtidas pelas IES e para 2 (privada ou pública) para proceder à análise da regressão múltipla.

Inicialmente, os dados foram analisados por meio da estatística descritiva. O uso da estatística descritiva no início da análise de resultados organiza, apresenta e sintetiza os dados coletados, com a finalidade de entender, relatar e discutir os dados coletados.

Em seguida, foi testada a correlação de Pearson para verificar o nível de intensidade da correlação entre as variáveis Inep e CFC. A correlação de Pearson mede o grau de ajuste dos valores em torno de uma reta (CORREA, 2003). O valor do coeficiente de correlação tem uma variação de +1 e -1, tal que quanto mais próximo de +1, indica uma correlação positiva entre as variáveis, ao passo que se for próxima a -1, indica uma correlação negativa entre as variáveis. Se for próxima a 0, não há correlação alguma entre as variáveis.

Por fim, foi testado o modelo abaixo de regressão múltipla:

$$\text{AprovCFC}_i = \alpha_0 + \alpha_1 \text{ConcENADE}_i + \alpha_2 \text{PubPriv}_i + \alpha_3 \text{Univ}_i + \alpha_4 \text{CtoUniv}_i + \alpha_5 \text{InstFed}_i + \varepsilon_i$$

Em que:

- *AprovCFC* = percentual de aprovados da instituição "i" no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade;
- *ConcEnade* = Conceito Enade obtido pela instituição "i";
- *PubPriv* = *Dummy* controle para identificar se a instituição é pública ou privada;

- *Univ* = *Dummy* controle para identificar se a instituição é uma Universidade;
- *CtoUniv* = *Dummy* controle para identificar se a instituição é um Centro Universitário e;
- *InstFed* = *Dummy* controle para identificar se a instituição é um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

4. Análise dos Resultados

As primeiras análises do estudo são de caráter descritivo da amostra. No geral, o Exame de Suficiência edição 01/2017 aprovou 25,18% dos candidatos da amostra. O conceito Enade obtido em 2015 pelos concluintes daquele ano foi de 2,308609:

Quadro 1 – Categoria administrativa ajustada

Categoria Administrativa	Categoria Agrupada
Pessoa Jurídica de Direito Público – Estadual	Pública – Estadual
Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal	Pública – Federal
Pessoa Jurídica de Direito Público – Municipal	Pública – Municipal
Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil	Privada com fins lucrativos
Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Mercantil ou Comercial	Privada com fins lucrativos
Privada com fins lucrativos	Privada com fins lucrativos
Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Associação de Utilidade Pública	Privada sem fins lucrativos
Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Fundação	Privada sem fins lucrativos
Pessoa Jurídica de Direito Privado - Sem fins lucrativos - Sociedade	Privada sem fins lucrativos
Privada sem fins lucrativos	Privada sem fins lucrativos

Fonte: os autores.

Tabela 1 - Estatística descritiva por UF

	Obs	Aprovações CFC				Conceito Contínuo Enade			
		Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo	Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo
AC	10	5,72%	6,87%	0,00%	18,75%	2,33	0,44	1,62	3,02
AL	11	13,76%	12,71%	0,00%	41,10%	2,06	0,58	1,15	2,83
AM	13	14,57%	11,99%	0,00%	50,88%	1,97	0,77	1,06	3,64
AP	4	16,66%	6,98%	10,53%	26,32%	2,70	1,12	1,80	4,34
BA	40	19,99%	16,44%	0,00%	85,71%	2,27	0,81	0,87	4,76
CE	22	30,79%	15,73%	0,00%	70,97%	2,56	0,63	1,55	4,34
DF	26	23,20%	20,41%	0,00%	89,77%	2,40	0,89	0,89	4,34
ES	30	25,12%	24,49%	0,00%	100,00%	2,51	0,93	0,84	4,34
GO	48	19,67%	19,60%	0,00%	90,24%	2,05	0,87	0,79	4,92
MA	17	11,51%	10,19%	0,00%	38,64%	1,85	0,57	1,14	3,13
MG	107	30,70%	21,05%	0,00%	100,00%	2,57	0,76	1,14	4,92
MS	28	14,68%	16,01%	0,00%	58,33%	1,98	0,80	1,14	3,59
MT	32	10,41%	9,45%	0,00%	37,50%	2,03	0,78	1,01	3,87
PA	35	12,03%	11,14%	0,00%	41,67%	2,18	0,82	1,14	4,76
PB	12	18,38%	15,72%	0,00%	42,95%	2,46	0,76	1,59	4,34
PE	38	19,94%	18,10%	0,00%	79,35%	2,18	0,93	0,53	4,34
PI	29	17,37%	15,92%	0,00%	67,39%	2,28	0,78	1,33	4,43
PR	104	28,00%	22,33%	0,00%	100,00%	2,40	0,74	1,14	4,55
RJ	36	34,92%	16,33%	0,00%	80,00%	2,22	0,73	1,01	4,12
RN	18	23,45%	24,98%	0,00%	78,08%	2,15	1,10	0,73	4,16
RO	24	21,28%	17,09%	0,00%	60,00%	2,40	0,93	0,33	4,34
RR	6	8,18%	9,27%	0,00%	22,22%	2,62	1,00	1,41	4,34
RS	55	35,89%	22,20%	0,00%	90,00%	2,45	0,73	1,14	4,76
SC	43	41,58%	24,24%	0,00%	100,00%	2,43	0,61	1,17	3,65
SE	8	29,80%	31,42%	0,00%	100,00%	2,13	0,71	1,24	3,33
SP	201	28,44%	20,75%	0,00%	100,00%	2,29	0,89	0,43	5,00
TO	11	13,26%	11,71%	0,00%	38,10%	1,93	0,87	0,15	2,98
Brasil	1008	25,18%	20,87%	0,00%	100,00%	2,31	0,82	0,15	5,00

Fonte: os autores.

“O Exame de Suficiência objetiva assegurar a qualidade dos serviços prestados e garantir aos usuários da contabilidade um atendimento digno por parte da classe contábil, por meio de um nível mínimo de conhecimentos necessários ao desempenho das atribuições do profissional.”

Nossa amostra contemplou 66% da população, 1008 IES investigadas. Os resultados convergem para os achados de Souza, Cruz e Lyrio (2017), que utilizaram 447 IES em seu estudo. Santa Catarina apresenta a melhor média de aprovação no Exame de Suficiência, seguida de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais. Com o menor desempenho no teste aplicado pelo CFC, apresentam-se os Estados do Acre, Roraima, Mato Grosso e Maranhão. Nota-se que 19 unidades da Federação apresentaram média menor que a média nacional.

Ao se analisarem os conceitos Enade, nota-se que Amapá, Roraima com as maiores médias, ressaltando que os estados apresentaram 4 e 6 observações, respectivamente. A seguir, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo. Maranhão, Tocantins e Amazonas apresentaram desempenho mais baixo em relação a Amapá e Roraima, mas ainda acima da média nacional. Na nota Enade, 15 estados apresentaram média abaixo da média geral do país. O único estado que apresentou instituição com conceito Enade máximo foi o Estado de São Paulo.

Ao analisar a amostra caracterizada por organização acadêmica, nota-se uma média maior para as

universidades, tanto no Exame de Suficiência quanto no Enade:

Para finalizar a análise descritiva, são apresentados a seguir os dados por organização administrativa:

Sob este aspecto, nota-se que as instituições federais obtiveram

resultados acima da média, tanto no Exame de Suficiência quanto no Enade, seguidas pelas estaduais. A seguir, verificou-se a correlação de *Pearson* entre o percentual de aprovações no Exame de Suficiência CFC e o conceito contínuo Enade:

Tabela 2 – Estatística descritiva por organização acadêmica

	Obs	Aprovações CFC				Conceito Contínuo Enade			
		Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo	Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo
Centro Universitário	146	29,17%	18,72%	0,00%	100,00%	2,47	0,74	0,43	4,47
Faculdade	577	20,45%	17,82%	0,00%	100,00%	2,14	0,73	0,15	5,00
Universidade	284	32,70%	24,74%	0,00%	100,00%	2,57	0,94	1,09	5,00
Instituto Federal	1	39,53%	0,00%	39,53%	39,53%	2,82	-	2,82	2,82

Fonte: os autores.

Tabela 3 – Estatística descritiva por organização administrativa

	Obs	Aprovações CFC				Conceito Contínuo Enade			
		Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo	Média	D. Padrão	Mínimo	Máximo
Estadual	48	32,03%	26,50%	0,00%	100,00%	2,46	0,90	1,10	4,55
Federal	48	57,86%	21,71%	15,00%	100,00%	3,43	0,71	2,00	5,00
Municipal	25	25,97%	16,72%	0,00%	70,00%	2,05	1,02	0,15	4,01
Privada Com Lucro	425	21,17%	18,26%	0,00%	100,00%	2,12	0,67	0,73	4,59
Privada Sem Lucro	462	24,72%	19,47%	0,00%	100,00%	2,37	0,83	0,33	5,00

Fonte: os autores.

Tabela 4 – Matriz de correlação – coeficiente de Pearson

	Exame Suficiência	Conceito Enade
Exame Suficiência	1,0000	
Conceito Enade	0,4469	1,0000
Coeficientes de correlação com todas as 1008 observações		

Fonte: os autores.

A matriz de correlação evidencia uma associação moderada (0,4469) entre o Exame de Suficiência do CFC e o Conceito Contínuo Enade. Este achado é menor que o apresentado no estudo de Souza, Cruz e Lyrio (2017), mas ainda assim evidencia tendência de que o número de aprovados no exame do CFC está positivamente associado ao desempenho do concluinte do curso de Ciências Contábeis. Este resultado reforça a ideia de que, mesmo em momentos (2015 e 2017) e com discentes distintos, os resultados atestam o desempenho da Instituição de Ensino Superior e, não, do indivíduo que realizou os exames.

Antes de testar o modelo de regressão em mínimos quadrados ordinários, verificou-se se o modelo não viola os pressupostos e especificações da regressão. Por meio do teste de Shapiro-Wilk, verificou-se a normalidade da distribuição dos dados. Para resultados em $P > 0,05$ (Wooldridge, 2010), pode-se inferir que os dados possuem distribuição normal, o que é o caso.

Em seguida, procedeu-se à checagem de existência de multicolinearidade entre as variáveis. O modelo não demonstra a existência de multicolinearidade, pois não apresentou R^2 alto, tampouco valores muito baixos para a estatística

t. No entanto, Wooldridge (2010) recomenda alguns procedimentos para uma melhor inferência.

O primeiro teste denominado de teste de Fator de Inflacionamento da Variância (VIF). Se o valor obtido for maior que 10, pode-se dizer que a variável é altamente colinear. A seguir verificou-se o grau de tolerância $1/VIF$ para checar o grau de tolerância, que deve ser maior que 0,1 para que não haja multicolinearidade.

Por fim, efetuou-se o teste do modelo em regressão múltipla em que se notou significância estatística para todas as variáveis explicativas a 1%. O modelo apresentou R^2

de 0,2483, o que corresponde à generalização dos resultados a partir da amostra coletada:

Os coeficientes da Tabela 6 apresentam baixos valores para o erro-padrão estimado, o que demonstra precisão do modelo no cálculo da média amostral. Todas as variáveis de controle selecionadas para o modelo apresentaram relação positiva, exceto a variável organização administrativa, em que aponta que as instituições privadas apresentam um rendimento menor em relação às universidades públicas. Tal achado corrobora os resultados de Hoffman et al. (2014), que demonstraram desempenho das instituições públicas sensivelmente superior às privadas. As IES privadas apresentaram um rendimento 10,64% menor que as públicas.

Tabela 5 – Teste pressupostos da regressão

Variável	Normalidade	VIF	1/VIF
Aprovados CFC	0,93864		
Conceito Enade	0,97872	1,08	0,927603
Instituição Privada	0,98846	1,28	0,780266
Universidade	0,99696	1,37	0,729881
Centro Universitário	0,98931	1,09	0,915862
Breusch-Pagan-Godfrey: Prob > chi ² = 0,0000			
White: P-value = 4,6e-10			

Fonte: os autores.

Tabela 6 – Regressão em MQO

	Coefficiente	Erro-Padrão Robusto	t	P>t
Conceito Enade	0,0984948	0,0088733	11,10	0,000
Instituição Privada	-0,1064860	0,0222210	-4,79	0,000
Universidade	0,0447626	0,0151093	2,96	0,003
Centro Universitário	0,0522142	0,0168823	3,09	0,002
Const	0,0979784	0,0314765	3,11	0,002
Prob> F = 0,0000				
R-squared = 0,2483				

Fonte: os autores.

“Assim, os agentes envolvidos neste cenário buscam continuamente o aprimoramento da qualidade da formação na busca de oferecer ao mercado de trabalho profissionais cada vez mais capacitados e competitivos para o desenvolvimento da economia como um todo.”

Os resultados também demonstram que as IES que obtiveram bom desempenho no Enade apresentaram melhor desempenho no Exame de Suficiência, em torno de 9,84% a mais. Quanto à organização acadêmica, a característica de referência para a variável *dummy* foi “Faculdade”. Deste modo, quando a IES está organizada como um Centro Universitário, apresentou desempenho maior de aproximadamente 5,22% em relação à faculdade e, quando universidade, desempenho maior de cerca de 4,47%.

5. Considerações finais

A educação apresenta-se como base da sustentabilidade de uma nação. Neste prisma, a educação superior é responsável pela formação profissional, por meio da produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tan-

to do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional (MEC, 2006).

Assim, os agentes envolvidos neste cenário buscam continuamente o aprimoramento da qualidade da formação na busca de oferecer ao mercado de trabalho profissionais cada vez mais capacitados e competitivos para o desenvolvimento da economia como um todo.

Neste sentido, o Conselho Federal de Contabilidade instituiu o Exame de Suficiência para aferir e assegurar a existência de um conhecimento mínimo necessário ao adequado exercício da profissão contábil. Paralelamente, o Ministério da Educação criou o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade, que tem por objetivo avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos

conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação.

Deste modo, o presente estudo verificou a relação do desempenho das IES no Enade e desempenho no Exame de Suficiência. O estudo apresentou a estatística descritiva detalhada, que possibilitou ao leitor uma análise minuciosa frente ao desempenho das IES tanto no Exame de Suficiência, edição 1/2017, quanto no Enade, edição 2015.

Os resultados dos dois instrumentos de avaliação, que são independentes, apresentaram correlação estatística quanto aos resultados obtidos pelas IES, o que indica que há preocupação dos agentes quanto ao alinhamento da formação discente e o que é exigido pelo mercado profissional.

Os achados, por meio da regressão linear múltipla, principalmente o de desempenho superior das IES públicas em relação às privadas, já apontado por Hoffman, Zanini, Corrêa, Siluk, Schuch Junior e Ávila (2014), corroboram os achados dos pesquisadores e ratificam seus resultados por meio de outro indicador que não os estabelecidos pelo Ministério da Educação: o Exame de Suficiência.

O estudo apresentou melhor desempenho das IES públicas também no teste aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que considera somente características de formação do candidato, não contemplando características estruturais das IES, como infraestrutura e/ou corpo docente.

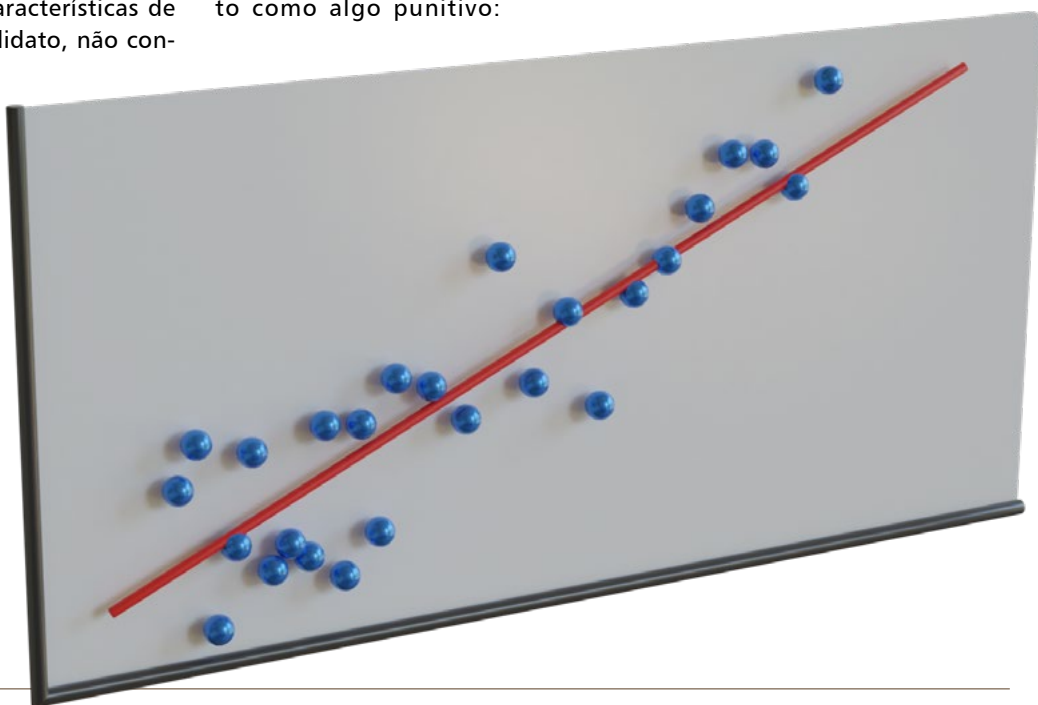
Os resultados também corroboram para a relação desempenho x pesquisa: nos centros universitários e nas universidades os resultados no Exame de Suficiência são me-

lhores. Segundo o Ministério da Educação (2006), as atividades da universidade se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os centros universitários são as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar (MEC, 2006).

O Enade não deve ser visto como algo punitivo:

tem por finalidade apontar para as IES o desempenho geral dos cursos oferecidos por estas. Assim, para estudos futuros, sugere-se pesquisar nas IES que obtiveram índices menos satisfatórios se houve esta réplica do Ministério da Educação e se, a partir dos resultados pouco satisfatórios, foram tomadas medidas para o aprimoramento do curso em busca de um desempenho melhor. Também sugere-se o acompanhamento ao longo do tempo para comparação de resultados dos exames futuros com os apresentados neste trabalho.



“Os resultados dos dois instrumentos de avaliação, que são independentes, apresentaram correlação estatística quanto aos resultados obtidos pelas IES, o que indica que há preocupação dos agentes quanto ao alinhamento da formação discente e o que é exigido pelo mercado profissional.”

Referências

- BARRETO, L. M. S. F. História da educação contábil: retrospectiva cronológica do ensino no Brasil. *Revista Eletrônica da FANESE*, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC. Resolução n. 853, de 29 de outubro de 1999.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Resolução n. 1.486, de 15 de maio de 2015.
- CORREA, S. M. B. *Probabilidade e estatística*. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.
- GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2005.
- HOFFMANN, C.; ZANINI, R. R.; CORRÊA, A. C.; SILUK, J. C. M.; SCHUCH JUNIOR, V. F.; ÁVILA, L. V. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). *Educação e Pesquisav*, 40, n. 3, p. 651-666, 2014.
- INEP. Conceito Enade. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacaosuperior/indicadores/conceito-enade>>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- LIMA, R. A. Breve histórico do ensino de contabilidade no Brasil até a sua regulamentação profissional. *Revista Eletrônica Científica da FAESBv*, 2, n. 1, p. 1-10, 2015.
- LUGOBONI, L. F. A relação entre os sistemas de gestão por indicadores e o desempenho das instituições de ensino superior. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2017-10-25, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13062017-153450/>
- MARTINS, C. M. F.; SILVA, C. B. A.; BERNARDO, D. C. R.; MADEIRA, G. J. O desempenho do estado de Minas Gerais no sétimo Exame de Suficiência do CFC - março/2003. *Contabilidade Vista & Revista*, Ed. especial, p.81-102, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006.
- OLIVEIRA, E. C. M. (2010). A gestão do ensino da contabilidade – trajetória. *ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 1, n. 2, p. 21-28, 2010.
- OLIVEIRA SOBRINHO, O. A.; CRUZ, M. C. A importância da regulamentação da profissão contábil. *O Exame de Suficiência*, v. 1, n. 1, p. 01-08, 2011.
- PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. N.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças*, Ed 30 anos dourados, p. 19-32, 2007
- SÁ, A. L. *História geral e das doutrinas da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1997.
- SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J. Enade e fluxo curricular nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. *Revista Universo Contábil*, v. 12, n. 4, p. 30-47, 2016.
- SOUZA, P. V. S.; CRUZ, U. L.; LYRIO, E. F. A relação do Exame de Suficiência contábil com o desempenho discente e a qualidade dos cursos superiores em Ciências Contábeis do Brasil. *Revista Ambiente Contábil*, v. 9, n. 2, p. 180-199, 2017.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. 4. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.



Perícia Contábil: análise da assimetria entre os quesitos e o objeto da perícia

As partes envolvidas em um processo judicial, por vezes, formulam quesitos que visam levar o perito a se posicionar em relação aos seus interesses particulares. Parte desses quesitos, eventualmente, se afasta do objeto da perícia contábil. Nesse sentido, esta pesquisa procurou verificar como os peritos tratam essas assimetrias. Foram propostas hipóteses de que (H1) o perito considera o questionamento impertinente e não responde e (H2) o perito apresenta como resultado apenas uma solução superficial ao quesito. Foi realizada uma pesquisa exploratória, utilizando documentos e relatórios periciais acostados em processos judiciais. Os dados foram obtidos em um escritório de São Luís (MA) e evidenciaram que 42,85% dos quesitos apresentados pelas partes apresentaram assimetria com o objeto da perícia e visavam obter elementos ou subsídios para contrapor os argumentos da parte oposta. Verificou-se também que os peritos assistentes são mais suscetíveis a considerar esses quesitos como impertinentes para que não sejam respondidos.

Willian Dutra Vieira

Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), Pós-Graduando em Auditoria e Perícia na Universidade Federal do Maranhão
E-mail: williandutra121@gmail.com

João Conrado de Amorim Carvalho

Bacharel em Ciências Contábeis pelo CEUMA/MA; especialista em Gestão e em Marketing pela ESPM/RJ; Mestre em Administração de Empresas pela FGV/EBAPR; Doutor em Sociologia e Gestão pela Universidad de Extremadura, Espanha; doutorando em inovação e empreendedorismo pela Universidade da Beira Interior, Portugal. É professor universitário na UNDB – Centro de Ensino Dom Bosco; pesquisador, auditor, perito e consultor de empresas
E-mail: conrado1959@gmail.com

1. Introdução

A Perícia Contábil é uma área da Contabilidade utilizada para resolver determinadas situações, judiciais ou extrajudiciais, com o intuito solucionar impasses entre as partes envolvidas. Por meio de um laudo pericial ou parecer contábil, o perito expõe os detalhes da matéria periciada, observando sempre o objeto da perícia e mantendo a imparcialidade. Assim, a perícia se torna uma das formas de trazer aos autos dados e informações relevantes, por meio de procedimentos, exames, vistorias e avaliações por um profissional da contabilidade legalmente habilitado.

As perícias, via de regra, podem ser realizadas tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial, conforme se desenrole no seio da justiça ou em processos administrativos, mediante arbitragens. Sua necessidade se configura sempre que o juízo ou as partes identifiquem insuficiência de conhecimentos técnicos acerca da matéria debatida e necessitem de esclarecimentos específicos sobre o objeto da prova. Nesse aspecto, a prova pericial é considerada uma das mais importantes porque parte da avaliação de documentos e operações registradas, assim como da identificação dos fatores que desencadearam o litígio.

Na elaboração do laudo pericial, o perito-contador toma por base os quesitos apresentados pelas partes envolvidas nos processos para finalização e apresentação do seu trabalho. Os quesitos são as perguntas elaboradas pelos assistentes peritos ou, até mesmo, pelo juiz sobre o motivo que causou a discordância entre os interessados. No caso do juiz, os quesitos propostos irão auxiliar no seu veredito final sobre a ação.

Nas perícias judiciais, por se tratar de conflitos en-

tre partes em litígio, os quesitos apresentados para evidenciação e solução das ações podem ser prejudicados pela parcialidade dos interessados e, desta forma, induzir o perito a responder a situações que fogem ao objetivo da causa. A perícia contábil é iniciada após solicitação do juiz para os casos de perícias judiciais; já as extrajudiciais têm início quando uma das partes ou ambas solicitam o parecer de um profissional, especialista no objeto em discussão.

Em determinadas situações de conflitos, o perito contábil identifica facilmente o objeto da perícia, pois o próprio pedido em si já justifica o objeto. Entretanto, em outras situações, a finalidade é desviada com a formulação dos quesitos que se afastam do objetivo de facilitar o esclarecimento da discussão e atingir o propósito da perícia. Com base nesse aspecto, questiona-se: **Como os peritos tratam os quesitos apresentados pelas partes quando apresentam viés que se afastam do objeto da perícia?** O objetivo geral, portanto, foi descrever os procedimentos adotados pelos peritos quando se deparam com quesitos que se afastam do objeto da pesquisa.

Complementando, os objetivos específicos buscaram: a) examinar os quesitos propostos nas perícias contábeis; b) identificar

em que proporção da amostra os quesitos são utilizados para desvio do objeto da perícia; c) evidenciar se os quesitos apresentados pelas partes têm relação com o objeto da perícia.

Este estudo se justifica pelo fato de que ao solicitar uma perícia judicial o juiz está nomeando um profissional para esclarecer dúvidas na qual ele não tem domínio ou competência para julgar sozinho e, com essa prática, as partes envolvidas podem apresentar quesitos com a finalidade apenas de confundir o perito ou o juiz quanto à finalidade da causa em questão.

O artigo está estruturado em seis seções, iniciando com a introdução. A segunda seção trata da perícia contábil, sua conceituação e características. A terceira seção aborda os quesitos do trabalho pericial, evidenciando a relevância do quesito e a abordagem relacionada com o objeto da perícia judicial. Já o quarto capítulo expõe a metodologia, detalhando os procedimentos para a obtenção do resultado da pesquisa. A quinta seção destaca o estudo dos quesitos, verificando os resultados obtidos com a sua análise e sua relação com o objeto da perícia. Por fim, a última

seção trata das considerações finais.



“O juiz, obedecendo ao disposto no Art. 470 do CPC, pode indeferir quesitos impertinentes ao objeto da perícia solicitada, se assim o considerar. Nesse caso, o próprio juiz poderá analisar os quesitos apresentados pelas partes e indeferir o questionamento que julgue não concordar com a finalidade que a ação se propõe.”

2. Perícia Contábil

Ao longo da história, os peritos sempre foram importantes na busca da verdade dos fatos. Sousa e Grande (2010) ensinam que os peritos eram assim considerados por reunirem conhecimentos adquiridos com a experiência, portanto, exigindo especialização. A perícia contábil é um trabalho técnico realizado por profissional de contabilidade e se constitui em uma excelente ferramenta para tomada de decisões em processos judiciais ou, até mesmo, extrajudiciais. Pires (2000, p. 20) define que “a perícia é a manifestação técnica científica de qualquer dos ramos do conhecimento humano. O seu objetivo é o estudo do fato, característico e peculiar, que está sendo objeto de litígio extrajudicial ou judicial [...]”.

Hoog (2007) realizou um levantamento na doutrina brasileira e identificou diferentes momentos no Século XX, em que a perícia se tornou mais evidente. Ele afirma que João Luis dos Santos define a perícia, em 1928, como “o exame feito na contabilização de uma administração com o propósito de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente certos fatos que à mesma administração se prendem”. Perce-

be-se um certo viés de identificação de erros cometidos pela gestão, o que restringe o espectro da atividade de forma substancial ao que se pratica hoje. Posteriormente, o Código de Processo Civil de 1939 passou a incorporar a perícia como elemento de prova de fato, ampliando o seu escopo. Hoog (2007) acrescenta que, com a criação do Conselho Federal de Contabilidade, em 1946, a perícia passou a ser atribuição privativa do contador. A partir de então, e com a incorporação de outros diplomas legais, a atividade pericial assumiu a sua relevância como atividade auxiliar do Judiciário.

Por meio da perícia contábil, litígios podem ser resolvidos; partes em atritos podem chegar a um acordo igualitário, uma vez que o perito por ser profissional com capacidade técnica para o trabalho utiliza do seu conhecimento para uma finalidade específica, responder ao objeto da perícia.

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, em

conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente. NBC TP 01 (Norma Técnica de Perícia Contábil) (CFC, 2015).

Ainda de acordo com a NBC TP 01 (CFC, 2015), “o laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil têm por limite o próprio objeto da perícia deferida ou contratada”, ou seja, o objeto da perícia contábil é definido no momento de sua solicitação por uma das partes ou por solicitação do juiz.

Quando se trata de perícia judicial, o objeto é definido pelo despacho do juiz ao solicitar trabalho técnico específico para auxiliar a sua decisão e, geralmente, está anexado aos autos do processo. Já nas perícias extrajudiciais, o objeto da perícia é definido pelas partes contratantes. Nesse sentido, Neves Junior et al. (2014, p.15) adicionam que “a materialização do trabalho pericial é o laudo pericial. O perito irá expor em seu laudo o seu pronunciamento sobre a tese que lhe foi submetida. É facultado às partes apresentar quesitos que consistem em perguntas técnicas a serem respondidas pelo perito [...]”.

No laudo pericial ou parecer contábil, o perito demonstra o seu trabalho técnico, evidencia o obje-

to da perícia solicitada em conformidades com a solicitação dos interessados, seja o juiz ou as partes.

O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho (CFC, 2015).

É por meio do laudo pericial, no caso de perícia judicial, ou parecer contábil para os casos de perícia extrajudicial, que o perito demonstra o seu trabalho técnico, de forma clara e precisa, expressando todo o conteúdo obtido nos documentos dos autos e diligências. Nesse momento, o perito deve ser imparcial e se limitar ao objeto da perícia.

A NBC TP 01 (CFC, 2015) dispõe que “para a execução da perícia contábil, o perito deve se ater ao objeto e ao lapso temporal da perícia

a ser realizada”. Nesse aspecto, é notável que a própria norma contábil já traz, expressamente, qual será o ponto de partida para análise dos fatos em litígio e elaboração do laudo pericial, ou seja, o objeto da perícia será o tema a ser seguido, limitado ao tempo designado nos autos.

3. Quesitos da Perícia Contábil

Os quesitos na perícia contábil são os questionamentos efetuados pelas partes ou pelo juiz com o intuito de esclarecer as dúvidas sobre o objeto da ação. Estas indagações devem ser respondidas de forma clara e objetiva no laudo pericial.

Os quesitos apresentados servem como direcionador do trabalho a ser seguido na perícia contábil, embora haja nas perícias judiciais o despacho do juiz em que geralmente já consta o objeto da perícia, “os quesitos têm como

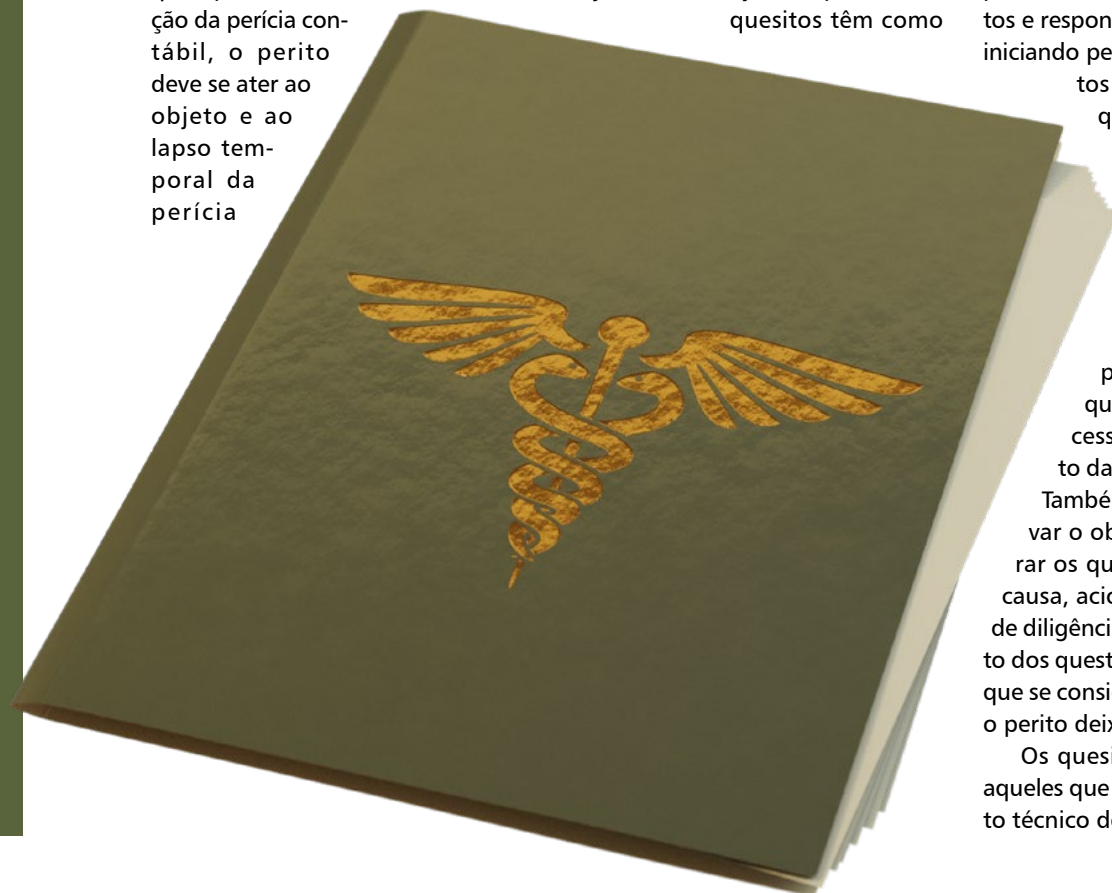
objetivo elucidar as questões obscuras existentes em um processo, de maneira objetiva e fundamentada, utilizando uma linguagem de fácil compreensão para as partes e o para o juiz evitar sentença inadequada” (SILVA-CARNEIRO; CARNEIRO NETO, 2017, p. 395).

Para evitar sentenças inadequadas, o perito em seu trabalho técnico (o laudo pericial) deve sempre manter a imparcialidade, evitar responder aquilo que não foi questionado nos quesitos, se ater ao objeto da perícia, apresentando respostas claras, de fácil compreensão e sem entrelinhas, para não haver interpretações errôneas do seu laudo ou levar a perícia contábil a parecer um trabalho tendencioso, contribuindo para uma das partes envolvidas no processo.

Os quesitos devem ser respondidos sempre bem fundamentados e com base nos documentos e registros contábeis, ou seja, baseados em provas. Eles também serão transcritos e respondidos no laudo pericial, iniciando pelas respostas aos quesitos do juiz e posterior aos quesitos das partes (ZANLUCA, 2008).

Durante a perícia contábil, embora o Art. 470 do CPC disponha que “incumbe ao juiz: I- indeferir quesitos impertinentes, II- formular quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa” (BRASIL, 2015). Também cabe ao perito observar o objeto da perícia e separar os quesitos impertinentes à causa, acionando o juiz por meio de diligências sobre o entendimento dos questionamentos propostos, que se considerarem impertinentes, o perito deixa de respondê-los.

Os quesitos impertinentes são aqueles que fogem ao conhecimento técnico do perito contábil, ou se



“O objeto da perícia contábil é o instrumento da ação judicial ou extrajudicial que vai definir os limites do trabalho técnico a ser realizado pelo perito, servindo como um norteador na elaboração do laudo pericial ou parecer contábil.”

desviam do objeto da perícia. O perito deve ficar atento a esse tipo de quesito que pode ser tendencioso, com a intenção de obter respostas e desfocar o objeto do trabalho. Fazendo com que a interpretação de quem ler o trabalho seja direcionada em sentido diverso ao objetivo da perícia solicitada.

O juiz, obedecendo ao disposto no Art. 470 do CPC, pode indeferir quesitos impertinentes ao objeto da perícia solicitada, se assim o considerar. Nesse caso, o próprio juiz poderá analisar os quesitos apresentados pelas partes e indeferir o questionamento que julgue não concordar com a finalidade que a ação se propõe.

Silva-Carneiro e Carneiro Neto (2017, p. 401) identificaram que “os quesitos auxiliam no esclarecimento de dúvidas sobre determinado assunto e quando mal formulados, ou feitos em exagero podem confundir e até fugir do assunto [...]”. Desta forma, o perito deverá ter o cuidado de ser direto e objetivo, além de limitar-se ao objeto da perícia.

Já Neves Junior et. (2014) em seu trabalho afirmam que os quesitos de um laudo pericial influenciam diretamente a decisão de um litígio judicial, principalmente baseado nas informações apresenta-

das em respostas a esses quesitos. Também afirmam que os questionamentos têm a intenção de confundir o perito e obter dados que possam prolongar a discussão da ação.

Baseados nos autores citados, foram formuladas as duas hipóteses como segue: H1. Os peritos consideram os quesitos que se afastam do objeto da perícia como impertinentes e justificam dessa forma para não responder. H2. Os peritos respondem aos quesitos que se afastam do objeto da perícia de forma superficial.

4. Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois “seu raciocínio se baseia, principalmente, na percepção e na compreensão humana” (STAKE, 2016, p. 21).

Ainda para atingir os fins, foi realizada uma pesquisa descritiva, que, para Gil (2010, p. 27), “tem como objetivo a descrição das características de determinada população”. Nesse sentido, a pesquisa buscou evidenciar os aspectos utilizados na elaboração dos quesitos contábeis, observando o que pretendiam obter com os questionamentos apresentados; e, quan-

to ao procedimento técnico, trata-se de uma pesquisa documental, pois se buscou identificar, nos quesitos apresentados pelas partes nas perícias judiciais, de que forma e em que proporção houve questionamentos que fugiam ao objeto da perícia que havia sido definida pelo juiz. A análise de documentos, de acordo com Freitas e Jabbour (2011), pode contribuir para uma percepção de detalhes que dificilmente seriam detectados em uma pesquisa quantitativa.

A pesquisa foi realizada em um escritório de contabilidade na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, no bairro Cohajap. A escolha ocorreu devido a proprietária ser perita contábil, atuar em diversos litígios judiciais e facilitar a coleta dos dados. Esta ocorreu no período de setembro 2019 a novembro de 2019.

5. Tratamento e Análise dos dados

Foram tratados os questionamentos formulados pelas partes interessadas nas ações de 4 (quatro) perícias judiciais, quantitativo esse de processos que foram submetidos aos trabalhos da perita contábil responsável pelo escritório.

A identificação do objeto da perícia foi realizada com base nos laudos periciais dos trabalhos já finalizados ou no parecer técnico contábil em que houve atuação como perita assistente, além de ser observada a decisão de despacho do juiz sobre o objeto da perícia executada.

Quesitos ação 01

No primeiro litígio que gerou uma ação judicial, tratava-se de uma parceria comercial com contrato de exclusividade de distribuição de alguns materiais. Um determinado distribuidor deixou de fornecer produtos ou materiais de suporte de venda para seu parceiro, que possuía um contrato de exclusividade nas vendas na região do Maranhão e Piauí, por motivos de alterações nas políticas dos contratos que deixariam de ser exclusivos e passariam a ser não exclusivos.

A autora solicitava judicialmente a garantia de pelo menos 12 meses da continuidade do contrato de distribuição exclusiva e nas mesmas condições, além de danos patrimoniais e extrapatrimoniais devido aos negócios já realizados dentro da sua área de atuação. Já a parte ré se defendia e afirmava que os números falavam por si e que a rescisão do contrato ocorreu devido ao desinteresse e quase paralisação operacional da autora.

O objeto da perícia contábil identificada no despacho do juiz foi a apuração do faturamento das vendas realizadas pela autora no período de 7 anos. Percebe-se que o objeto é bem claro e direto – a evidenciação da receita de vendas.

A requerente apresentou 9 quesitos, sendo 3 deles respondidos pela perito-contadora de acordo com o objeto da perícia. Nas outras 6 interrogativas que apresentavam características que se

desviavam do objeto da perícia, a especialista técnica respondeu de forma superficial, apresentando argumentos de que o quesito formulado não era pertinente ao escopo do trabalho, e que não era possível responder apenas com base nas demonstrações contábeis, sendo necessário conhecer outras rotinas administrativas e operacionais da parte ré. Já a requerida apresentou 6 questionamentos que tinham relação com o objeto da perícia, contudo apenas 2 quesitos foram respondidos pela perita e os demais não puderam ser solucionados por falta de documentação hábil para resposta.

Dessa forma, foi apresentado um total de 15 quesitos expostos pelas partes da ação e não houve questionamentos por parte do juiz. Desta totalidade, 40% foram respondidos pela perita de forma superficial, pois no quesito havia fuga ao objeto da perícia.

Quesitos ação 02

Na segunda ação o conflito se tratava de uma execução judicial de um banco contra uma empresa que se financiou mediante uma cédula de crédito industrial. Por não haver mais condições de pagamento do financiamento, a empresa se tornou devedora e foi executada judicialmente. Contudo, entrou com um recurso de embargo, questionando a modificação do critério de atualização da dívida e pediu para expurgar o excesso de execução e enquadramento na Lei da Usura pela prática de capitalização dos encargos financeiros.

Após tentativa de acordo entre as partes, o juiz determinou a perícia contábil para identificação do real valor da dívida. Neste ponto, foi determinado o objeto da perícia a ser realizada, ou seja, a identificação do saldo devedor e atualiza-

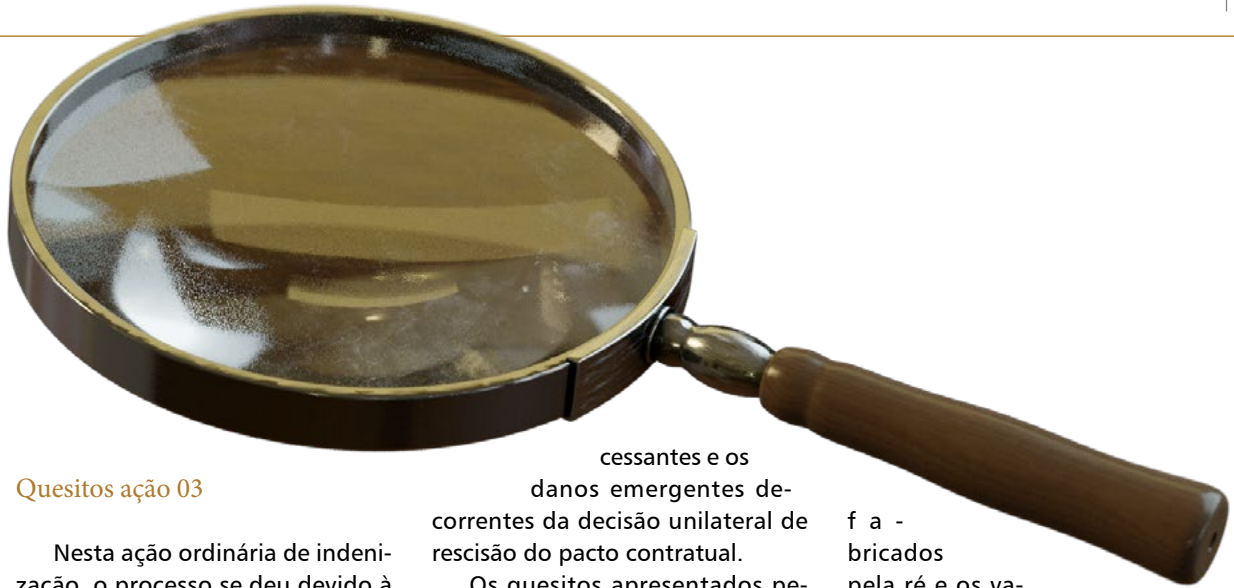
ção corrigida monetariamente. As partes apresentaram um total de 20 quesitos, sendo 14 pela empresa embargante e 6 pelo banco embargado.

Dos quesitos apresentados pela embargante, 6 se apresentavam com sentido distinto ao objeto da perícia, ou seja, 42,85% das interrogativas nele expostos. Os quesitos buscavam a afirmativa da perita sobre haver excesso na execução da sentença, ou até mesmo deficiência nas planilhas apresentadas pelo banco, buscando evidências contrárias das que estavam na própria cédula de crédito industrial. A perita respondeu aos quesitos de forma direta e precisa, sem respostas superficiais ou considerar quesitos impertinentes, embora fugindo ao objeto da perícia. Os questionamentos foram respondidos em sua totalidade e bem fundamentados.

A intenção dos quesitos apresentados pela embargante se assemelha ao do estudo de Neves Júnior et. al. (2014), em que 63% dos peritos entrevistados concordaram que os quesitos extrapolaram o objeto da prova pericial, além de que 70% dos que responderam à pesquisa acreditavam que o motivo era obter subsídios para contrapor os argumentos da parte oposta.

Os quesitos apresentados pelo embargado não apresentaram fuga ao objeto da perícia, tratando apenas de buscar o entendimento sobre a forma de atualização do saldo da dívida, taxas aplicadas e saldo devedor atual.

Analisando o total de quesitos, pode-se afirmar que, em 30% dos questionamentos, havia desvio do objeto da perícia; já os demais 70% buscaram a objetividade da ação e as interrogativas expostas tinham intenção de esclarecer a determinação do despacho do juiz sobre o trabalho desenvolvido pelo perito contador.



Quesitos ação 03

Nesta ação ordinária de indenização, o processo se deu devido à quebra de contrato de distribuição de produtos de uma grande marca de refrigerantes. A empresa requerente na ação alegava que durante oito anos sempre cumpriu as obrigações impostas pela requerida, assim como sempre assumiu o alto custo das logísticas de distribuição, pois o acesso aos municípios de sua atuação era precário. Após implantação de estrada asfáltica, a empresa requerida passou a colocar obstáculos no fornecimento dos produtos e impôs condições desproporcionais, o que inviabilizou sua atividade e impactou diretamente as vendas do distribuidor requerente, solicitando assim em juízo indenização por perdas e danos.

A requerida apresentou contestação, alegando que as informações repassadas pela requerente não eram verdadeiras, e que havia demonstrado incompetência na sua administração comercial e gerencial, inclusive tornando-se inadimplente.

Em despacho do juiz, a perita contadora evidenciou o objeto da perícia como sendo o descrito no despacho do juiz que trata sobre condenar a empresa requerida a pagar a título de indenização por perdas e danos cujo valor deveria ser apurado em liquidação de sentença. Além de que o objeto da perícia estava restrito a estimar lucros

cessantes e os danos emergentes decorrentes da decisão unilateral de rescisão do pacto contratual.

Os quesitos apresentados pelas partes totalizaram 19 questionamentos, sendo 9 da requerente e 10 da parte requerida. A parte requerente apresentou quesitos coerentes ao objeto da perícia, questionando sobre a margem de lucro bruto, elevação nas vendas, aumento do fluxo de pessoas na região, projeção de consumo e métodos para determinação dos danos emergentes.

Já a parte requerida na ação apresentou 1 (um) quesito que se desviava do objeto da perícia. Este questionamento foi prontamente respondido pela perita contábil, sem o considerar impertinente ou sem ser superficial. Como o quesito questionava sobre o valor atualizado da dívida do requerente com a requerida, e ele já havia sido anulado por sentença judicial, a profissional técnica respondeu conforme informações obtidas nos próprios autos, replicando de forma clara e objetiva. Desta forma, o desvio ao objeto da perícia ocorreu na proporção de 5,26% na totalidade de quesitos e na proporção de 10% na análise apenas das questões propostas pela parte requerida.

Os demais quesitos apresentados pela requerida tinham relação com o objeto da perícia, em que buscavam evidenciar o faturamento da empresa requerente e demonstrar volume de vendas com base nas notas fiscais dos produtos

fabricados pela ré e os valores das despesas operacionais. Todos esses quesitos não fugiram ao objeto da perícia, pois, para determinar lucros cessantes, ou seja, quanto o vendedor deixou de lucrar, é necessário analisar os custos e despesas inerentes naquela operação.

Quesitos ação 04

O quarto litígio trata de uma ação entre duas pessoas físicas e um banco, pelo motivo da arrematação dos bens penhorados por ordem judicial, em decorrência de dívidas de uma Cédula de Crédito Industrial. Os apelantes, na condição de avalistas pessoa física, pretendiam a revisão do financiamento, prontamente atendidos pelo juiz que determinou que a dívida fosse fixada conforme valor encontrado pela perícia judicial, além de considerar parcialmente nula a arrematação dos bens, condenando o banco a devolver a diferença entre o valor da dívida e o valor total dos bens avaliados na penhora.

Sendo assim, o objeto da perícia se limitou ao valor da diferença entre a quantia paga pelos requerentes e a avaliação judicial dos bens executados na ação de penhora, desta forma demonstrando o real valor da indenização que o banco deve aos apelantes.

Nesta ação, a perita responsável pelo escritório de contabilidade atuou como profissional técnico assistente, ou seja, está representando uma das partes do litígio, que no caso foi o requerente.

Nenhum dos 8 questionamentos apresentados pelo autor foram considerados impertinentes pela perita contábil e todos foram respondidos de forma clara e objetiva, sem respostas superficiais ou com entrelinhas para mérito do juiz.

Entretanto, nos quesitos apresentados pela parte ré, 5 dos 13 foram considerados impertinentes pela perita contadora e não foram respondidos nem superficialmente, ou seja, ela entendeu como desvio do objeto da perícia, julgando como impertinente e não respondeu ao questionamento da parte ré.

Na pesquisa de Neves Júnior et al. (2014), 54% dos entrevistados, que no caso eram peritos contadores, concordaram que a elaboração dos quesitos tem o objetivo de confundir o perito judicial e explorar argumentos que possam favorecer a discussão. Sendo assim, esta pode ser uma justificativa para a perita ter considerado os quesitos impertinentes e, não, os responder.

Portanto, esta ação contou com 21 quesitos em sua totalidade, sendo 8 das partes apelantes e 13

da parte ré. Em proporção, pode-se afirmar que 23,8% de todos os quesitos foram considerados impertinentes pela perita contadora nem chegaram a ser respondidos. Já, ao se comparar somente com os quesitos apresentados pela parte ré, essa paridade sobe para 38,46%.

6. Considerações Finais

O objeto da perícia contábil é o instrumento da ação judicial ou extrajudicial que vai definir os limites do trabalho técnico a ser realizado pelo perito, servindo como um norteador na elaboração do laudo pericial ou parecer contábil. Os quesitos geralmente são apresentados pelas partes, mas o juiz também pode expor seus questionamentos, que servirão para auxiliar nos esclarecimentos de dúvidas sobre o objeto da perícia.

Os resultados confirmaram a segunda hipótese deste trabalho de que os peritos respondem aos quesitos de forma superficial, quando estes se afastam do objeto da perícia. Nos questionamentos analisados da primeira ação, foi possível perceber que a perita contábil respondeu a alguns quesitos de forma branda, em que afirmava que o quesito não era pertinente ao esco-

po do trabalho, e, por falta de documentação, também não se aprofundou nas interrogativas, já que se apresentavam com fuga ao objetivo da perícia. Em uma única ação, pelo menos 40% de todos os quesitos foram respondidos de forma superficial.

Importante comentar que, na segunda ação, 42,85% dos quesitos apresentados por uma das partes tinham a intenção de obter subsídios para contrapor os argumentos e contestações da parte oposta, pois buscavam falhas nas planilhas apresentadas pelo outro interessado na ação, assim como induzir a responder se teve excesso na execução da sentença do juiz. Mesmo neste viés, a perita tratou os quesitos de forma válida, respondeu de forma clara, direta e precisa como devem ser respondidos os quesitos na elaboração de um laudo pericial.

Cabe frisar os quesitos da última ação, quando a perita estava atuando como perita-assistente, ou seja, defendendo uma das partes no processo, durante o trabalho técnico, considerou impertinentes 38,46% das interrogativas apresentadas pela parte oposta no litígio, e não respondeu ao questionamento. Confirma-se, assim, a primeira hipótese de que, quando os quesitos se afastam do objeto da perícia, os

“Nos questionamentos analisados da primeira ação, foi possível perceber que a perita contábil respondeu a alguns quesitos de forma branda, em que afirmava que o quesito não era pertinente ao escopo do trabalho, e, por falta de documentação, também não se aprofundou nas interrogativas, já que se apresentavam com fuga ao objetivo da perícia.”

peritos consideram como impertinentes e justificam desta forma para não responder ao questionamento proposto.

Quando a perita executou o trabalho como perita-assistente, considerou de forma direta como impertinente, pois havia fuga ao objeto da perícia. Contudo, quando o trabalho era de perita do juiz, houve um maior cuidado nas respostas das interrogativas. Embora as partes, em algum momento, apresentaram quesitos que se desviavam do objetivo da perícia, a profissional técnica não os consi-

derou impertinentes ou deixou de respondê-los. Os procedimentos adotados foram de respostas superficiais quando não havia documentação suficiente para subsidiar o resultado, ou quando havia dados suficientes, a resposta foi bem fundamentada e direta, mantendo a imparcialidade.

Portanto, entende-se que o objetivo geral da pesquisa foi atingido, sendo destacados os procedimentos adotados pelos peritos, quando se deparam com quesitos que se afastam do objeto da perícia as respostas variam e dependem

do trabalho a ser executado quando perito do juiz ou perito-assistente, ou depende da documentação apresentada pelas partes.

Este trabalho possui como limitação o fato de ter sido realizado em um único escritório especializado em perícia contábil. Como sugestão para trabalhos futuros, fica a proposta de ampliar o campo da coleta de pesquisa, analisar um número maior de quesitos e laudos periciais para reforçar os procedimentos adotados pelos peritos contadores diante de desvios do objeto da perícia.

Referências

BRASIL. Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Código de processo civil*. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 15 mar. 2020.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. *Resolução NBCTP01, de 27 de fevereiro de 2015*. Dá nova redação à NBC TP 01 - Perícia Contábil. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FREITAS, W. R.; JABBOUR, C. J. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, v. 18, n. 2, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOG, W. A. Z. *Prova Pericial Contábil: aspectos práticos & fundamentais*. 5ª edição. Curitiba: Juruá, 2007.

NEVES JÚNIOR, I. J. D.; ANDRADE, F. D. O.; VILELA FILHO, B. P.; BARRETO, M. D. Perícia Contábil: as Estratégias e as contribuições da formulação dos quesitos para resultado da prova pericial. In: XVI Congresso USP Controladoria e Contabilidade. *Anais...*, jul. 2014.

PIRES, M. A. A. A perícia contábil: reflexões sobre seu verdadeiro significado e importância. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 121, jan./fev. 2000.

RODRIGUES, W. C. *Metodologia científica*. Apointamentos de aula. FAETEC/IST. Paracambi, RJ. 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/63644649/Willian-Costa-Rodrigues-Metodologia-Cientifica>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

SILVA-CARNEIRO, E. C.; CARNEIRONETO, J. A. C. A Importância dos Quesitos na Atividade Pericial Contábil no Brasil. *Razón y Palabra*, 21.4_99: 390-403, 2017.

SOUZA, S. H. M. de; GRANDE, C. G. *Perícias na Prática*. Curitiba: Juruá, 2010.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

ZANLUCA, J. C. *Manual de perícia contábil*. São Paulo: Portal Tributário Editora, 2008.